

LEANDRO CARVALHO SILVA

FILANTROPIA E INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1865-1879)

Belo Horizonte
2019

LEANDRO CARVALHO SILVA

FILANTROPIA E INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1865-1879)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Nogueira.

Belo Horizonte
2019

LEANDRO CARVALHO SILVA

FILANTROPIA E INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1865-1879)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana, linha de pesquisa Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais, da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019.

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Nogueira - Orientadora
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof^ª. Dr^ª. Aline Choucair Vaz - Membro titular interno
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Pereira Lage - Membro titular externo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Oliveira Ramos dos Passos - Membro suplente interno
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - Membro suplente externo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG

*À memória dos meus avós:
Iponina, Servino e Almerinda.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão à minha família, por jamais deixar de acreditar em mim, na minha teimosia (a teimosia dos Carvalho!), neste atrevimento acintoso, ousado, desobediente, de ir sempre um pouco além da mesmice, da convenção, da água rasa. Sem a decisiva contribuição afetiva, emocional, existencial — mas também assumindo por vezes a função de agência de fomento substituta — do meu núcleo familiar, e marcadamente da minha mãe querida, a professora Olinda Carvalho, nem mesmo as imperfeições reunidas neste trabalho teriam sido possíveis.

Agradeço à professora Dr^a. Vera Lúcia Nogueira, minha orientadora nesta dissertação, pela virtuosa paciência com meu ritmo lento e minha inclinação meditativa. Carrego para a vida aprendizados valiosos desta relação.

Obrigado às pessoas que se dispuseram generosamente a contribuir e revisar as versões intermediárias desta escrita. Suas contribuições foram significativas para o prosseguimento deste trabalho, e seus olhares evitaram que eu cometesse mais imprecisões do que aquelas contidas aqui, pelas quais me responsabilizo inteiramente.

Aos novos e antigos amigos, com quem tenho a boa sorte de contar pela vida, e que me são imprescindíveis, meu agradecimento. Mencionar a cada um seria demorado, e daria flanco para o sempre injusto esquecimento.

Sou professor: amo aquele em quem me tornei pelo trabalho que faço; e desejaria muito ter motivos para aplaudir e agradecer ao Estado brasileiro, e à sociedade que constitui esta nação, por facilitarem a pesquisa de alto nível, sobretudo em educação, no firme propósito social de que o ensino ofertado aos brasileiros seja cada vez mais *excelente*, no sentido forte da palavra. Infelizmente, o episódio desta pesquisa em particular deixou-me a impressão de que os interesses de maior influência no jogo acadêmico contemporâneo apontam noutra direção, bem diferente daquela que dizíamos desejar quando assinamos o pacto nacional de 1988 (mas nem tão diferente da nossa cultura mais que secular, disciplinadora, burocrática, elitista). De modo que, para não desanimar nesta tarefa histórica, mantendo meus pés seguros no chão do agora, conservo os olhos e a esperança um pouco além da linha do horizonte, lá onde só alcança a generosidade de ser *humano*.

A história do homem e da Terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Quis fugir, mas uma força misteriosa me retinha os pés; então disse comigo: — “Bem, os séculos vão passando, chegará o meu, e passará também, até o último, que me dará a decifração da eternidade.” E fixei os olhos, e continuei a ver as idades, que vinham chegando e passando, já então tranqüilo e resolutivo, não sei até se alegre. Talvez alegre. Cada século trazia a sua porção de sombra e de luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro, e o seu cortejo de sistemas, de idéias novas, de novas ilusões; cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remoçar mais tarde.

(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cap. 7)

RESUMO

Observa-se nas fontes disponíveis sobre a história da província de Minas Gerais, que o discurso da filantropia, mobilizado pela intelectualidade daquela sociedade, foi modificado tanto no seu significado quanto nos motivos que levaram à sua disseminação, no decorrer do século XIX. O propósito desta dissertação consiste em argumentar que este conjunto de modificações, nos anos finais do período imperial, subsidiou o interesse das elites da sociedade mineira em associar-se ao movimento de atualização das relações sociais em curso, tomando como modelo de conduta os exemplos vindos da Europa e dos Estados Unidos, apropriando-se de tais exemplos e dando-lhes sentido e uso específicos. Assim, mobiliza o discurso da filantropia com o propósito de indicar modos de conduta tidos como civilizados, inclusive no que se refere à elaboração das estratégias de instrução. Com isso, logrou assegurar não apenas a manutenção dos traços distintivos entre grupos sociais, como também assinalou o lugar de participação da província, no esforço de construção da nascente nação brasileira. A pesquisa situa-se no campo da História Cultural, e busca a categorização e interpretação das fontes a partir do marco das representações. As fontes foram extraídas da imprensa do período, dos relatórios de presidentes da província, dos anais da Assembleia Legislativa Provincial, de dicionários ortográficos da língua portuguesa em circulação no período, e de outras obras escritas oportunamente referenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Filantropia. Instrução. Século XIX. Minas Gerais. Representação. Civilização.

ABSTRACT

It is observed in the available sources on the history of the province of Minas Gerais that the discourse of philanthropy, mobilized by the intellectuality of that society, was modified both in its meaning and in the reasons that led to its spread during the nineteenth century. The purpose of this dissertation is to argue that this set of modifications, in the final years of the imperial period, subsidized the interest of the elites of Minas Gerais society to associate themselves with the current social relations updating movement, taking as a model of conduct the examples from Europe and the United States, appropriating such examples and giving them specific meaning and use. Thus, it mobilizes the discourse of philanthropy with the purpose of indicating modes of conduct considered civilized, including with regard to the elaboration of instructional strategies. With this, it managed to ensure not only the maintenance of distinctive traits between social groups, but also signaled the province's place of participation in the effort to build the nascent Brazilian nation. The research is in the field of Cultural History, and seeks the categorization and interpretation of sources from the framework of representations. The sources were drawn from the period press, reports from provincial presidents, the annals of the Provincial Legislative Assembly, Portuguese-language orthographic dictionaries in circulation during the period, and other timely referenced written works.

KEYWORDS: Philanthropy. Instruction. 19th Century. Minas Gerais. Representation. Civilization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência e variação ortográfica do termo <i>filantropia</i> na imprensa mineira (1800-1899)	59
Tabela 2 - Flutuação de ocorrências do termo <i>filantropia</i> na imprensa mineira (1800-1899)	59-60
Tabela 3 - Distribuição dos periódicos publicados, por localidade, por período	130-133
Tabela 4 - Comparativo de informações de diferentes fontes, década a década.	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrência do termo *filantropia* X títulos em circulação na província, 133 por período.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APM	Arquivo Público Mineiro
CRL	Center for Research Libraries, Universidade de Chicago
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PARA <i>MARCHAR COM ACERTO</i>: O PROCESSO CIVILIZADOR EM CURSO NA PROVÍNCIA DE MINAS	38
1.1 Urbanização e progresso: busca de caminhos para as Minas	41
1.2. Instrução para a civilidade: ideais de uma nação em construção	48
1.3 A serviço das boas condutas: a filantropia e a tarefa performativa da imprensa	56
2 CULTURA FILANTRÓPICA NA PROVÍNCIA DE MINAS	69
2.1 A filantropia e a reconfiguração do espaço urbano: vitrines da civilização e do progresso	69
2.2 A filantropia e a disseminação da instrução na província: sentido do ideário civilizador	75
2.3 Filantropia, instrução e a <i>dynamis</i> local: quem é capaz de demonstrar maior bondade?	81
2.3.1. O exercício de associar-se: o debate de ideias associativas na província	85
2.4 Filantropia como recurso para a disseminação de comportamentos exemplares	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	
Apêndice I - Artigos relacionados na Revista Brasileira de História da Educação, a partir da chave de pesquisa “Minas Gerais XIX”	114
Apêndice II - Artigos relacionados na base de dados SciELO, a partir da chave de pesquisa “Filantropia Minas Gerais”	116
Apêndice III - Artigos relacionados na base de dados SciELO, a partir da chave de pesquisa “Filantropia Minas Gerais”	117
Apêndice IV - Artigos relacionados no catálogo de teses e dissertações da CAPES, a partir da chave de pesquisa “Filantropia”	119
Apêndice V - Distribuição dos periódicos publicados, por localidade, por período	133
Apêndice VI - Comparativo de informações de diferentes fontes, década a década	137
Apêndice VII - Listagem dos periódicos em circulação no período 1860-1879, preservados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional	139

INTRODUÇÃO

Para esta pesquisa, elegemos o objetivo de compreender as possíveis relações entre o discurso da filantropia¹ e o desenvolvimento da instrução na província de Minas Gerais, nos últimos anos do período imperial brasileiro, na expectativa de contribuir para o aumento da compreensão do campo sobre este período da história, no que toca ao desenvolvimento da educação mineira. A fim de esclarecer o que nos levou a delimitar este objetivo, faremos uma ligeira digressão que evidencie o *processo* mesmo da pesquisa; digamos simplesmente que o próprio exercício de escrever história tem uma história, e que esta também se faz *na e a partir* da fluidez: pois como Heráclito ensinou em tempos idos, “tudo esco”²; e diante da incerteza do processo, a única aposta razoável, ainda que arriscada, é a esperança. Desse modo, e com licença de usar brevemente a primeira pessoa, permito-me dizer um aspecto de minha trajetória, que faz parte do caminho pelo qual cheguei ao objeto desta dissertação.

Durante quase dez anos, trabalhei em diversos setores de uma instituição confessional, envolvido diretamente nas atividades assistenciais ali prestadas. Contemporaneamente, a assistência social no Brasil é regulada por uma Política Nacional de Assistência Social, que normatiza e direciona a prestação de serviços sociais de interesse público. Uma fração do trabalho desenvolvido na instituição dizia respeito às relações burocráticas desta com o Estado, e consistia em garantir que a mesma continuasse a ser titulada como *filantrópica*, ou seja, merecedora do reconhecimento de que prestava serviços assistenciais a um público-alvo definido, a partir de critérios socioeconômicos claros, e validados por uma compreensão emancipadora deste público. Afirmar naquele contexto o caráter filantrópico da instituição, significava afiançar seu compromisso com as estratégias de superação da desigualdade em suas diversas expressões.

Paralelamente, no campo da formação acadêmica em Serviço Social, a ideia da filantropia pôde ser cotejada e questionada, uma vez que aquele campo de conhecimento a refere

¹ Para a produção do texto usaremos a grafia corrente – *filantropia* – sempre que não se tratar de citação de fonte original, ocasião em que se respeitará a grafia original, que pode ou não coincidir com esta. Como teremos a oportunidade de verificar, a forma de grafia do termo passou por variações que serão oportunamente comentadas.

² “*Tudo esco*”, ou mais corriqueiramente “*tudo flu*”, deriva de uma interpretação da cosmologia de Heráclito de Éfeso (540-480 a.C). Heráclito é considerado um dos precursores da filosofia ocidental, de cuja obra restaram somente fragmentos, reunidos ao longo da história por biógrafos como Eurípides, Diógenes Laércio, Sexto Empírico, Clemente de Alexandria e outros. Na proposta de Simplício, o fragmento B 91 (“*Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio*”) indica uma metáfora para dizer que todas as coisas estão em constante movimento (Cf. HUISMAN, 2001, p. 485ss.).

majoritariamente ao engajamento voluntário de sujeitos que, mesmo organizados em instituições, mostram-se incapazes de fazer frente ao ideal de assegurar a universalização da garantia de direitos, que passa, conforme a interpretação aceita quase hegemonicamente por aquela profissão, pela oferta pública dos serviços essenciais à existência do sujeito, sua expressão e participação social, política e institucional. Sendo as instituições privadas filantrópicas insuficientes para a tarefa, tal engajamento prestar-se-ia, portanto, ao desserviço de embalar, num discurso alienante, práticas assistenciais cujo impacto acaba sendo a manutenção de privilégios e o acirramento da desigualdade. Deste modo, uma interpretação corrente³ do campo acadêmico do Serviço Social acaba admitindo as práticas assistenciais prestadas externamente à institucionalidade estatal como a própria antítese daquilo a que se propõem.

Originalmente, a pesquisa procuraria interrogar as relações de poder de que participam, contemporaneamente, os assistentes sociais atuantes na rede de educação privada da cidade de Belo Horizonte; considerando o profissional Assistente Social como sujeito educacional, tecnicamente qualificado num saber específico, a ideia seria investigar seu fazer educativo, que ocorre numa posição institucional muito peculiar: ora como facilitador do acesso ao ensino enquanto garantia de direito social, ora como dificultador deste mesmo acesso, mercê da possível adesão daquele sujeito à defesa dos interesses institucionais de seus contratantes. A colocação desta questão como possibilidade de pesquisa, entretanto, mostrou a necessidade de reunir elementos anteriores, cuja análise compete à historiografia, o que levou à procura desta perspectiva teórico-metodológica.

Se no campo das políticas públicas assistenciais, em que pese a divergência de opiniões, pode-se visualizar um debate mais frequente a respeito da filantropia, no campo da história da educação o assunto é abordado tangencialmente, de modo que constitui uma lacuna que, na medida do possível, procuraremos colaborar para elucidar. A constatação de que o termo, então corriqueiro, era habitante comum dos jornais do final do século XIX, dos livros oficiais, das falas e dos atos dos representantes, anuncia que há questões em aberto: o que é entendido como filantropia na segunda metade do século XIX? Filantropia, no período, equivale à caridade cristã ou se diferencia dela? Qual a relação entre os atos considerados filantrópicos e a vida social, os afazeres cotidianos, a dinâmica das instituições? Há reflexos da cultura filantrópica na dinâmica de escolarização na província de Minas?

³ Cf. Iamamoto (2000), Faleiros (2006), Sposati (2008), Netto (2011) entre outros.

A perspectiva de interrogar sobre as representações da filantropia na segunda metade do Oitocentos, ganha sentido quando recordamos que o período assiste a expansão do ideal iluminista, operado pela disseminação do pensamento liberal e do modelo de produção capitalista, que atingem a província de Minas Gerais, provocando uma lenta e contínua transformação no regime de costumes daquela sociedade. Tal movimento, pouco a pouco, evidencia expressões de uma questão, a *questão social*, cuja extensão faz com que não possa ser ignorada: no novo tempo, de modernidade, civilidade e progresso, tempo em que se pensa a construção da nação brasileira para si própria e perante as demais nações do mundo, o que fazer com os pobres, cada vez mais numerosos, visíveis e inconvenientes (SILVA, R., 2013) torna-se assunto frequente.

Chegamos assim ao problema de nossa pesquisa: *quais as possíveis relações entre os discursos que mobilizaram a ideia da filantropia e o intrincado processo social pelo qual se desenvolve a instrução na segunda metade do século XIX⁴, na província de Minas Gerais?*

Tratar de história supõe buscar a compreensão sobre relações sociais dinâmicas, que não se curvam a demarcações cronológicas rígidas, e mostram-se teimosas diante de alguma tentativa de fragmentação ou delimitação. Entretanto, é preciso pesquisar, e para isso, indicar o *desde quando* e o *até quando*. A busca de conciliar essas duas realidades conduz a pesquisa numa postura de respeito ao movimento das fontes, procurando, sem forçá-las, extrair o máximo de conclusões possíveis, balizando-a pelo razoável. Assim, o recorte cronológico desta pesquisa procura repercutir a dinâmica de uma sociedade mineira que vivencia as questões e transformações das últimas décadas do período imperial brasileiro, e que debate as possibilidades e limites para o desenvolvimento da instrução na província; neste contexto, as fontes dão a ler sinais de mudanças no emprego do discurso da filantropia, que paulatinamente deixa de interessar somente ao mundo religioso e torna-se um interesse secular. A delimitação temporal da pesquisa não é portanto arbitrária, mas decorre do acesso à produção acadêmica que tem sido elaborada no campo, em especial de estudos que tangenciam seu tema, quando da busca de objetos diversos, ou seja, que apesar de não terem a filantropia propriamente como objeto de investigação, atestam a pertinência acadêmica de sua

⁴ No acervo preservado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a primeira ocorrência do termo *filantropia* num veículo de imprensa mineiro do século XIX remonta a 1823. Este registro nos leva a supor que, em condições objetivamente diversas, esta pesquisa poderia aventar uma pretensão cronológica mais abrangente. Para enunciar esta possibilidade, procedemos um levantamento quantitativo, que considera todo o século, e que compõe os Apêndices V, VI e VII desta dissertação.

investigação, que deve se pautar pelo esforço de trazer conhecimento novo, confiável, teórica e socialmente relevante (LUNA, 2002).

Assim, o marco inicial da pesquisa remete à intenção, expressa em documentos oficiais, de modernização do modelo de ensino disponível, bem como dos atores que nele atuam e o público para o qual é direcionado. O relatório da instrução pública apresentado em 1865 pelo presidente Pedro Alcântara Cerqueira Leite à Assembleia Legislativa Provincial é um exemplo de fonte que aponta para tal direção. Este relatório foi elaborado com o fim de “oferecer ao Corpo Legislativo Provincial bases para uma reforma da instrução publica” (MINAS GERAIS, 1865, p. 29). A comissão que o elaborou era composta por José Cesário de Faria Alvim, Rodrigo José Ferreira Bretas e Ovídio João Paulo de Andrade. No discurso que constrói o documento aparecem indicações da transição da assistência aos pobres, antes sob responsabilidade dos religiosos, para o domínio do Estado, e que demarcam um movimento mais amplo de absorção, pelo discurso oficial, dos princípios da economia liberal.

É importante notar que no período de abrangência desta pesquisa, como mostrará a Tabela 2 na seção 1.3, há um aumento significativo de inserções do termo filantropia, nas diversas formas de grafia possíveis, nos veículos de imprensa em circulação na província, o que sugere não apenas um uso mais corrente e expressivo, mas também possivelmente um giro no significado deste uso.

O marco final remete à reorganização do ensino público de 1879, aconselhada pelas *ideas modernas*, mais abertamente alinhadas ao modelo norte-americano, de que trata o relatório do presidente Manoel José Gomes Rebello Horta. Aqui não há de se fazer qualquer leitura no sentido de ver concluído algum ciclo de modernização ou encerramento de período; Antes, é devido considerar que a intenção de modernizar as relações sociais por meio de modificações no ensino da província parece ser um caminho admitido pela institucionalidade política sem maiores dificuldades, em linha com o pensamento mais amplo de buscar elementos de civilidade com os quais ornar a província.

Adicionalmente, e no sentido de corroborar tanto a delimitação cronológica empregada quanto a pertinência acadêmica do assunto objeto da pesquisa, recorreremos a uma breve revisão de trabalhos e pesquisas realizadas no campo da história da educação. Ali, as reflexões sobre a influência do discurso da filantropia⁵ sobre as estratégias de instrução no

⁵ Não passa despercebida a discussão sobre a filantropia no século XIX entendida como o equivalente direto da benemerência ou da caridade cristã, por exemplo, materializada no atendimento das Santas Casas de Misericórdia, que procuravam acolher crianças abandonadas. O mesmo se pode dizer a respeito do debate

século XIX permanecem lacunares⁶, e mesmo as abordagens que tangenciam o assunto o fazem de modo inespecífico⁷.

Assim, os resultados apresentados por Lages (2013) sugerem que o período em que mostrou-se mais frequente o uso e o incentivo da prática da filantropia como componente – real ou desejável – da instrução, a partir da análise dos relatórios de presidentes de província, oscila entre 1859 e 1883. De acordo com a pesquisadora, a primeira vez que a filantropia é apontada como um dos “princípios”⁸ a ser adotado para a organização da instrução pública em Minas Gerais acontece no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Rodrigo José Ferreira Bretas, dado a público em 1859. No documento, o diretor propõe a subvenção de particulares à instrução pública primária, tendo como modelo a prática então difundida nos Estados Unidos.

Nogueira (2016) informa que nos “balanços realizados pela área da História da Educação, bem como nas dissertações e teses sobre o período”, percebe-se a existência de, pelo menos, duas lacunas na pesquisa em história da educação, relativas ao século XIX. Uma delas — a rigor aquela que interessa a esta pesquisa — sugere a necessidade de investimentos que ajudem a preencher de significado o uso corrente do termo *filantropia*, que tende a adquirir um sentido específico para aquela sociedade, possivelmente ligado à legitimação da conduta de determinados atores sociais diante das transformações e novidades advindas dos grandes centros urbanos. A hipótese é que o uso corrente da expressão filantropia, e o valor social atribuído aos filantropos, apontem para um possível impacto sobre a formulação e os debates a respeito da instrução no período⁹.

político da época em torno das iniciativas que, com intuito de flexibilizar o trabalho escravo – como a Lei do Sexagenário e Lei do Ventre Livre –, acabaram vocalizando e expressando um intenso debate sobre a questão social, que viria, no início do século seguinte, a ser tomada como categoria analítica central do então nascente Serviço Social. O interesse desta pesquisa, apesar de correr em paralelo, é diverso: trata sobre a filantropia como constituinte de um conjunto de representações que, à época, atuaram sobre o delineamento da instrução na província.

⁶ A respeito do interesse acadêmico sobre temas considerados lacunares, cf. Luna (2002) e Galvão & Lopes (2010).

⁷ Neste sentido, o exemplo mais palpável localizado é a tese de Inácio (2010).

⁸ Ao tratar da apropriação de experiências estrangeiras consideradas exitosas, oriundas de “nações vistas como adiantadas na marcha da civilização”, a autora afirma: “Além da *instrução popular* e da *educação profissional*, outras proposições ou princípios para a educação mostraram-se mais evidentes nos discursos: a *gratuidade e obrigatoriedade* do ensino, e a *filantropia* como recurso para o êxito da instrução das camadas desvalidas da população” (LAGES, 2013, p. 155 - grifos da autora).

⁹ A outra aponta para a necessidade de trabalhos que se dediquem ao estudo “dos impactos sociais e políticos do fenômeno da instabilidade administrativa na produção e na condução das políticas públicas de Minas Gerais, especialmente, a partir da descentralização administrativa” (NOGUEIRA, 2016, p. 19).

Em sondagem complementar junto aos repositórios de produção científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Revista Brasileira de História da Educação, da base de dados eletrônicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e ainda do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível levantar evidências adicionais sobre a lacuna que representa o estudo do tema pelo campo.

A discussão sobre a filantropia no século XIX não é verificada quando da consulta aos artigos que compõem os anais das últimas reuniões nacionais da ANPED¹⁰, apresentados no Grupo de Trabalho História da Educação (GT-02). Outros artigos, no entanto, contribuem para ampliar a compreensão sobre o campo. Neste sentido, cabe destacar o artigo de Amarílio Ferreira Junior (2010) intitulado *História da Educação: os grupos de pesquisa no Brasil*, na medida em que influencia esta pesquisa quando da opção pelo referencial teórico tradicionalmente adotado no campo da história da educação no Brasil, como veremos adiante. Além desse trabalho, dois artigos de Marcus Vinícius Fonseca, apresentados respectivamente na 36ª e 37ª Reunião Nacional merecem menção, porque contribuem para a compreensão do *locus* onde circulam os agentes da filantropia. O primeiro remete à pesquisa sobre a história da educação em Minas Gerais no século XIX, e o faz para indagar sobre a presença do escravo negro na sala de aula e o impacto de tal presença na classificação que este público veio a receber no período. O segundo produz uma análise sobre a educação a partir da configuração espacial da cidade de Mariana que, segundo afirma, no século XIX é exemplar de uma Minas Gerais que se tornou urbana antes de ser rural.

O levantamento junto ao repositório de publicações da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), realizado a partir do site da revista¹¹, realizado por busca isolada sobre a chave de pesquisa *filantropia*, retornou resultado igual a zero; na busca isolada pela chave de pesquisa *século XIX* o retorno total foi de 106 artigos; isolada, a chave de pesquisa *Minas Gerais* retornou 60 artigos; e por fim a busca combinada pelas chaves *Minas Gerais* e *XIX*

¹⁰ Respectivamente: 33ª Reunião (Caxambu/MG, 2010), 34ª Reunião (Natal/RN, 2011), 35ª Reunião (Porto de Galinhas/PE, 2012), 36ª Reunião (Goiânia/GO, 2013), 37ª Reunião (Florianópolis/SC, 2015) e 38ª Reunião (São Luís/MA, 2017). A consulta foi realizada no repositório *online* das reuniões científicas nacionais da Associação, a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, uma vez que o site não disponibiliza ferramenta de busca por palavras-chave; o recorte restrito às reuniões da última década foi pensado para que o volume de informações continuasse condizente com as pretensões da pesquisa.

¹¹ Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>>. Levantamento realizado em abril de 2018 e atualizado em janeiro de 2019. O recorte empregado diz respeito a todo o acervo disponível no site.

retornou um total de 23 artigos¹². Após a leitura do título, subtítulos e resumos dos artigos, constatamos que nenhum deles trata diretamente de investigar a filantropia no período, ou na província, ou em publicações da época. Ou seja, o resultado reafirma a novidade que o objeto representa para a pesquisa no campo.

O repositório de artigos SciELO permite a busca por combinação de palavras-chave. A combinação *filantropia e Minas Gerais*, aplicada sobre a base de dados brasileira daquele repositório, retornou quatro artigos¹³, sendo dois deles direcionados a discutir a modelagem assistencial dos serviços de saúde pública (COSTA; PALOTTI, 2011) ou privada (FREITAS et al., 2011), um artigo que problematiza o impacto dos benefícios não-contributivos sobre a economia local (REZENDE, 2018), e um artigo que reflete sobre a autonomia dos entes federados em relação à implantação do Sistema Único de Assistência Social (CANABRAVA et al., 2007); todos eles tratam de discussões contemporâneas, e não remetem a discussões próprias da pesquisa historiográfica. Ainda no mesmo repositório, quando foram combinadas as expressões *filantropia e educação*, o retorno da base de dados foi de dez resultados¹⁴, dos quais: três apontam para pesquisas sobre a participação da sociedade civil nos campos da saúde pública ou da assistência social no Brasil contemporâneo (BENELLI et al, 2012; SANTOS, 2011; MOTT, 2005); três dirigem-se às primeiras décadas do século XX para compreender o fenômeno da infância e sua relação com a pobreza, a assistência e a educação (VEIGA et al, 2000; CAMARA, 2017; FERNANDES, 2000); um posiciona-se sobre o debate contemporâneo a respeito da educação em tempo integral (CAVALIERE, 2014); um artigo analisa o problema da terceirização da educação em relação à reforma do Estado promovida no Brasil no final do século XX (BARREYRO, 2010); um deles problematiza a participação da iniciativa empresarial privada na oferta da educação escolar a partir do final do século XIX (SILVA et al, 2014), e um artigo remete às práticas pedagógicas não formais e seu impacto na formação de professores de matemática (LOPES et al, 2012). Em nenhum dos casos a filantropia é colocada como objeto de problematização, o que volta a afirmar o caráter lacunar e a necessidade acadêmica da pesquisa sobre o tema.

¹² Foi proveitoso localizar neste acervo o artigo de Resende & Faria Filho (2001), que colabora para o melhor entendimento de uma das fontes desta pesquisa, a saber, os relatórios de presidentes de província. Para favorecer a consulta, a listagem completa dos artigos filtrados compõem o Apêndice I desta dissertação.

¹³ Disponível em: <<https://search.scielo.org/>>. A listagem completa dos artigos encontra-se no Apêndice II desta dissertação. O levantamento foi realizado em abril de 2018 e atualizado em janeiro de 2019.

¹⁴ Assim como os resultados anteriores, para favorecer a fluidez do texto, os artigos estão relacionados no Apêndice III desta obra. Levantamento realizado em abril de 2018 e atualizado em janeiro de 2019.

Ora, pode-se sempre objetar que, por si, a ausência de um assunto não significa necessariamente uma lacuna no campo de pesquisa; pode indicar sua irrelevância para o campo, ou mesmo sua inexistência. Entretanto, o assunto de que nos ocupamos não está de nenhum modo ausente da literatura especializada. Quando consultado o catálogo de teses e dissertações da CAPES, a busca pelo termo *filantropia* retornou 378 resultados, constituídos em 79,9% de dissertações, num total de 302 trabalhos, e em 20,1% de teses, que totalizam 76; destes resultados, 27,2%, ou 103 pesquisas, vinculam-se ou à área de conhecimento da Educação, ou à da História; Apesar de a maior parte dos títulos considerar o tema da filantropia sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, e de nenhum referir-se especificamente ao debate sobre a filantropia nas Minas Gerais oitocentista¹⁵, há alguns trabalhos que guardam importante proximidade temática. Entre eles, Gomes (2018) busca compreender o processo de incorporação dos povos americanos ao ideal civilizado, a partir da caracterização operada por Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX; e a tese de Braga (2015) trata do processo de constituição da assistência em Minas Gerais, considerando o impacto das transformações ocorridas no tratamento dado à questão da pobreza, desde o período da abolição até o aparecimento da Lei Elói Chaves em 1923.

O século XIX, que abrange o período cronológico com o qual delimitamos esta pesquisa, demarca uma profunda virada epistemológica nas ciências humanas e sociais, cujas influências se manifestam nas diversas expressões da vida social, uma das quais tomamos como objeto. Por este motivo, convém que nossas opções teórico-metodológicas, a orientação epistemológica para a aproximação às fontes, bem como as condições para seu acesso e tratamento sejam considerados com o devido cuidado. Para tanto, buscamos a seguir explicitar que o objeto desta dissertação se insere neste contexto de virada empreendida pelas ciências humanas e sociais, de cujos resultados nos beneficiamos; em seguida, evidenciamos o recurso à História Cultural como suporte interpretativo para a compreensão do objeto, a partir da fundamentação teórica de Roger Chartier, explicitando as noções de *representação*, *apropriação* e *circulação*; e por último nos ocupamos de esclarecer o emprego que fazemos da ideia de *processos civilizadores*, em linha com o pensamento de Norbert Elias (1897-1990).

¹⁵ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Um dado capaz de ilustrar a pertinência do tema é o seguinte: no levantamento realizado em abril de 2018 existiam 325 teses e dissertações naquela base de dados; este número saltou, em janeiro de 2019, para 378 títulos capazes de responder à mesma filtragem. Os títulos das teses e dissertações obtidas do cruzamento dos descritores assinalados constam do Apêndice IV da dissertação.

O expediente de discutir o referencial, no contexto da pesquisa, oferece a possibilidade de apresentar as proposições teóricas, as opções metodológicas, as categorias e os modelos interpretativos para a análise dos dados. Sem clareza nesta parte do processo, a ida a campo pode retornar dados desconexos, com pouca possibilidade interpretativa e, ao fim das contas, é possível que seja concluída aquém dos objetivos — ou mesmo sem alcançar a produção do conhecimento teórica e socialmente relevante que dela se espera. Luna (2013) posiciona-se do seguinte modo a respeito:

Pesquisa visa a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno, ou seja, um conhecimento que preenche uma lacuna importante no conhecimento disponível em uma determinada área. O julgamento último da novidade e da importância do conhecimento produzido é feito pela comunidade de pesquisadores que estudam aquela área de conhecimento (LUNA, 2013, p. 15).

Desse modo, os elementos que constituem os fundamentos epistemológicos do empreendimento de pesquisa, assim como as opções teórico-metodológicas assumidas em sua proposição, são mais proveitosos se guardam proximidade com o paradigma epistemológico hegemônico e seu correspondente referencial teórico; isso tanto para que se possa buscar junto ao campo a validação da proposta, como para garantir as condições que tornem possível a ampliação da generalidade do conhecimento no seu interior (LUNA, 2013).

A apresentação das ideias e categorias mobilizadas indica o lugar que a investigação se propõe ocupar e, para atingi-las, convém partir de um ponto de reflexão anterior, porque tais ideias e categorias não foram tomadas ao acaso. Antes, participam de um processo mais amplo de desenvolvimento da pesquisa em ciências humanas que, por sua vez, passam por inflexões e modificações ao longo do tempo¹⁶. Considerando este argumento, admitimos que o cenário social, e político, econômico e cultural no qual se consolida um discurso moderno de filantropia, não acontece apartado de um outro processo, em curso no domínio das ciências, que propõe novas reflexões e novos instrumentos teórico-metodológico para as ciências

¹⁶ “Qualquer divisão e subdivisão das ciências tem apenas importância prática e provisória, não é sistematicamente necessária e definitiva, isto é, depende das situações externas em que se realiza o trabalho científico e da fase atual do desenvolvimento de cada disciplina” (Von Mises, R., *apud* ABBAGNANO, 2012, p. 165).

humanas e sociais¹⁷, ante o predomínio histórico das elaborações originadas nas — ou influenciadas pelas — ciências da natureza.

Com o advento de novos modelos interpretativos para as ciências humanas e sociais no século XIX, passou-se a admitir que os problemas por elas investigados exigem um modelo de abordagem diferente do preconizado pelas ciências da natureza, que se mostram limitadas quando aplicadas à observação da complexidade das relações humanas. A percepção de uma *virada* no conhecimento científico, seja no plano epistemológico, seja no plano ético, acompanha o desenvolvimento histórico das ciências humanas e sociais e, ainda hoje, posiciona o pesquisador diante de uma situação de perplexidade, como assinala Boaventura de Souza Santos (2008):

Estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica. As condições epistémicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta. É necessário um esforço de *desvendamento* conduzido sobre um fio de navalha entre a lucidez e a ininteligibilidade da resposta (SANTOS, 2008, p. 19 - grifo nosso).

O autor refere-se à crise de hegemonia do modelo científico herdado da modernidade. Com seu declínio, decai também a validade de certezas tidas até então como absolutas, e o novo conjunto de categorias que emergem, para balizar a resposta às novas perguntas que surgem, exigem um *esforço de desvendamento* adicional. Por esse motivo a viabilidade, bem como a segurança quanto à validade dos dados componentes de uma pesquisa, são tributárias do cuidado técnico, seja na escolha, seja na aplicação dos procedimentos metodológicos. Deslandes (2003), adverte: “Mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, [a metodologia] indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”.

Ao eleger como problema os desdobramentos constitutivos do campo da história da educação, Ferreira Junior (2010) indica que

as interpretações historiográficas [que remontam à pesquisa em história da educação na transição do século XX para o século XXI] trataram tanto da crise vivida pelos ditos “velhos” paradigmas epistemológicos, particularmente as concepções marxista

¹⁷ Auguste Comte (1798-1857) aparece como um dos principais formuladores teóricos do período. Angèle Kremer-Marietti comenta a respeito do desenvolvimento histórico da ciência positivista: “Persuadir da realização das ciências positivas específicas e da necessidade histórica e epistemológica de estendê-las até uma nova disciplina referente à humanidade em suas condições histórico-sociais devia ser apenas uma primeira etapa, a partir da qual um novo ponto de vista sobre essas mesmas ciências, intimamente vinculadas a condições sócio-históricas, devia lançar luz sobre a filosofia apropriada às sociedades industriais e abrir-lhes o caminho para uma organização política que estivesse à altura da capacidade industrial e científica do sistema social moderno” (Kremer-Marietti, A., *apud* HUISMAN, 2001, p. 225).

e positivista da História, como da ascensão dos denominados “novos” referenciais teóricos e metodológicos utilizados na geração do conhecimento histórico (...) [apontando assim para a] hegemonia alcançada pela Nova História, especialmente na vertente da História Cultural, após a queda do muro de Berlim (1989) e do fim da União Soviética (1991). (FERREIRA JUNIOR, 2010, p. 02).

E na mesma direção, assinala:

a partir da década de 1990, quando a História das Mentalidades e a História Cultural passaram a suplantam as concepções históricas estruturadas com base nas metanarrativas (...) a denominada “História em Migalhas” ou micro objetos de investigação passaram a ocupar a posição central no cenário protagonizado pelo campo da História da Educação (*idem*, p. 11)

O posicionamento de Ferreira Junior é esclarecedor quanto à discussão sobre o aparecimento de novos pressupostos paradigmáticos para a história da educação. Consequente ao câmbio epistemológico das ciências sociais, a historiografia tem se beneficiado de uma ampliação nas suas possibilidades metodológicas, e tal movimento influencia não apenas o modo de se fazer pesquisa — e por consequência, o modo como *esta* pesquisa é feita — mas também o modo como se compreendem e se dão a ler os resultados das investigações no campo. Assim, o recurso ao modelo teórico da História Cultural adquire sentido e legitimidade face ao objeto proposto.

Assim, tomamos como chave de interpretação da representação social da filantropia o arcabouço conceitual da História Cultural, cuja preocupação central é o simbólico e suas interpretações (BURKE, 2005). A seguir desejamos esclarecer a compreensão de história cultural empregada na pesquisa, e os motivos que levaram à adoção de tal entendimento. Entretanto, antes disso faremos uma pequena digressão em favor de reconhecer outra abordagem teórica possível para o problema.

A contribuição para o debate sobre a relação entre filantropia e instrução na segunda parte do século XIX precisa estar atenta a diferentes possibilidades interpretativas. Uma dessas possibilidades opera a leitura do objeto em termos de sua *significação imaginária*¹⁸, por entrever condições de analisar o papel da filantropia na sociedade, e sobretudo na instrução, como expressão de um imaginário secundário, derivado do imaginário central do século XIX, de que é expressão. O discurso da filantropia seria, conforme este marco interpretativo, uma

¹⁸ Proposta interpretativa de Cornelius Castoriadis, exposta na obra *A instituição imaginária da sociedade* (1982). Ali, o filósofo secciona dois momentos da capacidade a que denomina *imaginário*: o primeiro como *imaginário radical*; o segundo como imaginado ou, como prefere o próprio autor, imaginário efetivo, produto do imaginário radical e que se entrecruza com o simbólico. Autores do campo da história têm atestado a validade de tal leitura, abordando seus objetos a partir do imaginário (cf. ESPIG, 2003; SILVA, 2010, BARROS, 2007, PESAVENTO, 1995).

das inúmeras consequências confluentes para a organização da dinâmica social do período. Tal opção de leitura carrega um potencial interpretativo factível, na medida em que Castoriadis (1982) compreende o imaginário como *criação incessante*, “a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

A opção pela abordagem da filantropia na província de Minas Gerais como *representação*, demarcada pelo plano conceitual da história cultural, portanto, não desmerece a eficácia de uma possível leitura a partir do imaginário, mas percebe outra via interpretativa, também válida, e que parece oferecer possibilidades analíticas bastante próximas ao cotidiano do exercício historiográfico.

Segundo Peter Burke, “para o bem ou para o mal, a questão [o que é história cultural?] ainda espera uma resposta definitiva” (BURKE, 2005, p. 09); na visão do autor, “uma solução para o problema da definição de história cultural poderia ser deslocar a atenção dos *objetos* para os *métodos* de estudo” (*idem*). Dessa maneira, a história cultural apresenta-se como um campo de conhecimento que dialoga constantemente com variações da noção de cultura¹⁹, aberto a possibilidades metodológicas diferenciadas que, transitando pela pluralidade, permitem um olhar mais profundo sobre os objetos.

Por sua vez, Roger Chartier define desta maneira a finalidade a que tende a história cultural: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1991, 16-17). Tal projeto aponta para um componente dinâmico, processual, na medida em que admite que a realidade social não é algo dado, mas *construído*; assim, o expediente da pesquisa permanece atento aos possíveis interesses envolvidos no registro dos acontecimentos, nas opções pela preservação e divulgação deste ou daquele episódio, pela ênfase a este ou aquele personagem. Aquilo que é mantido como registro histórico traz consigo os indícios daquilo que não permaneceu, do que por algum motivo não se preservou, não se conseguiu ou não se desejou preservar. Há portanto um incessante confronto pela legitimação do discurso histórico, e é deste processo de poder e dominação que participam as operações de classificação, delimitação, conceituação,

¹⁹ “(...) meio pelo qual as forças sociais se tornam perceptíveis, fazendo-nos tomar consciência de não sermos apenas um indivíduo, mas também o membro de um grupo que age e pensa de modo recíproco, inteligível e convergente” (COSTA, 2010, p. 191). A autora compõe uma exposição bastante sistemática sobre o tema.

investigação, que são caras e próprias ao ambiente acadêmico. Desconsiderar este jogo implícito de poder levaria o pesquisador a uma postura ingênua diante de seus dados.

Nesse sentido, embora as representações sociais “aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (*idem*). O exercício da história cultural é colocado pelo autor em termos de uma *luta de representações*, onde o que se opera é uma disputa, “cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (*ibid.*). Como matriz de discurso diferenciada, a ideia de representação é historicamente determinada, e acompanha o sentido clássico do termo, assim apresentado pelo autor:

(...) por um lado, [entende-se] a representação como *dando a ver* uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como *exibição de uma presença*, como apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1991, p. 20 - grifos nossos).

Para não ceder, portanto, a uma compreensão rasa da história, a interpretação das fontes²⁰ a partir das representações apresenta uma dupla vantagem: de um lado, permite uma leitura mais profunda, indagando sobre o processo de disputa envolvido no seu surgimento e preservação, alcançando por essa via a *exibição da presença*, evidência de um cenário que não se dá a ver de imediato; por outro lado, indica a partir delas os vestígios da “variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) das representações do mundo social (...)” (CHARTIER, 1991, p. 21) do tempo-espaço analisado.

A mobilização dos conceitos de *apropriação* e de *circulação*, ambos tomados à obra de Chartier, é conveniente porque permite identificar o modo como a intelectualidade da província e as lideranças regionais interagiam com as ideias que, no período, eram mobilizadas desde os lugares considerados modelares para o alcance de uma condição civilizada de sociedade, procurando orientar a instrução na província para este fim.

O postulado do autor a respeito da ideia de apropriação, leva à crítica de um modelo analítico centrado na admissão de categorias universais de pensamento. Sua proposta pauta-se pela busca de um fazer intelectual mais enraizado, contextualizado:

²⁰ As fontes são entendidas por Burke como *fragmentos* de seu tempo. A metáfora do quebra-cabeças é ilustrativa: uma só peça, tomada por si, pouco ou nada diz da imagem completa que contribui para formar. Assim, a “tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos reflexos não problemáticos de seu tempo” (BURKE, 2005, p. 32-33). Outro cuidado se refere à dimensão da subjetividade do pesquisador, alertando-o para que não se lembre apenas daquilo “que nos interessa pessoalmente ou que se encaixa no que já acreditamos” (*idem*, p. 33).

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que *as inteligências não são desencarnadas*, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajectórias históricas (CHARTIER, 1991, p. 26-27 - grifo nosso).

A ideia de apropriação será útil para inquirir as circunstâncias sociais que motivaram o aparecimento do discurso da filantropia num contexto social específico, de cuja dinâmica nasce a possibilidade de novas formas de sociabilidade, disseminadas pela expansão da forma econômico-social do capitalismo industrial. Trata-se de perceber que a penetração daquele modo de pensar induziu pouco a pouco, na província, não apenas a busca pelo incremento material e técnico, mas também o aparecimento de novas formas de uso da linguagem, tidas como mais adequadas aos novos tempos. Admitindo-se o argumento de que uma determinada época, pressionada pelo conjunto de mudanças demográficas, econômicas e ambientais, engendra também mudanças comportamentais e simbólicas (ELIAS, 1993), a hipótese parece plausível.

Já a noção de circulação aparece na base dos questionamentos levantados por Chartier (1991) à noção de cultura popular. Para além de tratar-se do mero ato mecânico de trânsito de objetos — sejam eles materiais, como livros, sejam intelectuais, como ideias -, a circulação remete ao reconhecimento crítico da fluidez e da multiplicidade na composição do corpo social, que transcende à simples divisão entre dominantes e dominados, e reconhece outros elementos de pertencimento social dos sujeitos, de nenhum modo binários ou estanques: jovens ou idosos, e mulheres ou homens, e negros ou brancos, e religiosos ou laicos, e urbanos ou rurais, e estrangeiros ou patricios etc. Tais pertencimentos, para além do recorte estritamente econômico, aparecem como condicionantes interpretativos da leitura de mundo que fazem aqueles que escrevem os documentos, os que os leem, os que os preservam e quem os estudam e interpretam.

Percebe-se que a mobilização do arcabouço conceitual da história cultural, partindo do esforço teórico de Chartier, colabora para o entendimento do trânsito das ideias na segunda metade do século XIX em Minas Gerais, evidenciando os debates, as opções e as trajectórias

que informaram a construção da instrução, baseadas nos interesses específicos dos grupos sociais que ocupam, naquele contexto, o lugar de poder na província.

Também é importante termos em mente a finalidade a que possivelmente se destinam os atos dos sujeitos e grupos que passamos a analisar no decorrer deste trabalho. Neste sentido, Elias (1993) traz uma contribuição importante, quando ocupa-se de elaborar sugestões para uma *teoria dos processos civilizadores*. Este ponto da construção teórica do autor é um evidente esforço de superar uma compreensão epistemologicamente restrita, universalista e quase cartorial, baseada no expediente de *definir* conceitos de forma estanque, à moda enciclopédica. Sua argumentação põe a claro que o movimento da história vem acompanhado do movimento das ideias, estas também dinâmicas, *provisórias*. Pretendemos também aqui seguir este percurso. Portanto, em lugar de definir algum conceito do que é civilização, pretendemos discutir os elementos que tornam a filantropia uma das evidências de um *processo civilizador* mais amplo em curso na província e que, como não poderia ser diferente, atinge também o desenvolvimento da instrução.

Elias identifica na sociedade de corte europeia um movimento de transição rumo à solução de problemas de maneiras que evitassem o recurso à violência. Naturalmente, “mesmo que o emprego da violência física diminuísse no convívio humano, mesmo que os duelos estivessem proibidos, as pessoas, sob uma grande variedade de maneiras, exerciam pressão e força umas sobre as outras” (ELIAS, 1993, p. 225). É este ponto, o da contenção da violência, que interessa vivamente à argumentação que pretendemos levar adiante, pois esclarece os motivos para a adoção na província de uma modelagem discursiva que não apenas desaconselha tácita ou explicitamente o emprego da força física, mas também justifica a manutenção e a naturalização dos fios que tecem e justificam o pauperismo; para isso, torna-se imprescindível a caracterização de atos de filantropia, quer pela imprensa, quer pelos documentos oficiais. O lento aparecimento do pobre como necessitado, paciente, alvo do gesto e do discurso de filantropia, e do abastado como seu agente e promotor, é uma discussão que pode ser mobilizada em termos de “de uma série mais longa de motivos e conexões causais, porque é lá que o autocontrole vigilante e a ininterrupta observação do próximo figuram entre os pré-requisitos elementares para se preservar a posição social de cada um” (*idem*, p. 228).

A respeito das fontes e acervos utilizados para a execução desta investigação, discutimos agora as condicionantes e a orientação epistemológica que informaram seu acesso. Galvão e Lopes (2010) enumeram um rol de fontes à disposição do pesquisador contemporâneo em

história da educação. Mencionam relatórios, requerimentos, ofícios, falas de autoridades, mapas estatísticos, censos educacionais, obras de intelectuais que vão dos livros às correspondências, entre outros. No entanto, alertam as autoras, mais do que apenas eleger esta ou aquela fonte com risco de fetichizá-las, um expediente importante para a investigação acadêmica é o de problematizá-las, pois “é preciso discutir, por exemplo, o que presidiu a publicação de um ato oficial; deve-se ter consciência de que, ao lado da intenção da lei, existem as práticas cotidianas (...)” (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 70).

Considerando o ponto de vista das autoras, é possível inferir que o trabalho do historiador, ao interrogar o sujeito de sua produção, demanda uma postura crítica diante da fonte, para que a leitura não seja inocente, simplista, ou dissemine concepções enviesadas sobre o documento; ademais, e em acordo com Burke (2005), é preciso cuidado para não forçar o documento quando dele extraímos informações e reflexões.

Na mesma linha de pensamento, é devido ressaltar que a história da educação tem sido enriquecida com o acesso às denominadas *novas fontes* (FARIA FILHO, 1997). Seu aparecimento tende a sugerir ao pesquisador uma postura também nova, ativa, e sobretudo reflexiva, em relação a elas:

[a] não reflexão acaba, muitas vezes, por dificultar, na prática mesmo da pesquisa, a utilização de inúmeras fontes de pesquisa, ou, o que é mais comum, por dificultar, uma aprofundada e rigorosa análise da documentação (...). O procedimento de questionar a particularidade de cada corpus documental pode auxiliar-nos numa interrogação e utilização mais profícua de cada uma delas (FARIA FILHO, 1997, p. 112-113).

Uma precaução que toca à análise das fontes é a de identificar a *tensão operatória* existente entre a autonomia do leitor — o pesquisador do século XXI — e a condicionalidade do texto — no caso, o documento do século XIX — que “coloca no centro de sua interrogação os *processos* pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido (...)” (CHARTIER, 1991, p. 121 - grifo nosso), processos cujos contornos se diferenciam conforme o texto analisado; daí a importância de cotejar, sem preconceito de origem, as diversas fontes disponíveis, procurando identificar os sentidos que elas vão se esforçando por construir ao preservar, matizar ou ocultar informações, orientadas pelos interesses de seus produtores e pelos fins a que se destinam os coletivos sociais que delas se utilizam.

Do mesmo modo como um mesmo texto suscita juízos contraditórios, a variação nas formas de apresentação de um texto permite visualizar as contradições e disputas pela hegemonia na

orientação dos discursos, e com isso, na direção que a intelectualidade pretende imprimir à sociedade. Assim, por exemplo, a pretensão de estabilidade das formas discursivas preconizada pelo dicionário é contraditada pela dinâmica e pela variabilidade do discurso empregado na imprensa; ao relato previamente preparado, pensado, estudado, que se mostra ordeiro e correto no relatório do presidente, opõem-se as falas exaltadas, entrecortadas de *apoiados!* ou de *não apoiados!* dos deputados, que evidenciam de modo vívido as posições que defendem. A opção, portanto, de fazer uso de diversas fontes cumpre a tarefa de ampliar as possibilidades interpretativas do problema de pesquisa, procurando na sua variedade, uma via de saída para as “estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura autorizada” (*idem*, p. 123).

Por outro lado, a estratégia permite observar o problema a partir de lugares socialmente demarcados de forma diferente. Enquanto, por exemplo, um periódico é pensado e produzido tendo como finalidade uma leitura pública, coletiva — mais próximo, desse modo, da leitura como “audição de uma palavra leitora” (*idem*, p. 124) —, o dicionário presta-se mais frequentemente à leitura individual, particular, orientada à formação intelectual do indivíduo; já o discurso da tribuna, uma vez transcrito ao meio impresso, revela nuances entre o dito e o escrito, em linha com as relações entre o texto e a oralidade a que se referia Chartier (1991).

Ademais, todo processo de leitura — neste caso, leitura das fontes — é orientado por uma *maneira de ler*. “Para além das clivagens macroscópicas, o trabalho histórico deve ter em vista o reconhecimento de paradigmas de leitura válido para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados” (CHARTIER, 1991, p. 131). Na província de Minas da segunda metade do século XIX, a maneira de ler relaciona-se com o reaparecimento e a expansão da imprensa, com a criação de cadeiras que franquearam o acesso às primeiras letras à mocidade, mas também com a compreensão de que o ato de ler constitui um instrumento de aproximação dos leitores — portanto da sociedade — de um certo ideal de cidadão, *civilizado*, absorvido de modelos externos, capaz de servir de molde aos comportamentos que se desejava imprimir no tecido social.

Como fontes para a pesquisa, utilizamos os seguintes tipos de documentos: exemplares de jornais da imprensa periódica mineira disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - HDBN²¹; relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, disponíveis na

²¹ Com o avanço das investigações, como veremos a seguir, consideramos que o recurso mais frequente aos periódicos *Diário de Minas* e *Noticiador de Minas* traria conteúdo suficiente para subsidiar nossa argumentação, em que pese uma primeira visada sobre exemplares de outros veículos.

base de dados do *Center of Research Libraries* - CRL, da Universidade de Chicago; anais da Assembleia Legislativa Provincial, disponibilizados física e/ou digitalmente pelo Arquivo Público Mineiro - APM; dicionários ortográficos da língua portuguesa que foram impressos no período, e cuja circulação é reconhecida pela literatura acadêmica especializada. A seguir, evidenciamos os critérios de escolha e o balizamento do uso de cada uma das fontes empregadas.

O uso da literatura em geral, e da imprensa em particular, como fonte para a pesquisa acadêmica, com suas respectivas implicações, é um movimento que tem sido assinalado no campo da historiografia, por autores como Le Goff (1982), Robert Darnton (*apud* BURKE, 1992) Roger Chartier (2002) entre outros. Um exemplo frequentemente citado deste uso, no contexto acadêmico brasileiro, é o estudo de Gilberto Freyre sobre os escravos nos anúncios de jornal do século XIX (FREYRE, 2015). Entre os pesquisadores contemporâneos da história da educação brasileira, a imprensa aparece de modo recorrente no foco das análises.

Para justificar o emprego de publicações da imprensa periódica como fonte de pesquisa em história, recorremos ao argumento utilizado por Marcília Rosa Periotto (2013), que tem a vantagem de servir como fundamento argumentativo também a utilização das demais fontes. Segundo a autora,

aquilo que prontamente é definido por fonte somente ganha esta condição quando se a coloca *em movimento*. É o pesquisador que diz ser “fonte” aquele documento penosamente garimpado nos arquivos, geralmente tomado pelo mofo, exatamente porque ele se achega da fonte já determinado a cumprir as exigências que o objeto reclama e certamente secundado por um dado eixo metodológico definido a priori (PERIOTTO, 2013, p. 240 - grifo nosso).

Ao discutir especificamente o papel da imprensa periódica do século XIX como fonte, Periotto classifica-as como “guardiãs do movimento histórico, [que] permitem reconstituir os fatos históricos expressivos do processo contraditório das relações sociais (...)” (*idem*, p. 241). Este modo de abordar a questão das fontes leva a refletir sobre o caráter *condicional* a partir do qual elas são observadas, no contexto da historiografia, o que leva a uma dupla consequência. Primeiro, ao mobilizá-las, na dinâmica das exigências reclamadas pelo objeto (*idem*), percebemos mais claramente o vínculo fonte-objeto, vínculo que quanto mais sólido, mais contribui para a validação da pesquisa no campo. Segundo, permite ao pesquisador senão evitar, pelo menos minimizar os “problemas embaraçosos” (BURKE, 1992, p. 25) trazidos pela abordagem proposta pela nova historiografia, que já não percebe a fonte como

portadora da verdade invariável sobre um passado completamente inteligível, mas como uma possibilidade, um *vir-a-ser*, que faz-se ato quando movido pela “forma do poder” (LE GOFF, 1982, p. 88), que é a produção da história. No essencial, observadas a partir desta perspectiva, as fontes abrem caminho para uma ampla variação de interpretações possíveis, discussões, entrecruzamentos, em busca de algo que pode ser a “sua verdade” (*idem*).

Os periódicos consultados, todos a partir da base de dados da HDBN, com suas respectivas datas de circulação, são: Almanach Sul-Mineiro (1874 a 1884); Constitucional: Jornal Politico, Litterario e Noticioso (1866 a 1868); Diario de Minas (1866 a 1875); Monitor do Norte: Jornal Litterario, Scientifico e Noticioso (1874 a 1879); Noticiador de Minas (1868 a 1871); Noticiador de Minas: Orgão Conservador (1872 a 1873); O Arauto de Minas: Hebdomadario Politico, Instructivo e Noticioso (1877 a 1889); O Baependyano: Folha Scientifica, Litteraria e Noticiosa (1877 a 1889); O Jequitinhonha (1860 a 1873); O Jequitinhonha (1863 a 1872); O Liberal de Minas (1868 a 1869); O Mineiro (1873 a 1875); e O Monarchista (1877). Felizmente, para esta pesquisa não foi necessário garimpar penosamente nenhum arquivo tomado pelo mofo, pois a totalidade dos periódicos da imprensa utilizados nesta pesquisa estão disponíveis digitalmente. Por outro lado, percebemos um certo movimento de influência entre os diversos periódicos, algo como se fosse um diálogo tácito entre eles, cuja análise se afastaria muito do nosso objetivo principal. Assim, apesar de um investimento inicial no sentido de ampliar o número de periódicos analisados — esforço que pode ser verificado a partir da composição dos Apêndices V e VII da pesquisa — decidimos finalmente manter o foco sobre dois exemplares de maior circulação, percebendo que refletem uma boa representatividade das questões que investigamos, e por circularem a partir da capital da província, de certo modo influenciam boa parte dos demais veículos. Desse conjunto, portanto, trabalhamos com maior frequência, com os periódicos *Diário de Minas* e *Noticiador de Minas*, que passamos a contextualizar.

Conforme os registros disponibilizados pela HDBN, o *Diario de Minas* teve diversas periodicidades e localidades de publicação, bem como vários proprietários e responsáveis. Não podemos aqui afirmar que se trata de um mesmo veículo, ou se um mesmo título foi atribuído a iniciativas diversas, pois isto escapa à nossa tarefa principal. O exemplar mais antigo sob a nomenclatura *Diario de Minas* preservado pela HDBN veio a público em 01 de junho de 1866. Já o exemplar mais recente do repositório tem sua data de publicação em 21 de junho de 1932.

O período de circulação que interessa diretamente a esta pesquisa coincide com os exemplares preservados pela HDBN publicados entre 01 de junho de 1866 e 31 de dezembro de 1875. Neste intervalo, o *Diario de Minas* circulou na cidade de Ouro Preto, então capital da província, tendo sido impresso na tipografia de João Francisco de Paula Castro (Cf. *Almanak de Minas*, 1874, ed. 001; SALES, 2017, p. 24).

Jairo Faria Mendes argumenta que o *Diario de Minas*, pelo seu caráter comercial, e por ser a fonte de renda de seu proprietário, alterava sua orientação editorial ao sabor dos ocupantes de momento do poder provincial. Assim, Paula Castro obteve ajuda do governo provincial, então chefiado pelo Partido Liberal, para adquirir seu maquinário em 1866. Dois anos depois, tendo assumido a condução da província o Partido Conservador, o periódico teria alterado sua linha editorial na direção dos interesses conservadores. Com o retorno dos Liberais ao poder em 1878, precipita-se um golpe de morte, segundo o autor, sobre o *Diario*: “na edição de 16 de março de 1878, o jornal veio com inscrição Órgão do Partido Conservador, e um editorial em que contava sobre a rescisão do contrato” (MENDES, 2016, p. 04). O repositório da HDBN não preserva o documento a que se refere o autor, motivo pelo qual não foi possível checar a informação diretamente na fonte.

Um periódico com o mesmo título circulou em Juiz de Fora entre 1888 e 1889. Em 1888, o redator responsável é João Ribeiro Junior; no ano seguinte, as edições que circularam entre 12 de março e 30 de junho estampavam como “redactores e proprietarios: Victor M. de Souza Lima, Feliciano Penido e José Mariano P. Monteiro”. Naquele ano, antes como depois deste intervalo, o periódico circulou sem a veiculação do nome de seus proprietários e redatores.

Volta a aparecer em Ouro Preto, em 25 de novembro de 1892, um periódico denominado *Diario de Minas*, cujo redator-chefe é Adolpho Guimarães Corrêa.

Entre 1899 e 1901, o *Diario de Minas*, publicado na então Cidade de Minas, depois Belo Horizonte, aparece identificado como “propriedade de uma sociedade anonyma”, cujo diretor era o Dr. F. Mendes Pimentel. A HDBN também preserva o exemplar da edição de 21 de junho de 1932, impresso em Belo Horizonte, sob direção de Noronha Guarany.

Entre agosto de 1870 e janeiro de 1873, o *Noticiador de Minas*, cujos exemplares preservados pela HDBN remontam a 19 de agosto de 1868, passa a aparecer acompanhado da designação “Órgão Conservador”. Nos limites desta pesquisa, não é possível afirmar se se trata da explicitação de uma proposta editorial já adotada anteriormente, ou de uma guinada na linha editorial do periódico. Certo é que o veículo também pertence a J. F. de Paula Castro, e que,

anunciando o encerramento de suas atividades em janeiro de 1873, informou aos seus leitores na edição do dia 25 daquele mês que sua assinatura seria substituída pelo *Diário de Minas*, que seguramente já circulava a pelo menos seis anos.

Tratando sobre a importância dos relatórios dos presidentes de província para o estudo do século XIX, Faria Filho (1997) argumenta que ali se localiza a fala autorizada, ou o discurso oficial, a partir de onde é possível identificar o nível de interesse do Estado e seus atores em relação à instrução, em comparação com os diversos interesses que permeiam as relações políticas institucionais. Com isso, conforme o autor, chega-se a uma ideia aproximada da importância do assunto *instrução* para o período, comparativamente a outras dimensões da vida pública; ao mesmo tempo, os relatórios dos presidentes de províncias são fontes importantes porque configuram “estratégias de *produção da centralidade* da preocupação com a instrução pública e na conformação mesmo do campo pedagógico” (FARIA FILHO, 1997, p. 112 - grifo nosso). Tal argumento corrobora a compreensão de que o acesso às fontes não se faz sem uma intencionalidade, ou meramente para a constatação de acontecimentos distantes no passado. Ao contrário, provoca a *produção* de uma realidade, a cujos vestígios o pesquisador procura atribuir sentido e significado.

O emprego dos relatórios de presidentes de província como fonte também se justifica porque aglutina as representações de um grupo social específico, posicionado de modo privilegiado na sociedade em que vivem, ocupantes que são de postos decisórios na estrutura administrativa da província. Os grupos políticos cujo personagem representante ali registra suas posições, orientam-na no sentido de pressionar pela distribuição de direitos, deveres e privilégios como melhor lhes parece, e com eles, seus valores, ideias e formas de compreensão e interpretação da realidade.

Consultando o acervo no repositório online do CRL constatamos a disponibilidade dos relatórios de presidentes de província elaborados no período de abrangência da pesquisa. A leitura dos relatórios concentra-se nos documentos referentes ao período de 1865 até 1879, com o foco voltado para os tópicos relacionados à instrução. É importante notar que a produção de tais relatórios está ligada ao movimento dos ocupantes do posto de Presidente da Província, e que esta movimentação atende a um regime de atribuição privativa do poder imperial; assim, cada ocupante da presidência produz um relatório que não é necessariamente

atrelado ao calendário civil, mas atende ao calendário de abertura das casas legislativas e às idas e vindas dos mandatários entre as diversas províncias do Império brasileiro²².

Na mesma linha dos relatórios de presidentes de província, o recurso aos anais da Assembleia Legislativa Provincial filia-se ao esforço de ampliação e enriquecimento da pesquisa em história da educação, que passa pela oferta e a consulta de outros documentos oficiais, além dos mais tradicionalmente analisados, a fim de enriquecer o investimento dos pesquisadores do campo, considerando a consciência e a intencionalidade — declarada ou velada — de seus produtores (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 69-70).

Os dados levantados a partir dos anais da Assembleia Legislativa tornam-se particularmente úteis para discutir a dinâmica das disputas regionais em torno das quais se desenvolveram as relações políticas no período. As entrelinhas destas disputas dão a ler aspectos do lento processo pelo qual foi se consolidando, localmente, a compreensão de que tipo de nação se desejava construir, ao menos do ponto de vista de uma elite²³ privilegiada pelo acesso a trocas culturais mais amplas, como entre outros a frequência a aulas, a leitura de jornais, a participação em associações e a representação política institucional. Neste aspecto, fica visível que as lideranças regionais, o mais das vezes, fizeram coro com o senso comum que se estabelecia como hegemônico, de que a instrução seria o farol a conduzir e orientar o projeto de nação em formação na perspectiva do progresso e da civilidade emanados dos exemplos tomados ao exterior. Entretanto, se superficialmente o discurso apresenta pouca dissonância, uma análise mais detida consegue captar uma dinâmica de interesses mais imediatos, e menos ligados à disseminação e à propagação das luzes; o sucesso na obtenção de recursos dos cofres provinciais, sob qualquer argumento — propagação da instrução, subvenção à propagação da religião oficial, socorro aos pobres, construção de estradas, melhoramentos urbanos -, teria o condão de aumentar a influência de seu postulante. Os documentos localizados e utilizados na pesquisa se referem a 1872 e 1873 (respectivamente primeiro e

²² Os relatórios eram apresentados aos deputados por ocasião da abertura da assembleia provincial, e na passagem de governo de um presidente a outro. As Assembleias eram convocadas anualmente, por um período de dois meses. A respeito da movimentação dos presidentes de província, cf. NOGUEIRA (2019) e NOGUEIRA e PAULA (2016).

²³ Empregamos aqui o termo *elite* tendo como referência o uso feito por Carvalho (1980), também adotado por Dolhnikoff (2005) e por Nogueira e Faria Filho (2016). Trata-se de compreender o agrupamento de indivíduos, receptores de uma formação hegemônica comum, que tomam para si a tarefa de preservar a unidade nacional, valendo-se para isso de expedientes como, entre outros, a atuação política, a reserva de postos de comando, a instrução pública e a publicação na imprensa.

segundo anos da 19ª Legislatura), 1876 (primeiro ano da 21ª Legislatura), 1878 e 1879 (respectivamente primeiro e segundo anos da 22ª Legislatura).

A razão da utilização do dicionário vernáculo como fonte ancora-se na possibilidade de interpretá-lo como depositário estável do sentido que uma sociedade atribui aos acontecimentos de sua época. Do ponto de vista do uso social, é possível considerar o dicionário como um instrumento discursivo, cuja finalidade é constituir e estabilizar os sentidos e usos que circundam os sujeitos em suas práticas. Tal construção se dá pela via positiva, ao eleger determinado repertório de definições, mas também pela via negativa, quando silencia a respeito de outras definições possíveis, que contrastam com as formas discursivas produzidas pelos atores sociais hegemônicos.

José Horta Nunes (2010) interroga sobre a significação que os verbetes de dicionários trazem sobre os sujeitos e o espaço urbano, procurando identificar de que modo as definições presentes no dicionário interferem, a partir do plano discursivo, na atribuição de significado dado a eles. As “formas sintático-enunciativas das definições (...) funcionam como base da produção de determinados discursos” (NUNES, 2010, p. 46-47).

Ao credenciar-se como base para a produção de um discurso, podemos perceber o dicionário como um repositório da fala socialmente legitimada, razão pela qual o senso comum adota as definições ali depositadas como *corretas*, mais das vezes *únicas*. Entretanto, é perceptível que uma produção discursiva torna-se socialmente legitimada apenas em detrimento de outras formas de discurso possíveis. A influência do dicionário pode ser utilizada no sentido de silenciar estas outras formas:

há todo um corpus discursivo proveniente de discursos administrativos, governamentais, de movimentos sociais, de sujeitos urbanos, da mídia, de textos literários, etc. disponível para a identificação de sentidos atuais ausentes nos dicionários ou que trazem diferentes discursos definidores em relação às definições lexicográficas. (*idem*, p. 53).

Isto significa — e daí a validade da adoção do dicionário como fonte — que existe uma *tensão* posta entre a função estabilizadora do sentido preconizada pelo dicionário, e a dinâmica das relações entre os sujeitos que compõem o espaço onde se produz o discurso. Cotejar, portanto, a definição de filantropia trazida pelos dicionários da época, com os usos que dela faziam os veículos da imprensa e os protagonistas do poder político, é útil para identificar as divergências entre os enunciados socialmente legitimados e as formas

discursivas que disputavam esta legitimidade, no contexto do “espaço polêmico das definições lexicográficas, cotejadas com aquelas presentes nos textos em circulação” (*ibid.*).

Por este motivo parece adequado interrogarmos o uso da expressão *filantropia*, em contraste com o modo como ficou — ou não — registrada em dicionários do período. Dentre os dicionários que circulavam na província de Minas Gerais no século XIX, e que presumivelmente eram de uso corrente da elite intelectual local, mapeamos o *Novo Dicionario Crítico e Etymologico da Lingua Portuguesa*²⁴, de Francisco Solano Constancio; o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*²⁵, de José da Fonseca; e o *Diccionario da Lingua Portuguesa*²⁶, de António de Morais Silva.

O procedimento de levantamento, análise e organização dos dados buscou responder à necessidade de enriquecimento da leitura a respeito de um aspecto da vida social ainda pouco explorado no campo, e o seu aprofundamento na direção da descoberta das estruturas sobre as quais se assentam as evidências encontradas. Para isso, empreendemos o expediente de categorização e interpretação dos dados. Em relação ao exercício de categorização, Bardin (*idem*, p. 117) aponta um conjunto detalhado de procedimentos para inventariar e classificar os dados, organizando-os a partir de uma intencionalidade. Também Claire Selltiz (1971) detalha o procedimento de codificação, “processo técnico pelo qual são categorizados os dados” (SELLTIZ et. al., 1971, p. 451). No que respeita ao processo de interpretação dos dados, uma vez categorizados, trata-se de um exercício de ultrapassagem do esforço descritivo da realidade. Neste mesmo sentido, Triviños (1987) destaca que

(...) não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no *conteúdo manifesto* dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o *conteúdo latente* que eles possuem. O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia (...); o segundo abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico (TRIVIÑOS, 1987, p. 162 - grifos do autor).

Corroborando a mesma interpretação, Minayo (2000) salienta que

todo esforço teórico para desenvolvimento das técnicas, visa — ainda que de formas diversas e até contraditórias — a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma *vigilância crítica* frente à comunicação

²⁴ Edição de 1836.

²⁵ Edição de 1843.

²⁶ Edições de 1789, 1813 e 1858.

de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação (MINAYO, 2000, p. 203 - grifo nosso).

Ainda que o tratamento e a organização dos dados da pesquisa seja uma tarefa inescapável, qualquer via de procedimento apresenta limites que não podem deixar de ser reconhecidos, em homenagem à busca da boa prática acadêmica. Não poderia ser diferente aqui. Dedicamo-nos a um objeto não tangível, não presente a não ser em seus resultados, e *sempre por algum motivo* registrado neste ou naquele texto, neste ou naquele veículo, preservado desta ou daquela forma, por tais e tais personagens. A consciência de que o produto do conhecimento sempre se revela provisório e aproximativo, tangencia o antigo problema da verdade, cuja discussão em todo caso, no campo da filosofia, nunca cessou. Evidentemente, na condição de uma ferramenta para uso do sujeito pesquisador, a consciência de tais limites, antes de se apresentarem como empecilhos, tem o propósito de aperfeiçoar sua aplicação.

Mediante tais considerações, esta dissertação foi organizada em dois capítulos. O primeiro assume a tarefa de refletir sobre elementos importantes do processo de busca de credenciar a província de Minas como uma região alinhada aos ideais de progresso e de civilidade emanados dos grandes centros urbanos. A intenção de *marchar com acerto*, alinhada aos melhores exemplos de modernidade, parece alimentar a imaginação da sociedade mineira, que busca direcionar esforços políticos e materiais para a exibição de avanços e incrementos os mais diversos. Assim, atitudes como a recuperação e abertura de estradas e pontes, o debate sobre a melhor forma de transporte da produção, a criação de escolas e cadeiras, e o reaparecimento e fortalecimento da imprensa, evidenciam uma intenção de dinamismo presente no tecido social da província.

Na segunda parte, passamos a reunir elementos capazes de evidenciar o que denominamos *cultura filantrópica* na província. Queremos identificar de que se trata a filantropia que o discurso mobiliza, quais são as repercussões de sua adoção no cotidiano social. Demos especial atenção para o modo como seu uso aparece durante a afirmação de um processo de reconfiguração do espaço urbano, no contexto das propostas de adequação da instrução na província, nas relações de disputa regional por representatividade institucional ou simbólica perante a sociedade, e como elemento indutor de comportamentos considerados exemplares.

O processo de produção acadêmica não é linear. A separação em capítulos, tanto como a subdivisão em seções e o sequenciamento entre elas, tem menos a ver com a cronologia da pesquisa do que com os objetivos que se propõe investigar. De maneira que, ao longo de mais

que dois anos, mesmo durante a construção do projeto de pesquisa, esta dissertação vem tomando forma a partir da execução simultânea das tarefas afeitas ao levantamento bibliográfico, à busca de fontes, ao levantamento de dados, à reflexão teórico-metodológica. E naturalmente, este processo acontece também em simultâneo ao mundo da vida, ao cotidiano mais imediato, aos acontecimentos de grande repercussão social, às dores e delícias de ser quem se é. Por outro lado, aquilo que certamente não será exposto uma vez concluída a escrita da dissertação, também *diz algo*, e o diz com letras maiúsculas: o não explicado, o não explícito, fala a respeito de *limitações*: do pesquisador, da universidade, do campo teórico, do objeto, e afinal do humano. Desse modo, as interrogações que eventualmente surgirem da leitura dessa dissertação querem ser convites para o pensar, o reinterpretar, o avançar e superar seus estreitos limites, para muito além de ofertar qualquer tentativa de solução definitiva ao debate.

1 PARA *MARCHAR COM ACERTO*: O PROCESSO CIVILIZADOR EM CURSO NA PROVÍNCIA DE MINAS

O que nos ocupa é saber de que se trata o discurso da filantropia mobilizado ao final do período imperial brasileiro, na província de Minas. Ora, mudanças na estrutura de um discurso, ou na dinâmica de seu emprego, variam tal como as condições sociais e materiais das pessoas e grupos que dele se utilizam. Para compreender melhor este movimento, portanto, precisamos de uma contextualização mínima da vida social, material, econômica e cultural da província naquele momento.

A disputa entre forças sociais pelo direcionamento da cultura e da sociedade é um movimento ininterrupto. Entre os pesquisadores da história da educação mineira tem sido aceita a proposição de que o século XIX foi palco de uma luta intensa e acirrada, a propósito da oposição entre grupos favoráveis à manutenção da monarquia e aqueles partidários da adoção do modelo republicano. Para além da definição de um modelo de organização do Estado, o período acena para viabilizar um projeto de nação. Este projeto mirava um ideário civilizador, entendido pela constante apologia ao progresso técnico, material e científico, pela gradual recusa da instituição religiosa como fator preponderante de organização social, substituindo-a por um modelo de ordenamento baseado na racionalidade científica, e por uma economia de base liberal, cujos modelos mais aceitos foram o europeu e, em seguida, o estadunidense. A mobilização do conceito de *civilização* como aporte para a compreensão dos dados desta pesquisa vai na mesma direção que tem sido adotada pelos pares pesquisadores.

O Estado imperial brasileiro, que dura desde sua independência em 1822 até a proclamação da República em 1889, foi marcado por uma relação ambígua com a Igreja, relação de *paz precária*, que envolveu proximidade e fragilidade ao mesmo tempo; se por um lado o catolicismo era proclamado religião oficial do Império, por outro lado o nível de influência do poder civil sobre os negócios da fé, tanto como do clero sobre a rotina administrativa do país, nem sempre estiveram muito claros, menos ainda se deram sob condições exatamente pacíficas, o que veio a gerar intenso desgaste à instituição do padroado. As variáveis que compõem o cenário da relação Igreja-Estado no período são inúmeras, e sua análise escapa completamente das possibilidades e dos objetivos deste trabalho; entretanto, a fim de melhor contextualizar o período de que tratamos, fazemos aqui um rápido aceno a esta relação, para

em seguida justificar a distinção entre a filantropia, a que nos referimos, e a ideia clássica de caridade advinda da teologia cristã.

Roque Spencer Maciel de Barros (1997) compõe um quadro geral da relação entre a Igreja e o Estado nos anos finais do Império brasileiro, ressaltando a nem sempre aparente complexidade e profundidade dos acontecimentos da *questão religiosa*, que “sacudiu a opinião brasileira na primeira metade da década de 70” (p. 317). Trata-se do episódio que envolve o julgamento e prisão de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e o julgamento de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará. Superficialmente parece apenas mais uma contenda envolvendo dois prelados cuja pastoral descontenta a majestade imperial. Existe mais em jogo. Trata-se da antiga controvérsia entre a influência jesuíta pela via do catolicismo contra os interesses da maçonaria; além disso, estão em disputa interpretações divergentes do próprio catolicismo: o ultramontanismo²⁷, patrocinado pelo papado de Pio IX e que teve em D. Vital e D. Macedo dois defensores intransigentes; um catolicismo cada vez mais conforme aos interesses do liberalismo, e que ganhava terreno a olhos vistos a partir da pregação dos padres Lamennais e Lacordaire, e da atuação do conde de Montalembert; e ainda um falso catolicismo, que Barros (1997) chega a chamar de “protestantismo inconsciente do clero” (p. 323), que servia de fundamento para a religiosidade do povo, “ignorante e iletrado na sua grande maioria” (*idem*), e que servia muito bem aos interesses do Império:

Na realidade, andavam quase todos muito longe do catolicismo, mais ciosos da autoridade do Império do que dos ensinamentos da Igreja, mais convictos da verdade de sua opiniões do que das doutrinas romanas, mesmo em assuntos exclusivamente religiosos. À medida que nos aproximamos de 1868 ou 1870, anos marcados pela eclosão do radicalismo liberal e republicano e pela maré montante do cientificismo, mesmo esse catolicismo nominal se abala, mas nem sempre de forma declarada (...) (BARROS, 1997, p. 323).

Num Brasil cujo debate cotidiano, ao menos nos meios letrados, era o processo de construção da própria identidade, não parecia haver segurança quanto à natureza de sua relação com a religiosidade, motivo pelo qual apenas uma *paz precária* era possível entre a institucionalidade

²⁷ A tese do ultramontanismo baseia-se na admissão da imutabilidade da disciplina católica. Segundo este princípio, e de modo bastante simplificado, à Igreja cabe a verdade sobre a condução de todo o rebanho católico, e ao seu representante máximo, a última palavra sobre seu comportamento e aspirações. A fé, portanto, conduz imediatamente os negócios da vida, do cotidiano; e sendo que em matéria de fé o católico é conduzido pelo Papa e seus representantes, está colocada uma séria controvérsia diplomática entre Roma e os governos nacionais que adotam o catolicismo como religião oficial. A respeito da interpretação sob o ponto de vista liberal desta controvérsia, Barros (1997) remete à obra de Saldanha Marinho, *A Igreja e o Estado*, de 1873.

do Estado brasileiro e a hierarquia da Igreja: “nem os imperadores, nem os homens cultos, nem o clero, nem o povo poder-se-iam definir como católicos, na acepção exata do termo, embora católicos se declarassem todos eles” (BARROS, 1997, p. 324).

Mas o debate religioso do século XIX ultrapassa as fronteiras do Estado brasileiro. Há uma disputa colocada entre os princípios fundamentais do liberalismo, cujos pressupostos econômicos são frequentemente mais ressaltados, mas que não se resumem a eles, e o ultramontanismo expresso nos documentos da oficialidade eclesial, ciosa de manter intacta, tanto quanto possível, a cadeia de privilégios alcançados pela Igreja ao longo da história. Acontece que a previsão da liberdade de comércio, a industriabilidade, o gosto pela criação de riqueza, a previsão da concentração desta mesma riqueza em mãos privadas, aparecem como sérias ameaças ao poder secular da Igreja. Para Heinz-Gerhard Haupt,

O problema da sobrevivência do Estado pontifical era o obstáculo principal entre os dois atores. Os preconizadores do *Risorgimento* anunciavam a marcha sobre Roma e elevavam Roma a símbolo da unidade nacional reencontrada. Após a Roma dos césares e a dos papas, a Roma do povo deveria ser construída contra o papa. Com esses discursos, eles provocavam e aumentavam a desconfiança do papa, que temia que essa retórica expansionista conduzisse à abolição do Estado pontifício. (HAUPT, 2008, p. 81-82).

Da parte da instituição eclesial, a

expressão doutrinária fundamental desse estado de espírito é a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* que a acompanha; sua obra concreta essencial o concílio do Vaticano e a proclamação do dogma da infalibilidade. O *Syllabus Errorum* condena sem apelação o racionalismo, absoluto ou moderado, o naturalismo, o indiferentismo, o latitudinarismo, a ideia da Igreja livre no Estado livre (i.é, a a separação da Igreja e do Estado), o primado do poder civil, a ideia da dependência do poder eclesiástico, o liberalismo, o progresso, a civilização moderna etc., numa contraposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declaradas incompatíveis (BARROS, 1997, p. 326).

Vejam a definição de *caridade* proposta por Nicola Abbagnano: “é a virtude cristã fundamental porque consiste na realização do preceito cristão fundamental: ‘Ama o próximo como a ti mesmo’” (ABBAGNANO, 2012, p. 135). Ficam evidentes na definição do autor duas informações que nos auxiliam a distingui-la da ideia de filantropia que trabalhamos nesta dissertação. A primeira é sua estreita vinculação a uma valoração moral, na medida em que é *virtude*, assim diferindo de uma *prática* filantrópica; a segunda é a especificidade desta mesma valoração, descendente direta de *uma moral específica*, a do cristianismo, que como vimos está no período sujeita a interlocuções e questionamentos cujos reflexos históricos podem ainda estar sendo avaliados.

Na primeira seção deste capítulo, vamos procurar compreender possíveis influências que a construção de ligações entre as localidades, com o fim de facilitar a produção, circulação e consumo de mercadorias, bem como as melhorias nas cidades, podem ter exercido sobre o modo de pensar e interpretar a realidade por parte dos atores daquele período. A seção seguinte procura destacar possíveis intencionalidades envolvidas na dinâmica do investimento em instrução no contexto da província, dando destaque à dicotomia existente entre os princípios aventados pelos proponentes deste investimento e os fins a que parecem se destinar. E a última trata de refletir sobre o uso público das representações da filantropia, com destaque para os veículos de imprensa, sobretudo no que se relacionam com o desenvolvimento da instrução.

1.1 Urbanização e progresso: busca de caminhos para as Minas

O modo como aparecem numa sociedade as estruturas de Estado, como níveis e modelos de governo, a burocracia etc., correspondem a formas específicas de relações econômicas que atestam ou refutam a interdependência regional entre seus atores, dadas as formas, também específicas, de divisão social do trabalho.

Se, na sociedade, a produção de uma pequena ou grande gleba de terra era suficiente para atender a todas as necessidades essenciais da vida diária, do vestuário aos alimentos e implementos domésticos, se era pouco desenvolvida a divisão do trabalho e a troca de produtos a longas distâncias, e se, concomitantemente, (...) as estradas eram ruins e subdesenvolvidos os meios de transporte, era muito fraca também a interdependência das diferentes regiões. (ELIAS, 1993, p. 33).

A relação de interdependência coloca, por sua vez, a pertinência da discussão sobre a direção dos investimentos na construção de formas de ligação entre as localidades de produção e consumo de mercadorias. Esta discussão é importante para subsidiar a argumentação de que nos ocupamos aqui, na medida em que admitimos que o processo de transformação das relações econômicas na província justifica a necessidade de uma transformação também nos discursos e nas representações que se produzem entre os atores sociais.

Dois aspectos são importantes de serem notados em relação a este conjunto de transformações econômicas. Um deles se refere à construção de vias férreas, caminhos, estradas e pontes com o fim de favorecer o escoamento da produção. O outro, aponta para o movimento de modificações do espaço urbano orientado para a recepção de uma classe específica de

habitantes. Ambos indicam a prevalência de relações capazes de evidenciar e perpetuar a desigualdade entre grupos sociais: mais e melhores estradas para o aumento da produção, cujos resultados financiam a transição dos personagens das oligarquias regionais das fazendas para as cidades. Desigualdade que por sua vez exigirá uma justificativa no plano do discurso: o progresso, que beneficia a todos, é fruto do bem agir de personagens beneméritos, que por essa razão merecem o devido reconhecimento, que chega quer pela manifestação de uma opulência material naturalizada como merecida, quer pela pretensão de superioridade moral de quem *faz* o progresso acontecer.

Para a caracterização do período do ponto de vista econômico, convém recordar o movimento de passagem de uma economia mais voltada para o consumo local, paulatinamente na direção de relações econômicas mais informadas pela pretensão exportadora. Nesse sentido, Clotilde Andrade Paiva (1996) ocupa-se de “traçar um quadro das principais relações econômicas que estariam ocorrendo em Minas na primeira metade do século XIX, à luz dos depoimentos de viajantes estrangeiros” (PAIVA, 1996, p. 108). Dentre os principais apontamentos da autora, destacamos os que ilustram o desenvolvimento posterior das relações econômicas. Um deles refere-se à forma como a economia de subsistência é observada pelos viajantes que circularam pela província:

as atividades [econômicas] tendiam a ganhar mais atenção dos viajantes quanto mais importantes elas pareciam ser. Em outras palavras, focalizou-se e destacou-se predominantemente as atividades voltadas para os mercados regionais internos e provinciais externos. No entanto, os viajantes mencionam que por toda Província havia considerável produção para consumo local, sempre muito diversificada (*idem*, p. 111).

Este ponto de vista coincide com os registros oficiais da época, e com o que parecem ser os objetivos que a institucionalidade governamental deseja alcançar. A seção que trata das obras públicas no relatório do presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, em 1865, inicia-se a partir da afirmação de que

a facilidade de comunicações para os grandes mercados, é necessidade imperiosa em toda a parte, e principalmente nesta Província, onde abunda uma copiosa variedade de importantes productos, que á grandes distancias tem de demandar o Rio de Janeiro, como o seu natural e principal consumidor (MINAS GERAIS, 1865, p. 18).

É devido ressaltar que, neste caso, a admissão da *necessidade imperiosa* no que toca à construção de estradas não chega a mover o presidente a providenciá-las, já que segundo seu

entendimento, a expansão da estrada Pedro II, obra que escaparia à competência e às possibilidades do governo provincial, seria preliminar a esta tarefa.

A respeito dos meios necessários para o aumento da eficiência no escoamento da produção, os relatórios dos presidentes da província e as discussões nas sessões legislativas são pródigos em registrar o esforço das oligarquias regionais em providenciar campos com melhores estradas e mais pontes, e espaços urbanos mais bem estruturados com saneamento e iluminação. A justificativa para tais providências, quase que invariavelmente, é desenvolvida por meio do discurso que invoca o privilégio da técnica, da ciência, da racionalidade, características do novo mundo no qual teria lugar a jovem nação. Afinal, teria sido este o caminho pelo qual as nações mais avançadas, tomadas como modelo, alcançaram o almejado progresso.

É elucidativo o modo como o vice-presidente Joaquim José de Sant’Anna dirige-se à Assembleia Legislativa provincial em 1866, ao tratar das condições atuais das obras públicas. Sant’Anna refere-se à criação da Diretoria de Obras Públicas:

Convinha por tanto e era indispensavel o estabelecimento de um *centro d’onde, regularizado, scientifica e administivamente* todo o serviço concernente a obras publicas, partisse a indicação, precedidos os necessarios exames das obras mais urgentes e vantajosas, e das estradas que de preferencia devessem ser abertas, como sendo aquelas que mais podessem concorrer para o desenvolvimento da nossa industria (...) (MINAS GERAIS, 1866, p. 06 - grifo nosso).

O fragmento apresenta duas premissas importantes para compreendermos o cenário econômico daquele momento. Por um lado, fica visível a tentativa de organizar a máquina do Estado provincial segundo uma racionalidade técnico-científica que prevê a *centralização* como forma operativa. De outra parte, e via de consequência desta primeira, os negócios da província são articulados naquele momento de maneira a alinhar, ou pelo menos aproximar, suas diretrizes à economia industrial nos moldes capitalistas.

O próprio ordenamento jurídico é pensado no sentido de favorecer o ideário do desenvolvimento econômico. Para permanecer em um só exemplo, a lei nº 1870, de 15 de julho de 1872, autoriza a Câmara Municipal de São João d’El-Rey “a crear uma barreira na ponte da Piedade, para cobrar nella taxas, cujo producto será empregado nos reparos da estrada, que da ponte se dirige à Cidade” (COLLECCÃO DE LEIS..., 1872, p. 05). A região da vila de São João Del Rei é caracterizada por Paiva (1996, p. 115) como “importante região de entreposto”, que apresenta já nas primeiras décadas do século XIX desenvolvimentos no

setor exportador de gêneros de abastecimento como queijos e bovinos, cuja movimentação “sugere que parte desse produto era enviado para o Rio de Janeiro”. Considerando esta caracterização, parece razoável admitir que a administração provincial via na estratégia da cobrança destas taxas um caminho para o desenvolvimento da atividade comercial da região. Se assim via, no entanto, é preciso interrogar se assim agia. Pois nos anais da Assembleia Provincial do mesmo ano de 1872, na sessão de 27 de maio, o deputado Pereira dos Santos reivindicava:

V. Exc. sabe, Sr. Presidente, que no seculo actual todos os paises civilizados do mundo têm voltado suas vistas para as estradas de ferro e a navegação. V. Exc. sabe perfeitamente que hoje o grande problema a resolver-se nas nações agricolas, como a nossa, é offerecer-se aos productores baratêsa e rapidez na remessa de seus productos aos mercados (...); mas tem sido tal o caiporismo de nossa Provincia, que a estrada de Itajubá não se concerta ha mais de dez annos, e a do Picú ha cinco ou seis (...). Os habitantes do Passa-Vinte considerarão como cassuada o facto de lá ir um engenheiro, porque dizem, que cada vez que por lá apparece um engenheiro, elle examina a estrada, faz o orçamento dos concertos necessarios, finca estacas aqui, alli e acolá, e por fim de contas tudo fica na mesma, sem se fazer concertos alguns. (MINAS GERAIS. Anais da Assembleia Provincial, 1872, p. 33)

Nota-se no fragmento, em primeiro plano, o recurso ao discurso que vincula progresso e civilização, e que toma os *países civilizados* como modelos a serem seguidos e imitados; em seguida, a caracterização do país como uma nação agrícola, localizando assim sua participação no jogo produtivo internacional; logo após, aparece o motivo para a mobilização do discurso e da caracterização anteriores, que coincide com o direcionamento de recursos para a reforma de estradas regionais em sua base política territorial. Neste ponto é sugestiva a ironia com a qual o deputado Justino Camara, ao mesmo tempo em que corrobora o uso discursivo de Pereira dos Santos, chama a atenção jocosamente, num aparte, para a situação de seu próprio território: “No norte não se sabe se o engenheiro tem forma humana” (*idem*). Ao que parece, o fragmento dá a ler uma situação onde cabem, ao mesmo tempo, um discurso baseado na racionalidade, na civilidade e na orientação ao progresso material, e um cotidiano alijado deste mesmo progresso.

Para a finalidade que almejamos na pesquisa, a caracterização do cenário de transformações econômicas da segunda metade do século XIX não seria satisfatória se ficasse restrita ao registro das disputas em torno da construção e manutenção das estradas e pontes que deveriam ligar os centros urbanos e fazer escoar a produção da província para os mercados consumidores, notadamente a sede do Império. Um segundo aspecto importante para a análise consiste em notar a dinâmica que se desenvolve nos próprios centros urbanos, cujas

transformações respondem à ocupação destes espaços por uma classe peculiar de pessoas. A elite econômica, que aos poucos se identifica com o discurso que representa o progresso e a civilidade, necessita de um *locus* que, quer por sua dinâmica, quer pelo aspecto visual, corresponda materialmente a esta aspiração. Via de consequência, o aparecimento de vestígios de urbanização acaba atraindo os mais abastados, na ânsia de se fazerem notar nos centros de poder como responsáveis diretos pelas melhorias; por outro lado, atraem também os mais pobres que, em busca de melhores oportunidades, se avolumam, tornando-se um incômodo cada vez mais visível, e menos possível de se desconsiderar.

De fato, este movimento encontra precedente histórico no processo de formação dos Estados europeus. Para Elias, nos momentos iniciais do movimento de feudalização, por volta dos séculos X a XII, as

(...) cortes dos senhores feudais mais importantes, os reis, os duques, os condes e os barões mais ricos ou, para utilizar uma expressão de aplicação mais geral, os senhores de território, atraíam dessa maneira, pelas crescentes oportunidades presentes em suas câmaras, um número cada vez maior de pessoas. Processos muito parecidos voltariam a ocorrer alguns séculos mais tarde, em um nível mais elevado de integração, nas cortes dos príncipes e reis absolutos (ELIAS, 1993, p. 67).

É neste mesmo contexto que acontece a formação dos quadros instruídos da sociedade, cuja ocupação é dupla: por uma via, desenvolvem processos burocráticos capazes de levar adiante a administração do monopólio fiscal, que por sua vez se presta a alimentar a estratégia de concentração e exclusividade na instrumentalização da violência²⁸; por outra, produzem a historiografia oficial daquele grupo que exerce o monopólio:

Era preciso haver uma organização central, pessoas para controlar a entrada e saída de mercadorias, para manter as contas, por mais primitivas que pudessem ser no início, pessoas que controlassem a receita produzida pelos tributos e administrassem os territórios (...) As cortes dos grandes e ricos senhores feudais atraíram inicialmente um quadro de amanuenses educados para fins de administração. (...) Na concorrência entre os governantes de territórios, (...) [as grandes cortes] se tornaram os locais para exibir o poder e a riqueza dos seus senhores. Estes, por isso mesmo, reuniram escribas não só para finalidades administrativas mas também para redigir a crônica de suas façanhas e destino. As grandes cortes tornaram-se “centros potenciais de patrocínio literário” e “centros potenciais de historiografia” (*Idem*, p. 73).

A fim de estabelecer relação entre a digressão histórica ao período de formação do Estado europeu com o ideário circulante, no século XIX, de formação da nação brasileira, podemos

²⁸ A respeito da relação entre monopólio da arrecadação e do uso da força, bem como sua importância na constituição dos Estados, cf. Weber, 1999.

recorrer ao trabalho de Rosa Maria Ferreira da Silva (2013). Tratando do desenvolvimento da cidade oitocentista no contexto do que nomeia o *sertão das Gerais*, a autora percebe uma dinâmica de identificação, por parte da elite, entre o espaço da cidade e o ideário da civilidade. Para ela,

(...) a elite letrada do Brasil, que convivia principalmente com as realidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tributava à cidade o espaço em que se realizava a civilização. Para esta elite (...), a civilidade e a “urbanidade” equivaliam à cortesia. Diferente, pois, da vilania e da “vileza”, próprios daqueles que viviam no campo (SILVA, 2013, p. 413-414).

É inteligível, portanto, que esta elite privilegiasse a adoção de modelos tidos como civilizados com o propósito de replicá-los, no que fosse possível, onde quer que pretendesse habitar. Daí que

(...) as intervenções urbanísticas do Barão de Haussmann fixaram a imagem de Paris como modelo, símbolo e inspiração de cidade civilizada. Foi a Paris do século XIX e, mais ainda, o urbanismo relacionado a ela, que moldou o padrão de cidade moderna e a série de intervenções urbanísticas que tiveram lugar em várias partes do mundo, inclusive na capital e no interior do Brasil (*Idem*, p. 417).

Um segundo ponto de precedência visível no período de formação do Estado europeu em relação à configuração da jovem nação que então se almejava, tem a ver com a ambivalência, ou mesmo a multiplicidade de interesses específicos das pessoas e grupos que, participando da elite dominante, concorrem entre si pelo predomínio sobre os demais. Num primeiro momento, interesses mais imediatos podem ser cotejados de modo mais simples, mais direto, face aos interlocutores:

Em sociedades sujeitas à economia de troca, observa-se ocasionalmente inequívocos relacionamentos negativos de inimizade pura e total (...). Muito maior nessas sociedades, também, é a possibilidade de relacionamentos de dependência mútua, clara e sem complicações, amizades sem reservas, alianças, relacionamentos de amor ou serviço (...). Sem dúvida (...) as rápidas mudanças de um extremo a outro, e a fácil transformação de amizade firme em inimizade violenta, ocorriam com maior frequência (ELIAS, 1993, p. 146).

A acentuação da ambivalência de interesses, fator relevante para o aparecimento e a definição de uma conduta civilizada, está diretamente relacionada ao aumento na complexidade da divisão de funções e tarefas entre os membros da sociedade.

Tornando-se os interesses e funções sociais cada vez mais complexos e contraditórios [graças à crescente divisão de funções], encontramos no comportamento e sentimento das pessoas uma cisão peculiar, a coexistência de elementos positivos e negativos, uma mistura de afeto e antipatia mútuos, em proporções e nuances variáveis. As possibilidades de inimizade pura, inequívoca,

diminuem; e se evidencia mais e mais o quanto os atos cometidos contra um adversário ameaçam também a existência social de quem os perpetra (...) (*Id., ibid.*).

O dado de que o aumento no nível de complexidade na distribuição das funções e tarefas na sociedade implica no refinamento do padrão de comportamento no contexto das relações sociais, representado pela ambivalência de interesses, sugere que consideremos a cidade como ambiente privilegiado para a manifestação do embate entre classes sociais, e entre grupos de uma mesma classe. Não é por outro motivo que o registro discursivo da filantropia, de que nos ocupamos, alastra-se mais intensamente pelas vias utilizadas mais frequentemente no meio urbano. Também não é outra a razão do acirramento entre grupos que disputam o monopólio do poder político, e que ao fazê-lo influenciam o rumo dado à construção do espaço urbano e, por extensão, à ideia predominante de nação.

O acento diferencial nos princípios informadores das duas reformas²⁹ refletia perspectivas diferentes de progresso que conviviam, *tensionadamente*, no Brasil da segunda metade do século XIX. Observe-se que no período não havia uma, mas pelo menos duas noções de progresso: cada uma laudatória de um regime político diferente (SILVA, 2013, p. 418 - grifo da autora).

O tensionamento ocasionado pela ambivalência de interesses, entretanto, não se restringiu à configuração do poder central, mas apresentou-se como *princípio* do processo de transformação do espaço urbano como um todo, evidenciando os diversos interesses, nem sempre progressistas, que orientavam o processo:

Entendemos que havia, sem dúvida, uma noção de progresso que informava as ações do Macieis. Mas esta noção, embora não excluísse, não estava ligada ao progresso material representado pelos trilhos da locomotiva. Antes, progresso para os Dias Maciel articulava-se, como dito, à ideia de civilização, por sua vez dependente da educação, do saneamento, da higiene, da saúde, da água potável, da estética da povoação. (*Idem*, p. 430).

Percebemos que, com relação ao grupo político estudado pela autora, há um distanciamento entre as ideias de *progresso* e de *civilização*. A primeira, empregada para referir-se aos melhoramentos realizados com o intuito específico de alavancar as relações econômicas; a segunda, mobilizada para referir-se às obras de melhoramento cultural e estético do espaço urbano. É esta segunda definição, necessariamente civilizadora, mas não necessariamente progressista, que a autora identifica como o mote político do grupo predominante no povoado de Patos de Minas, na segunda metade do século XX:

²⁹ A autora refere-se ao processo de reformulação urbana do Rio de Janeiro ocorrido entre 1902-1906, constituído de duas grandes reformas.

Ao contrário dos apitos da Maria Fumaça, das indústrias, do comércio palpitante e das oportunidades de enriquecimento, (...) eles investiram na canalização da água, na construção do jardim público, na reorientação do traçado urbano da cidade, saindo do vetor norte rumo a Paracatu (...); na abertura da Avenida da Liberdade, inspirada na Champs Élysées de Paris; na construção do cinema; na construção de um hospital, em medidas de saneamento básico; na construção do Grupo Escolar. (*Idem*, p. 432).

O investimento na construção e na melhoria de estradas e pontes — ou a intenção de fazê-lo — sob um fundamento de base racional, bem como o impulso à reconfiguração dos espaços urbanos da província, a fim de absorverem as elites econômicas, evidenciam a adoção de um discurso de civilidade e de progresso que, não obstante os matizes tributáveis à ambivalência de interesses dos grupos que as compunham, foram invariavelmente formulados de modo a justificar a existência de uma desigualdade cada vez mais evidente, e sobre a qual cada vez menos se poderia calar. A higienização das cidades cobraria seu preço, ao revelar por contraste uma multidão de pobres que não poderia ser ignorada. O que fazer, uma vez que o ideal de uma nação que progride materialmente aparece conectado com a exigência de uma nação civilizada e ilustrada, retrato frontalmente diverso do sem-número de miseráveis e analfabetos cada vez mais evidentes? Parece não restar remédio senão movimentar e incrementar o aparato educacional da província, no sentido de diminuir a precariedade da força de trabalho e o obscurantismo. É o assunto de que nos ocupamos a seguir.

1.2. Instrução para a civilidade: ideais de uma nação em construção

Uma vez que objetivamos compreender as possíveis relações entre o discurso da filantropia e a construção da instrução na província de Minas Gerais, é importante procedermos uma rápida caracterização deste aspecto da vida social.

O recurso ao discurso da filantropia associado ao objetivo de expansão da instrução mostra-se a serviço do aparecimento de um modelo almejado de nação, informado pelo empenho “no outro, mas com objetivo de obter algo em troca” (LAGES, 2013, p. 54). Este movimento, detectado pela autora ao analisar o relatório da comissão designada para analisar, em 1865, o *status* da instrução pública na província, é indicativo da “maneira contrastante como os grupos e indivíduos fazem uso dos motivos e das formas que partilham com os outros” (CHARTIER, 1990, p. 136), conforme se pode observar no seguinte trecho do mencionado relatório:

Dir-se-ha que com o favor das subvenções, educação-se muitos alumnos pobres; mas a comissão entende que não deverá ser favorecida simplesmente a pobreza, mas sim esta ligada a um talento, absoluto ou ainda relativamente grande, e que não seria justo deixar de desenvolver e utilizar em favor do país. (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 40).

O movimento que o fragmento dá a perceber é o de orientar o investimento na instrução não como estratégia de superação da pobreza e da desigualdade, mas como forma de incremento de mão de obra qualificada, braços capazes de consolidar um determinado projeto nacional, cuja autoria intelectual pertence a uma classe específica. O recurso à ideia de circulação é útil para evidenciar que o ideal de civilidade que norteou a construção dos fundamentos da nação — e conseqüentemente da instrução nela ofertada — provém de atores sociais que elaboram e manifestam seu pensamento a partir de lugares considerados centros de irradiação de práticas civilizadas:

Já na década de 1850, ao ideal de civilidade viria se acrescentar o anseio de direcionar a nação para a rota do progresso: o progresso da indústria e o progresso através da construção de estradas e demais vias de comunicação. O ideal de civilização se encontra vinculado, logo, ao progresso e aos princípios da modernidade colocados em circulação. Justaposto aos países “adiantados” do Velho Mundo, os Estados Unidos, nessa segunda metade do século, são definidos como a nação exemplo do progresso; e a instrução da população, como razão do prodígio da pátria norte-americana (LAGES, 2013, p. 80).

O ideal de progresso, portanto, não se trata de um pensamento original da província ou mesmo da nação brasileira, mas uma ideia adaptada ao seu cotidiano a partir da forma como passa a circular entre os grupos sociais do território, como por exemplo pela imprensa, enaltecendo os valores irradiados dos grandes centros urbanos. É possível depreender uma dupla consequência desta adaptação: por um lado, quanto mais próxima do modelo exemplar, mais ares de civilidade e progresso a província conseguiria ostentar; por outro lado, a mera tomada de um modelo exterior refaz a oposição centro-periferia, reforçando uma dinâmica de hierarquização cultural própria do pensamento dominante no período (COSTA, 2010). Em tal ambiente é que proliferam os discursos de apologia à instrução, com suas diversas matizes, e associado a ele, a apologia de uma filantropia difusa, também tributária de modelos externos. Recuperando a situação histórica da educação no período imperial brasileiro, Renata Fernandes Maia de Andrade (2007) identifica uma conotação pedagógica na prática legislativa. Segundo ela, o processo de ordenamento das relações sociais partindo da ação legislativa seria o mote para alçar a população à condição de civilizada. Tal movimento,

conforme a autora, incide diretamente sobre o modo como se organiza a instrução na província a partir da segunda metade do século XIX:

(...) a sociedade Imperial, a partir de 1850, havia consolidado a unidade político-administrativa capaz de superar as rebeliões do final da primeira metade do século XIX. (...) A partir de 1850 diversas Leis e Regulamentos que legislavam sobre a instrução na Província mineira foram publicadas, visando criar uma estrutura administrativa e fiscal para a instrução, bem como regulamentar o funcionamento da instrução primária, secundária, do magistério, das escolas particulares, dentre outras determinações. (ANDRADE, 2007, p. 26).

Compreende-se que o processo de formação da instrução, em nível provincial ou nacional, é um movimento relacionado à construção do próprio modelo de Estado. E que intenções mobilizavam as elites protagonistas de sua construção? Conforme a autora, baseando-se na argumentação de José Murilo de Carvalho, consistiam num esforço de manter intactas as estruturas tradicionais de produção, baseadas na exportação de produtos agrícolas e matérias primas, e na importação de manufaturados, enquanto se esforçava para que estas mesmas estruturas trocassem de mãos, das elites lusitanas para as brasileiras. Para Emília Viotti da Costa, o público que compunha a Assembleia Constituinte era indicativo deste esforço:

(...) qualquer que fosse sua condição social ou profissional, os deputados à Assembléia Constituinte estavam unidos por laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno. Não é, pois, de espantar que tenham organizado a nação de acordo com os interesses desses grupos. (COSTA, 1999, p. 131-132).

Destacamos o recurso às concepções do liberalismo europeu para justificar este movimento, notando a adoção de um padrão discursivo cujas ideias versam sobre a distribuição universal de direitos, para no entanto proceder à mera substituição dos detentores de privilégios. Tal discurso, que “possuía um apelo suficientemente amplo para atrair grupos sociais que, de certa forma, se sentiam oprimidos” (ANDRADE, 2007, p. 30) seria o ideal para orientar o realinhamento das relações de poder no nascente Estado nacional.

Ora, a admissão da existência — e indiretamente da importância — dos grupos sociais marginais ao processo de concepção do Estado nacional brasileiro — indígenas, escravos, pobres livres ou libertos — apontava para a necessidade de meios pelos quais estas pessoas pudessem ser não apenas *atraídas* para os valores liberais, mas também *mobilizadas*, sob estrito controle, para a consecução de seus fins. Nesta perspectiva, a instrução é considerada um instrumento privilegiado para a formação das representações de uma nação civilizada: um

povo educado coincide então com um povo ordeiro, temente a Deus e dócil ao direcionamento de seus líderes³⁰. “Educar a população não tinha por meta transformar a sociedade brasileira, mas sim fazer com que cada indivíduo reconhecesse e assumisse seu lugar social”, afirma Andrade (2007, p. 35).

Como dizíamos, identifica-se uma conotação pedagógica na prática legislativa. Por outro lado, identifica-se também uma normatização social da instrução por meio dos discursos oficiais. Os documentos da época evidenciam a tarefa atribuída à instrução como definidora de uma representação identitária específica. No relatório apresentado à Assembleia provincial em 1865, o presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite mostra insatisfação com a legislação relativa à instrução pública então vigente, especialmente a respeito da instrução primária. Na sua avaliação, a legislação não conferia uniformidade à instrução, “permitindo mais a concessão de licença a indivíduos que quizerem ensinar particularmente, onde lhes parecer” (MINAS GERAIS, Relatório de 1865, p. 29). Resultado disso seria a dispersão de escolas, salvo poucas exceções, dirigidas por professores pouco habilitados, que buscavam o magistério mais “como um meio de vida, por falcerem-lhes outros recursos” (*idem*). Entre as medidas apontadas para melhorar a situação, Cerqueira Leite propõe a limitação, e mesmo a supressão de cadeiras públicas — remédio que repete no caso da instrução secundária relativa ao latim e ao francês -, o aumento da fiscalização, a uniformização do ensino³¹ e a exigência de habilitação aos candidatos ao magistério. Neste relatório é consignada sob a rubrica da instrução pública a catequese, cujo objetivo é “levar a civilização aos infelizes selvagens, (...) que continúa[m] a jazer na ignorância com todas as miserias d’esse estado” (*idem*, p. 31). No entanto, conforme o relatório, a falta de missionários deixa tal intenção por atingir.

É importante destacar que este posicionamento do presidente Cerqueira Leite é amparado pelas conclusões de um parecer sobre as medidas necessárias para “o melhoramento de tão importante ramo do serviço publico (...) agente fecundo da civilização e do progresso” (*id.*, p. A-18), elaborado por José Cesário de Faria Alvim, Rodrigo José Ferreira Bretas e Ovídio João Paulo de Andrade.

³⁰ Cf. ANDRADE, 2007; MATTOS, 2000.

³¹ O presidente propõe a adoção de um compêndio de ensino. Ato contínuo, dá a conhecer à Assembleia que Ovídio João Paulo de Andrade, um dos relatores da comissão de avaliação da instrução pública, ocupava-se de organizar um manual para as escolas primárias.

O primeiro argumento presente no parecer trata de uma dupla tarefa. A primeira delas é declarar a equivalência entre a educação popular e o alcance da civilização e do progresso; a segunda, caracterizar a educação popular como uma novidade histórica atribuída aos “modernos tempos”:

Da educação do povo, de instrução popular propriamente dita ninguém se occupava [em períodos históricos anteriores]. Instruía-se o clero, instruíam-se os fidalgos, os grandes, os senhores do feudo, enquanto que o povo, verdadeira besta de carga, adstricto á gleba, vegetava na miséria e ignorancia, e só era contado pelo seu trabalho na paz, ou seu sangue na guerra (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 18).

O documento admite um vínculo de causalidade entre o desenvolvimento da educação popular e o ideal de soberania popular sobre o qual se erguem os estados liberais modernos, cujo modelo serve de inspiração para os construtores da nação brasileira no período. Para que o povo possa tomar conta dos seus próprios negócios, conhecer e avaliar seus direitos e cumprir com seus deveres, é preciso que seja minimamente instruído: “— Povo instruído, e governo livre — são factos que têm entre si a relação de causa e effecto” (*idem*).

Em adição à tarefa da instrução popular de promover a soberania, está também colocada a de garantir a ordem pública e prevenir o crime. Neste sentido, a educação, “o mais efficaz meio preventivo da desordem e anarchia” (*idem*), conta com o poderoso recurso do controle emocional dos indivíduos, que se desenvolve pelo patrocínio de uma argumentação racional, capaz de vencer os impulsos imediatos advindos de paixões irrefletidas: “toda a vez que o crime não é o effecto instantaneo de uma paixão violenta, que perturbe os sentidos e offusque a razão, não se pode ver n’elle sinão o resultado de um juizo falso, de uma intelligencia obscurecida” (*idem*).

O alcance de uma condição material mais elevada para a nação também é creditado pelos pareceristas ao desenvolvimento da educação popular, na medida em que um número maior de trabalhadores melhor instruídos seria capaz de alcançar patamares mais elevados de atividade industrial. E aqui o ponto importante é que, com base nestes três usos da educação, defendem a ideia do Estado como seu provedor compulsório:

Ha quem pense que o ensino não passa de uma simples industria, e que o estado só tem o dever de vigial-a, como a todas as outras. Mas sendo a instrucção uma necessidade social, como não será o poder civil obrigado a manter um ensino publico que a satisfaça? (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 19).

Até aqui temos um parecer que, do ponto de vista das concepções, é uma amostra impecável das representações que circulam no meio político e entre os grupos da elite social que conduziram o processo de desenvolvimento da educação na província. Estão presentes e claros os ideais de uma educação sólida, capaz de emancipar o homem, e por conseguinte a sociedade; uma educação voltada para a garantia da soberania, para a diminuição das mazelas sociais, para o desenvolvimento econômico. A forma como prossegue o parecer demonstra o quanto estes argumentos operam o mais das vezes como apólice das elites para a manutenção do *status quo*, mais do que como um *projeto* de construção da nação propriamente:

(...) é necessario distinguir na instrucção popular o *útil* e o *indispensavel*. O fim do ensino primario não é, como o do ensino secundario e superior, preparar o homem para esta ou aquella profissão; elle *limita-se simplesmente a formar o homem*, isto é, a dar-lhe aquella instrucção e educação indispensaveis ao individuo e ao cidadão. Leitura e escripta, meios de aquisição de todos os conhecimentos, calculo no que elle tem de mais immediatamente applicavel aos uzos da vida, noções sobre os direitos e deveres sociais e religiosos, eis ahi o indispensavel, o minimun da instrucção, de que não pode prescindir aquelle que aspira aos foros de cidadão de um paiz civilisado (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 19 - grifos nossos).

Grifamos em primeiro lugar a distinção entre o útil e o indispensável para evidenciar que tal diferença se apresenta *em função* dos meios econômicos disponíveis para o custeio da instrução pública, composto de recursos insuficientes, segundo trechos recorrentes do documento. O que nos leva a interpretar o segundo destaque: *formar o homem*, precedido pela indicação de *limitar-se simplesmente*, não parece almejar a construção de uma nação soberana a partir da instrução do povo, mas antes justificar, pela adoção de um discurso mais próximo ao praticado nas metrópoles, uma prática recorrente de manutenção do ensino em estado precário. Motivo pelo qual as mudanças na dinâmica da instrução primária propostas pela comissão, apesar de carregarem uma marca de proximidade aos valores liberais de civilidade, progresso e emancipação, prestam-se mais a resolver os impasses imediatos de uma economia que passa a necessitar, cada vez mais, de mão de obra minimamente qualificada:

A comissão entende que ficaria muito mais completa a instrucção primaria, se constituissem sua materia, pelo que diz respeito à instrucção, a leitura, a escripta, regras fundamentaes de orthographia e prosodia, calculo até proporções simples, devendo-se ainda additar a exposição do systema metrico, hoje adoptado entre nós. A educação seria representada pela doutrina christã, noções sobre direitos e deveres individuaes, civis, politicos, e preceitos de civilidade (*Idem*).

A motivação econômica das modificações sugeridas não poderia ser mais evidente — propositadamente ou não — pela própria composição do texto. A precedência da *instrução*

ante à *educação*, a ênfase dada à leitura, escrita e cálculo, a previsão da formação para o exercício da cidadania restrita a *noções* sobre direitos e deveres, o tratamento da civilidade em termos prescritivos, preceituais, parecem evidências não de uma educação que se reconhece emancipadora, mas de uma que permanece doutrinária, ainda que atenta às transformações dos interesses da forma econômica vigente e suas demandas. Atenção que fica ainda mais evidente pela farta recorrência à sugestão de que escolas sejam suprimidas e aulas substituídas, com base na premissa de que há pouco recurso financeiro, baixo número de pessoal, e profissionais pouco qualificados:

(...) Assim ficaria até certo ponto supprida a lacuna deixada pela supressão do 2º gráo, com o que aliás concorda a commissão, attenta a deficiencia de nosso pessoal.
(...) O professor primario limita-se de ordinario á ensinar materialmente a traducção em linguagem da palavra escripta, e a habituar o menino á pratica sobre os numeros das operações fundamentaes da arithmetica (...) (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 19).

Um facto que se dá em nossa Provincia (...) é o atrazo, regresso mesmo, de nossa instrucção primaria, quando a comparamos com a que tivemos em outros tempos (...). Bem diverso é o quadro que nos offerece actualmente o nosso ensino primario, só procurado, salvas honrosas excepções, por homens faltos das habilitações necessarias, e ás mais das vezes incapazes de adquiri-las (*Idem*, p. 21).

A illustração entre nós é rara, e essa pouca que existe, acha sempre onde melhor se empregue do que no professorato primario.

(...)

Si ao menos a Provincia dispozesse de pessoal habilitado para a regencia de tantas cadeiras, não serião inutilmente despendidos os dinheiros publicos; mas si não temos um numero de professores capazes que chegue para as escholas de freguesias, com que fim creão se mais outras em districtos?

(...)

A commissão entende pois que a Provincia não faria pouco, e conservar-se-hia dentro dos limites que lhe poem seus recursos financeiros, e a insufficiencia de seo pessoal, mantendo uma eschola de meninos em cada freguezia, e uma de meninas nas sedes de villas e cidades. (*Idem*, p. 22).

A rasão principal que determina a commissão á propor a V. Exc. a reduçção do numero das cadeiras primarias da Provincia, é a insufficiencia ha muito reconhecida de nosso pessoal (...). O que será uma eschola dirigida por um professor inhabil, sinão uma occasião de inutil dispendio? (...).

Em todo o mundo civilisado, Exm. Sr., tem-se reconhecido que o meio unico de formar-se o bom professor, é a existencia de uma eschola normal (...).

Entre nós, porem, a formatura do professorato é ainda considerada como utopia (...) (*Idem*, p. 23).

O argumento recorrente vai na direção de que o único remédio possível para a deficiência de pessoal, de qualificação ou de recursos, é a diminuição da oferta de ensino. Propõe-se portanto, ao contrário da solução do problema, seu ocultamento pela via negativa, reduzindo-se as possibilidades de surgimento, de manifestação das dificuldades para a

expansão da instrução. Tal é o quadro que emoldura o ponto de vista da comissão a respeito da possível tarefa das associações beneficentes junto à instrução pública:

Que a criança indigente, não podendo sequer vestir-se decentemente para frequentar uma escola, fique privada do ensino, é isso uma desgraça fatal, para que a comissão não descubra remédio possível, não existindo entre nós as associações de beneficência que tantos serviços prestão nos países Europeos. Mas que por incuria, ignorância ou avareza dos pais, os filhos de famílias abastadas, ou mesmo de mediocre fortuna, sejam privados do benefício da instrução, é esse um mal que o estado pode e deve remediar, um crime que elle não deve permitir que se commeta impunemente (MINAS GERAIS: Relatório de 1865, Anexo Comissão da Instrução, p. 19).

Mais uma vez ganha relevo a dimensão simbólica que impregna a narrativa. No momento em que a falta de instrução para o pobre é uma fatalidade infeliz, cuja solução não cabe ao Estado, a falta de instrução para as famílias abastadas é um crime que deve ser evitado por este mesmo Estado. É notável que o discurso de civilidade e de progresso, longe de cumprir algum ideal de emancipação humana ou de busca de igualdade e liberdade, é empregado, no contexto da província, com o fim de manter intacto o abismo entre a elite abastada e o número crescente de pobres marginalizados.

Ao afirmar a inexistência de associações beneficentes que assegurem a possibilidade de acesso dos mais pobres à educação, a comissão mobiliza a representação da modelagem social em que vivem. Neste modelo, por um lado, o poder público é provedor de instrução, gratuita e de matrícula obrigatória, mas explicitamente dirigido a uma classe muito específica de pessoas, que pode acessá-lo por seus próprios meios; em relação a este público, prover educação é dever. Por outro lado, quanto aos mais pobres, cessa este dever de provimento, porque eles não possuem os meios de acesso imediato; para que eles estivessem aptos ao ingresso na escola, deveria existir um agente externo ao Estado capaz de garanti-lo. Agente privado, constituído graças à generosidade e à vontade das camadas mais abastadas do tecido social. Ainda que a comissão chegue a propor o direcionamento das multas por descumprimento da obrigatoriedade da matrícula³² para a aquisição de vestimentas adequadas para os mais pobres, é preciso considerar que o próprio caráter simbólico desta punição haveria de ter pouco efeito prático, graças ao seu reduzido valor³³.

³² Cf. *Idem*.

³³ O documento menciona a imposição “de uma pequena multa, 5\$000 rs. no 1º mez, 10\$000 no 2º, 15\$000 no 3º, que conserve sempre esta mesma progressão, mas *em caso algum possa exceder a 50\$000 rs.*” (*Idem*, p. 21).

Uma segunda chave de leitura remete à representação social do que é o ambiente de aprendizado. Trata-se de um meio declaradamente elitizado, uma vez que seu acesso prevê um conjunto de preparações prévias, como por exemplo um modo determinado de vestir-se, ou o pertencimento a uma família com esta ou aquela condição social; a instrução, apesar de prevista como direito e exigida como dever, é social e oficialmente reconhecida como privilégio, cujo critério de seleção é o pertencimento de classe, e não a capacidade do sujeito de empreender conhecimento, o que mais uma vez deixa clara a contradição presente no uso de um discurso que vê a educação como indutora de civilidade e de progresso.

A contradição não permanece, no entanto, restrita ao nível do discurso. Do ponto de vista da atribuição de competências do Estado, parece claro que a tarefa que dele se espera é servir como suporte ao interesse de manutenção de poder nas mãos das famílias mais abastadas. O desenvolvimento da economia capitalista vai tornando cada vez mais presente a necessidade de uma elite intelectualmente preparada para continuar exercendo controle sobre os trabalhadores, que pouco a pouco se organizam e se reconhecem como classe, e também sobre a multidão cada vez maior de pobres marginalizados, parcela da população cujo volume crescente impede que continue na invisibilidade. Neste ambiente, a elite dirige as capacidades do Estado para educar melhor seus filhos, uma vez que o esclarecimento é reconhecido como um instrumento importante de aperfeiçoamento das capacidades humanas.

Resta-nos portanto interrogar que representação de filantropia é que vem em socorro à das elites para a manutenção desta lógica de ensino. Uma visada a partir dos instrumentos de imprensa da época são sugestivos de uma caracterização das representações de filantropia circulantes no período. Este, portanto, será o tema da próxima seção.

1.3 A serviço das boas condutas: a filantropia e a tarefa performativa da imprensa

A tarefa de que se ocupa esta seção é a de refletir sobre o tratamento dado à ideia de filantropia, no que se dá a ver pela imprensa da província de Minas no período final do Império brasileiro. O que se espera como produto desta reflexão é compreender possíveis relações entre as representações de filantropia que circulam na sociedade mineira do período, e o desenvolvimento da instrução no mesmo tempo-espço.

Fazemos a proposta de abordagem da imprensa partindo da reflexão de Chartier (1991), que recorrendo a Michel de Certeau³⁴, diferencia dois modos de compreensão e de abordagem do texto. Uma delas, qualificada por ele como preciosa aos historiadores da literatura ou da filosofia, aponta que “o sentido de um texto nele se encontraria escondido como pérola em ostra (sendo a crítica, desde logo, a operação que traz à luz do dia esse sentido oculto)” (CHARTIER, 2002, p. 61). A outra, inspirada em Certeau, relembra que

todo o texto é o produto de uma leitura, uma *construção* de seu leitor: este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que era a “intenção” deles. Separa-os da sua origem (...). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações. (CERTEAU *apud* CHARTIER, 2002, p. 61 - grifo nosso).

Ter em mente este posicionamento é importante, por dois motivos. Por um lado, os leitores contemporâneos — nós, pesquisadores, campo teórico de saber sobre a história — tomamos o papel *ativo* de leitores diante do texto. Esta condição é uma necessidade do leitor do tempo presente, que se atreve à prática, de fato ambiciosa, de *fazer a história* ao escrevê-la, conferindo honras fúnebres e acolhendo na escrita os mortos que passaram, “sob a condição de se calarem para sempre” (CERTEAU, 2015, p. XV).

Por outro lado, também é importante porque amplia a perspectiva que permite considerar os possíveis comportamentos do leitor da época, diante do texto que lê. Neste sentido, o personagem histórico aparece como *sujeito*, que mobiliza energias e intencionalidades; que lê e pensa sobre o texto individual ou coletivamente; que o compara com a realidade imediata que percebe; que dá aos ouvidos próximos uma versão daquele texto que leu, versão que já não é o texto originalmente acessado, mas *autoria* do leitor; que enfim modela suas ações em sociedade motivado pelas conclusões a que chegou diante do texto.

O sentido de construção, de processo aberto e dinâmico, que adquire o ato da leitura a partir da proposta de Certeau e Chartier, é que alimentam, portanto, a abordagem da imprensa que aqui propomos. Assim compreende-se que a imprensa por si não oferece uma escultura acabada do sentido e das interpretações de mundo vigentes na Minas Gerais do século XIX, já que “nenhum texto (...) mantém uma relação transparente com a realidade que apreende” (CHARTIER, 2002, p. 63). Dela partimos — primeiro observando alguns aspectos formais, e

³⁴ Em *A História Cultural entre práticas e representações* (1991), Chartier evidencia o posicionamento de Certeau sobre a relação entre a história sociocultural francesa e a história intelectual. Neste contexto, reflete sobre a modelagem de compreensão do texto, que aqui nos interessa.

em seguida buscando pistas em seu conteúdo — não para *retratar o real*, mas para oferecer um ponto de vista possível sobre as representações que dele restaram.

A abordagem que propomos dialoga também com o *lócus* das formas modernas de narrativa, no contexto da nova historiografia. Burke (1992) argumenta que um dos problemas que vem sendo sanado neste campo é o da aparente neutralidade do discurso do pesquisador, outrora fundamentada numa pretensamente pura objetividade do discurso científico. Para ele,

cada vez mais historiadores estão começando a perceber que o seu trabalho não reproduz “o que realmente aconteceu”, tanto quanto o representa de um ponto de vista particular (...). Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis. (BURKE, 1992, p. 337).

Sem abrir mão, portanto, do rigor na composição do discurso, admitimos que seu resultado é sempre incompleto: primeiro porque é *texto* e portanto cala o real; também porque é *construção, processo*, realizado a partir de outras construções; enfim, porque é discurso *provisório*, produto dos limites de que participam o pesquisador e o campo, e sujeito às leis da própria história sobre a qual se pronuncia.

A disseminação dos jornais e periódicos no século XIX, a partir do decreto régio de 13 de maio de 1808, tanto na sede do Império brasileiro como nas províncias, possivelmente ocasionou transformações importantes nos hábitos, na recepção de valores e normas de conduta, na compreensão do que seria a civilidade, pelo menos entre o público letrado³⁵. Para aquele contexto, como veremos, o jornal é por definição o veículo do *progresso*, é um dos instrumentos a partir dos quais toma forma o ideário que, aos poucos, passa a animar as ações e orientar as condutas na vida social. Raquel Menezes Pacheco (2012) argumenta, neste sentido, que a presença da imprensa é índice da presença da própria ideia de modernidade, e que a leitura do periódico é vista como uma prática própria do tempo moderno, sendo assim capaz de distinguir o bárbaro do civilizado.

A pesquisadora busca indícios de práticas sociais consideradas modernas a partir de anúncios de jornal. Para ela, “os periódicos não tinham o objetivo meramente comercial, tinham também como finalidade, influenciar o jogo político” (PACHECO, 2012, p. 102). Como consequência da finalidade de intervir no fazer político daquele momento, é possível derivar também a intenção dos mantenedores destes periódicos de influenciar o comportamento geral

³⁵ E por meio destes, com razoável segurança, no comportamento do restante do tecido social.

de seus leitores, e não em qualquer direção, mas numa muito específica: a difusão da imprensa, como também “de associações leigas, maçônicas, filantrópicas e patrióticas” (*idem*, p. 103) anunciam a associação, possivelmente estreita, entre a imprensa, as ações filantrópicas e a ideia modernidade que então circulava e prevalecia como hegemônica.

Pacheco assinala que o desenvolvimento da imprensa, peça-chave da cultura política do século XIX, passa a exigir “maior erudição e a análise de questões relacionadas a aspectos sociais, políticos, históricos e até mesmo literários” (*idem*). O jornalista ou o panfletário, homem de letras, aparece então “como portador de uma *missão* ao mesmo tempo política e pedagógica”³⁶ (*idem*, p. 104 - grifo nosso). A autora aponta ainda, como evidência de suas pesquisas sobre anúncios veiculados na imprensa, “uma importante característica do povo mineiro: a constituição de uma sociedade letrada e preocupada com a formação das novas gerações” (*idem*, p. 109). Depreende-se disto que, exigindo novas posturas, apresentando novos atores sociais, sustentando práticas educativas, a imprensa configura-se como um “instrumento pedagógico eficiente para a difusão de um *ethos* moderno” (*idem*, p. 111), fundamentado numa visão específica de progresso, tributária de um modelo de civilidade particular como prática a ser adotada por toda a sociedade, a partir do qual será possível distinguir as condutas a serem aprovadas, elogiadas e imitadas, daquelas a serem evitadas ou punidas.

Em linha semelhante, Marcília Rosa Periotto (2013) observa o processo de construção de uma certa ideia de nação, que perpassa — e por eles se dá a ver — os veículos de imprensa do século XIX. Sem desconsiderar que o percurso analítico da autora sobre a questão é mais amplo, assinalamos sua pesquisa sobre os periódicos *Correio Braziliense* e *O Progresso*, como exemplares que permitem o rastreamento de tal processo.

Tratando do contexto da saída histórica das relações coloniais, Periotto destaca o “caráter educativo intrínseco aos discursos realizados” (*idem*, p. 240) na imprensa. Na condição de difusores de ideias, os jornais passam à condição de parceiros dos diversos grupos que se revezam na proximidade ou distanciamento dos mecanismos de poder — político ou

³⁶ É significativo o uso do termo *missão*, frequentemente associado à metáfora religiosa que, usando a imagem do lavrador que trabalha na *messe* (cf., por exemplo, Evangelho de Lucas, cap. 10,2), refere-se à natureza do ofício daqueles que se dedicam ao anúncio da revelação judaico-cristã. Visto a partir deste ângulo, o jornalista, supridor de uma *falta* objetiva e imediata (neste caso, escolas e livros), carrega consigo uma *causa* - a educação - oriunda de uma *convicção* - o progresso - e age motivado por uma situação social específica. Repete assim, em um contexto laico, o *modus operandi* do missionário religioso, ainda que não seja necessariamente orientado pelos mesmos princípios, nem persiga os mesmos objetivos.

intelectual — a fim de chancelar, perante a coletividade, suas próprias visões a respeito do ideário de nação que desejam disseminar. Deste modo, pela própria característica de sua utilidade, “os jornais comportavam uma natureza peculiar em relação aos interesses que previam ser incorporados pelos leitores: ou eram noticiosos ou doutrinários” (*idem*, p. 241); como consequência deste uso, argumenta a autora, os jornais concorreram não apenas para repercutir as tensões, posições e percursos das ideias em circulação, mas também para possivelmente veicular “as respostas que essas mesmas épocas deram às suas pendências e necessidades” (*idem*, p. 242).

Podemos perceber com isso o papel da imprensa na “formação da elite contrária aos rumos imprimidos pelos portugueses aos negócios coloniais” (*idem*, p. 245). Via de consequência, afirmar que a tarefa assumida pela imprensa oitocentista foi a de *esclarecer* a sociedade significa indicar o que se está nomeando como esclarecimento. Esclarecer a sociedade traduz a intenção de avançar com o ideário civilizador inspirado na burguesia liberal europeia:

(...) o *Correio* não foi tão somente um jornal político, mas também um corpo teórico, informativo, admiravelmente preparado para fazer política educativa quando reproduzia as novidades científicas da época, ou se reportava aos acontecimentos de outros países, sejam políticos, econômicos ou de natureza diversa, para os quais se esperava ressonância entre os leitores no Brasil (PERIOTTO, 2013, p. 250).

A imprensa é portanto instrumento educativo, e neste sentido, contribuinte de um processo mais amplo, que trata de dar visibilidade a uma cultura especificamente nacional: “disseminadora privilegiada de um saber ainda incógnito aos brasileiros[,] (...) a imprensa foi um dos instrumentos mais audazes no rompimento entre metrópole e colônia” (*idem*, p. 244). Assim, é possível, por um lado, considerar a ação da imprensa como *formativa*, na medida que, ao modo de uma correia de transmissão, relata práticas políticas, sociais, econômicas e culturais de um cotidiano; por outro lado, também como ação *performativa*, uma vez que a operação de seleção do relato destas práticas não é neutra nem desprovida de intencionalidade, sendo antes um estímulo à manutenção ou à interrupção de determinadas práticas, a depender da orientação ideológica e dos interesses do grupo que patrocina e promove o jornal, revista ou periódico.

Ao interrogar sobre a existência de possíveis fontes para a imprensa do século XIX na província de Minas Gerais, deparamo-nos com o artigo *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*, elaborado ainda no correr daquele período. Trata-se de um levantamento quantitativo dos órgãos de imprensa e periódicos em circulação no período. Não

consideramos necessário, neste trabalho, explorá-lo em profundidade. No entanto, para um exercício acadêmico mais qualificado, é preciso referir seu levantamento, tanto pela proximidade cronológica com o período investigado, quanto pelo posicionamento institucional a partir do qual sua escrita vem a público³⁷.

O termo *filantropia* sem dúvida circula diante das consciências da fração letrada da sociedade provincial, no século XIX. Entre os dados preservados pela HDBN³⁸ é possível identificar, no período entre 1800 e 1899, a inserção da expressão em 1017 ocasiões³⁹. Esta quantidade de inserções se refere aos periódicos preservados pela instituição mantenedora da hemeroteca digital, dentre aqueles que circularam no período; no conjunto, a expressão aparece grafada em seis formas ortográficas diferentes, sendo que a ferramenta de busca automática foi acionada a partir de onze diferentes possibilidades de grafia, duas delas em língua estrangeira, francês e inglês, ambas com resultado igual a zero⁴⁰.

Para demonstrar que é sustentável a afirmação de que a filantropia é um discurso frequente na imprensa mineira, é preciso dimensionar minimamente a imprensa do período. Neste sentido, as formas ortográficas como o termo aparece, os veículos disponíveis e em circulação no período, a amplitude de sua abrangência, e sua dispersão no território tornam-se questões

³⁷ Seu autor, José Pedro Xavier da Veiga, foi o fundador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro. Para leituras contemporâneas específicas a respeito do autor e sua obra, cf. SILVA (2006), FAGUNDES (2014). Uma tabela comparativa entre o número de periódicos em circulação apresentados pelo autor, e os títulos preservados e disponibilizados pela HDBN encontra-se no Apêndice VI desta dissertação.

³⁸ A intenção de trazer, nesta seção, um levantamento que abrange períodos historicamente tão diferentes, que vai desde o final do período colonial até os primeiros anos da República, passando por toda a extensão do período imperial brasileiro, não é outra senão esclarecer que o assunto relativo à cultura da filantropia perpassa todo o período e, sendo assim, pode vir a constituir o foco de interesse de outros pesquisadores do campo, em investimentos posteriores de pesquisa. Evidentemente, não se quer aqui esgotar o assunto, o que seria inviável para as possibilidades de uma dissertação, e ainda menos tratá-lo de modo superficial, desconsiderando os diferentes tempos, as periodicidades e as especificidades históricas de cada momento. O que se quer aqui é menos resolver questões do que oferecer pistas para que novas buscas possam surgir.

³⁹ Levantamento realizado em março de 2018.

⁴⁰ Para a execução deste levantamento foram testadas, além das formas ortográficas identificadas, ainda outras três, propositadamente diferentes (*philantrophya*, *philantropya* e *phylantrophia*), para que se chegasse ao maior número possível de usos do termo no período; tais formas retornaram resultado igual a zero. Com o mesmo objetivo, a expressão foi pesquisada ainda na tradução para a língua inglesa – *philanthropy* – e para a língua francesa – *philanthropie* – mas também não retornou ocorrência em ambos os casos. Os dados subsequentes consideram todas as formas ortográficas encontradas num mesmo conjunto, sem distinção relativa à sua variação ortográfica.

Da mesma forma como a abrangência cronológica no levantamento quantitativo, o recurso à constatação da variação de formas ortográficas em uso constitui um modo de ampliar a amostra disponível. Não é objeto desta pesquisa discutir o desenvolvimento da língua escrita ou falada. O recurso responde mais propriamente ao incremento no uso das ferramentas eletrônicas de pesquisa, limitadas pela exigência de exatidão lógica na aplicação dos algoritmos utilizados nas ferramentas de busca. É o caso, especificamente, por exemplo, da ferramenta disponível na HDBN. As tabelas com o quantitativo do levantamento constam do Apêndice V desta dissertação.

importantes, cuja solução não é simples. Por esta razão, o recurso ao levantamento quantitativo, em que pese sua insuficiência quando praticado isoladamente, é importante para subsidiar corretamente a reflexão. Os jornais em circulação na província de Minas Gerais, de acordo com o acervo preservado pela HDBN, utilizaram durante o século XIX as seguintes formas ortográficas para *filantropia*:

Tabela 1: Frequência e variação ortográfica do termo *filantropia* na imprensa mineira (1800-1899)

Forma ortográfica	Ocorrências
Filanthropia	03
Filantropia	169
Philanthropia	34
Philantrophia	35
Philantropia	775
Phylantropia	01
Total	1017

Fonte: levantamento realizado pelo autor sobre a base de dados da HDBN.

Avançando para a análise da flutuação no volume de ocorrências do termo no período, optamos por fragmentar a apresentação dos dados levantados em seções de uma década⁴¹, a fim de poder comparar a variação da presença da filantropia na imprensa com o número de periódicos em circulação, como mostra a próxima tabela.

Tabela 2: Flutuação de ocorrências do termo *filantropia* na imprensa mineira (1800-1899)

Período	Ocorrências do termo	Periódicos que exibem o termo	Periódicos em circulação⁴²
----------------	-----------------------------	--------------------------------------	--

⁴¹ Para a ausência de dados referentes às duas primeiras décadas do século XIX: Xavier da Veiga (1898) detecta que a tipografia ressurgiu no Brasil exatos cinquenta anos após a proibição régia de 1747, na então capital da província mineira, Villa Rica, depois chamada Ouro Preto. No entanto, a construção da primeira máquina tipográfica apta a imprimir um periódico na província foi concluída em 1821 para, três anos depois, trazer a público o *Abelha de Itaculumy*.

É conveniente ressaltar, mais uma vez, que o exercício de levantar dados de um período mais amplo do que aquele efetivamente investigado, tem um propósito inviatório ao campo, como dissemos na nota 38 *supra*, para que mais pesquisadores se debrucem sobre a questão.

⁴² Em razão da discrepância entre os dados apontados por Xavier da Veiga e aqueles preservados pela HDBN, e uma vez que a análise qualitativa posterior depende do acesso direto ao periódico, optamos por utilizar os dados obtidos junto ao acervo da HDBN.

1820-1829	86	06	10
1830-1839	84	09	21
1840-1849	62	07	21
1850-1859	61	07	12
1860-1869	188	09	14
1870-1879	212	13	30
1880-1889	175	23	118
1890-1899	149	28	211
Total	1017	102	437

Fonte: levantamento realizado pelo autor sobre a base de dados da HDBN.

Como se pode notar, na segunda metade do século ocorre um aumento gradual mas significativo no número de vezes em que o termo filantropia ocorre na imprensa da província. No auge do número registrado de ocorrências, que corresponde ao decênio 1870-1879, o número de inserções da expressão é 146,5% maior do que no primeiro período, de 1820-1829, e chega a ser 247,6% maior em relação ao período onde ocorre o número mínimo de inserções, que é a década de 1850-1859.

Curiosamente, no período, ocorre também um distanciamento relativo entre o total de periódicos em circulação e o número daqueles que de fato exibem o termo filantropia em suas páginas, o que sugere uma provável concentração ou restrição do uso do vocábulo a determinados grupos de interesse. Se tomarmos como amostra a década de 1870-1879, com o maior número absoluto de registros, percebemos que 43,3% dos periódicos em circulação faziam uso da expressão em seus textos; no primeiro período disponível para análise, esta relação era de 60%.

Um dado adicional, importante para o entendimento da dinâmica dos veículos de imprensa no período, é que ao mesmo tempo em que se constata uma forte expansão da imprensa na segunda metade do século, percebe-se que este movimento ocorre na direção de uma descentralização dos veículos de comunicação, que dissemina pelo interior da província as estratégias de comunicação escrita disponíveis⁴³.

⁴³ A fim de facilitar a fluência da leitura desta dissertação, o levantamento que demonstra esta afirmação será apresentado no Apêndice VII da dissertação.

Teria sido conveniente, caso houvesse condições objetivas para esta tarefa, a ampliação do levantamento no sentido de aferir outros elementos também importantes para uma abordagem mais abrangente das representações sobre a filantropia na imprensa do período. Exemplos desta ampliação seriam a verificação do alcance dos periódicos em circulação, a partir da aferição de sua tiragem; a comparação do volume de tiragem com a

O que o acesso direto à fonte parece sugerir — e que passamos agora a discutir, à luz da delimitação aqui proposta — é que a oscilação que o emprego do termo filantropia apresenta não é fortuito nem aleatório. Ele tende a coincidir com os impulsos que historicamente motivaram o surgimento e a consolidação da imprensa mineira, e que se relacionam às representações que a sociedade local alimentava sobre a posição da província no Império. Tal como nos relatórios dos presidentes provinciais, ou como nos registros de sessões plenárias das assembleias, o que transparece por entre a variedade de temas é o discurso de uma ideia precisa de progresso, que busca sofregamente ressaltar as similaridades da província com os grandes centros urbanos da época; caso elas não existam, é imperioso dispor de meios para alcançá-las, ainda que se restrinjam a estratégias narrativas. Parece haver uma relação de simetria entre o desenvolvimento da imprensa⁴⁴, o recurso à filantropia como modelo de comportamento, e a apologia da elevação da instrução, todos estes elementos constantes de um ideário de progresso e civilidade que se deseja incorporar à identidade da província, e que por isso frequentemente ocupa as páginas impressas em circulação no meio letrado da elite social. Para demonstrá-lo, tomemos como objeto de análise escritos sobre diferentes assuntos, todos publicados no Diário de Minas, que circula em Ouro Preto, então capital da província. A edição de 04 de julho de 1866 traz um artigo assinado por Riccardo Viscoli⁴⁵, intitulado “A nova ressurreição”, que faz a apologia de novos tempos proclamando o fim do obscurantismo e da tirania. O autor ocupa-se de classificar Jesus de Nazaré como “primeiro martyr socialista”, e sentencia: “o povo é o Cristo moderno; e o Cristo do dia é o povo brasileiro”.

população leitora e/ou com a população total (considerando que a população não-leitora acaba tendo, indiretamente, acesso às formulações da imprensa); a conexão, ou sua ausência, entre estes periódicos e a institucionalidade civil e religiosa, em suas diferentes expressões; a vinculação a grupos de interesse comercial, como a agricultura ou os ainda incipientes grupos ligados à indústria e ao comércio. Apesar de não estar ao alcance desta pesquisa, tal expediente parece convidativo à contribuição do campo.

⁴⁴ A monografia de Xavier da Veiga apresenta a trajetória do aparecimento das máquinas tipográficas na província, e em seguida uma compilação dos títulos em circulação no período, separados por data e por local de impressão. Mesmo considerando insuficientes as fontes para analisar com mais detalhe outras questões a respeito da imprensa mineira, o autor sustenta que “(...) a imprensa periodica em Minas caminhou em constante progressão, não só relativamente ao número de seus órgãos, mas ainda no que concerne às condições materiaes respectivas, tiragem, circulação, variedade e interesse dos assumptos” (XAVIER DA VEIGA, 1898, p. 195). À leitura do artigo, não é possível afirmar com facilidade - nem se foi o caso - de quais outras fontes se serviu. Foi possível mapear, a partir da comparação entre os dados levantados naquela monografia e o acervo da HDBN, a coincidência da presença de 280 periódicos em circulação no século XIX, mencionados pelas duas fontes, 860 publicações mencionados somente na primeira, e 437 publicações mencionados somente na segunda. Uma tabela comparativa, que informa década a década este quantitativo, encontra-se no Apêndice VI desta obra.

⁴⁵ O repositório de obras raras do Senado Federal registra uma obra de Riccardo Viscoli de Castellazzo, uma miscelânea temática produzida por “um cidadão comum do século XIX, que a seu modo entende e opina sobre o mundo, a realidade e a sociedade do seu tempo” (SENADO FEDERAL, disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222278>. Acesso em 18/06/2018)

O texto utiliza a conhecida imagem bíblica da crucificação como metáfora para a denúncia da corrupção e da imoralidade, que o autor entende serem os estigmas de sua época, para “fazer ressurgir a grande bandeira da liberdade moral-política deste povo”, e para o anúncio do papel atribuído à imprensa: “Nós, entretanto, o irmão da imprensa, o sacerdote da civilização, esperamos pacientes e resignados, apromptando o novíssimo dia da acção, trabalhando incessantemente, educando e instruindo o povo” (DIÁRIO DE MINAS, edição 029, 1866, p. 02)⁴⁶. Da ação tenaz da imprensa é que espera o autor o surgimento de “um povo grande, civilizador, filantropo e cosmopolita”.

Seguindo para a edição de 30 de maio de 1873, encontramos a transcrição da escritura de contrato para a construção da escola pública de instrução primária na freguesia do Mutuca, cidade mineira de Campanha. Aqui aparece na imprensa, concretamente, um ato qualificado como filantrópico, orientado ao serviço de instrução pública⁴⁷; assim, o inspetor geral de ensino Antonio de Assis Martins, dirigindo-se ao presidente da província, Venancio José d’Oliveira Lisboa, roga-lhe “que se digne de mandar dar a taes documentos a devida publicidade, a fim de se despertar nas demais parochias da provincia o patriotismo e philantropia de seus habitantes” (DIÁRIO DE MINAS, edição 083, 1873, p. 01).

Conforme o registro do periódico, o cidadão Joaquim Eloy Mendes doou o terreno para a construção da escola, ao lado da igreja matriz, “e bem assim doa mais ao publico a quantia de um conto e quinhentos mil reis, para edificar-se naquelle terreno uma casa (...) destinada para o ensino de instrucção primaria desta parochia”. Pela escritura, caberia a Manoel Rodrigues Bueno a construção da sede da escola, pelo que faria jus ao valor doado por Eloy Mendes. O ofício de encaminhamento, assinado por Candido Ignacio Ferreira Lopes, inspetor do círculo literário local, declara que João Pedro Mendes, irmão do doador, “offereceo-se para concluir a sua custa o dito predio, depois que for entregue pelo cidadão Manoel Rodrigues Bueno (...), e que o donativo d’aquelle cidadão é calculado na quantia de oitocentos mil réis”. O documento não explicita, mas o contexto possibilita supor que o montante complementar refere-se à aquisição de material para a montagem da escola. Um ponto a ser notado no registro é a

⁴⁶ É significativo notar a recorrência ao mesmo recurso metafórico, já comentado na nota 34 *supra*, extraído da tradição religiosa cristã.

⁴⁷ Para elaborar um cenário mais amplo de reflexão, é conveniente cotejar a informação veiculada no periódico com a afirmação da comissão, nomeada pelo presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, que aponta a inexistência de associações beneficentes voltadas à instrução, como estudamos na seção 1.2 *supra*. Também o recurso à estratégia de destinar o valor multa por descumprimento para o sustento de alunos pobres é sugestivo de certa proximidade entre os dois documentos.

previsão, acordada entre o benfeitor, o responsável pela obra e o inspetor, de uma multa mensal de cinquenta mil réis, revertida “á bem da vestimenta e livros dos meninos pobres empregados como alumnos da mesma casa de instrucção”; tal multa seria devida pelo construtor em caso de atraso da obra, prevista para durar sete meses, ou pelo doador, em caso de falta de pagamento.

São também numerosas as ocasiões em que se emprega o discurso da filantropia em meio ao debate sobre a abolição do trabalho escravo. Por isso, mesmo que a transição do escravismo à liberdade não seja o tema da discussão que aqui propomos, convém considerar rapidamente as representações da filantropia subjacentes à discussão, para no mínimo indicar possíveis fontes para reflexões posteriores. Para os exemplos deste uso, novamente recorreremos aos periódicos *Diário de Minas* e *Noticiador de Minas*.

Os personagens cuja atuação no debate abolicionista ficou preservada nas fontes, não raro são classificados como *filantropos*, adjetivo que acaba servindo genericamente para anunciar práticas como a libertação de escravos ou a permissão para que levantem meios de obtê-la, como no registro feito no Diário de Minas. Logo em seguida à transcrição da 11ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa provincial, o periódico anuncia o ato de beneficência que alcançou o pequeno Sérgio, filho de “uma infeliz escrava, que, com permissão de sua senhora, recorria à philantropia do publico para obter recursos, e levar a effeito a liberdade de um filhinho de cinco para seis annos” (DIÁRIO DE MINAS, edição 365, 1867, p. 02). A notícia louva “aos dignos deputados mineiros que tão bem sabem manifestar os nobres sentimentos philantropicos que na actualidade agitação o espirito publico” (*Idem*). Em outra edição, o periódico veicula um extrato de expediente do governo provincial, no qual se dá conhecimento ao ministro da guerra que a irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos abre mão dos direitos sobre o escravo João Thereza, recrutado para o serviço do exército, para que servisse como homem livre. No mesmo extrato, a presidência da província agradece ao reverendo João Rodrigues da Cunha, procurador daquela irmandade “esta tão patriotica como philantropica offerta” (DIÁRIO DE MINAS, edição 200, 1867, p. 01). A manumissão do escravo Fernando, liberto por Maria da Trindade Ferreira, também é noticiada como “mais um acto de philantropia que registramos com muito praser, e rendemos nossos encomios a sua autora” (DIÁRIO DE MINAS, edição 078, 1873, p. 02).

Outro uso frequente do vocabulário da filantropia em torno da questão da escravidão tem a ver com as tentativas de evidenciar um posicionamento político favorável à libertação diante

das instituições. O redator do Diário de Minas comenta a aprovação da lei do Ventre Livre, em 1871, no contexto de uma análise da dinâmica dos partidos e de seus integrantes:

Em 1867 a questão do elemento servil estava em seu estado de maturação. A autorizada opinião do conselho de Estado, as voses das camaras, os conceitos dos philanthropos, diziam que ella devia ter solução; mas se não accordou na oportunidade, porque o paiz gemia com uma guerra externa, onde afundou immensamente o sangue e a riqueza do paiz (DIÁRIO DE MINAS, edição 092, 1873, p. 02).

Ainda outro emprego que se faz do termo na imprensa diz respeito às movimentações no sentido de diminuir, ou fazer cessar, os abusos cometidos pelos escravistas no trato das pessoas cativas. Uma nota pública estampada no Noticiador de Minas, assinada por um grupo que se intitula *sineta maçônica*, dirige-se ao chefe de polícia:

Pedem a caridade e a philanthropia que s. exc. o sr. dr. chefe de policia dê ordens afim de que o sr. Manoel de Drumond cesse de flagellar um seo escravo menor da maneira tresloucada e barbara porque o faz. O infeliz escravinho alem das tristes fomes e enormes surras que leva, anda sempre em ferros, como se fosse um facinora, entretanto é um pobre innocente que nem sabe ainda o que faz; custa crer que em um paiz de christãos haja semelhantes actos de canibalismo estúpido e grosseiro. O sr. dr. chefe de policia com o faser uma obra de caridade, fará ainda um serviço a nossa civilização, dando providencias para que tão repugnantes e depravados exemplos de sevicias não contaminem os costumes nem estejam constantemente a pungir os corações bem formados. Não estamos n'um paiz de *malucos!* (NOTICIADOR DE MINAS, edição 078, 1869, p. 03 - grifo do autor).

Percebemos a partir da leitura destes extratos que o recurso à filantropia presta-se, também aqui, a demarcar aquelas que seriam condutas exemplares, dignas de serem imitadas e divulgadas. Libertar escravos torna-se uma espécie de moeda simbólica com a qual se pode adquirir ou manter prestígio social, garantido pela visibilidade das páginas de periódicos, onde tal atitude teria espaço garantido de publicidade. Visto pelos registros da imprensa, nem a libertação nem a permissão de os escravos arranjam meios de se libertar têm outro objetivo senão o de manter, seja por meio da afirmação de uma generosidade difusa, seja pelo anúncio de atos concretos dos captadores, a distância social que separa flagelados e abastados. É por isso que o discurso da filantropia atende tão prontamente às expectativas de grupos que defendem um modelo de economia baseado no mercado livre, plenamente condizente com o ideal de uma nação civilizada, para a qual é fundamental a existência de relações de trabalho diferentes do modelo então vigente, baseadas no escravismo, levando-os, por exemplo, a denunciar cenas de maus tratos e exigir publicamente sua interrupção.

O ambiente de pressão em torno da exigência de liberdade para a população escrava levou o tema às casas legislativas do Império, e mobilizou a opinião pública brasileira. Manifestando-se em sessão da Assembleia Geral, o visconde do Rio Branco interroga:

Como se manifestou o sentimento publico nesse periodo? Formarão-se associações emancipadoras por todo o Império; a philantropia individual manifestou-se do modo mais solemne, até por disposições de ultima vontade; as assembléas provinciaes, esses grandes conselhos locaes, entendêrão quasi todas que devião *auxiliar o movimento da iniciativa individual*, votando fundos para a redempção de captivos (NOTICIADOR DE MINAS, edição 0375, 1871, p. 01 – grifo nosso).

Que filantropia é essa, a que se refere o presidente do Conselho de Ministros do Império? Parece claro que se trata de um *movimento de iniciativa individual*, diante do qual cabe ao Estado o papel de *auxiliar*, de coadjuvante. O protagonismo da ajuda pertence ao indivíduo e aos grupos privados por ele formados; a iniciativa da inclusão é tomada pelo particular, pelo sujeito individual; ao Estado, neste caso, cabe um papel secundário, subsidiário, francamente auxiliar; em consequência, os recursos públicos para este fim devem ser os que restam, depois de satisfeitas todas as obrigações do poder público para com outros públicos.

Nem mesmo é das organizações politicamente legitimadas a iniciativa que busca a liberdade dos escravos. Fossem conservadores, fossem liberais, o *establishment* partidário do momento mais é conduzido pela discussão do que seu condutor. Para Rio Branco, “essa idea [a do fim da escravidão] gyrou sempre na esphera dos pensadores independentes, nas elucubrações do gabinete, das sociedades philantropicas e nas manifestações da imprensa” (*idem*).

Por aqui se pode ver, ainda mais uma vez, que questões como a libertação da condição de escravizados, a instrução dos pobres, a proteção social aos miseráveis, enfim, a garantia das condições de cidadania aos desfavorecidos, não faziam parte do projeto de civilidade em curso. Pelo contrário, de algum modo o almejado progresso, o status de civilização avançada, almejado pelo Brasil e operado pelo Estado e pela classe de seus ocupantes, deveria ser alcançado *às custas* de um processo lento e permanente de construção de uma identidade nacional da qual não fizesse parte o atendimento aos interesses e necessidades dos desfavorecidos.

2 CULTURA FILANTRÓPICA NA PROVÍNCIA DE MINAS

Este capítulo dedica-se ao aprofundamento da reflexão sobre as condições sociohistóricas que permitiram o aparecimento e a disseminação da filantropia como discurso, na província de Minas Gerais, bem como sobre as representações do sujeito operador da filantropia, entendendo-o como um personagem modelar para a sociedade que, naquele momento, buscava exemplos de comportamento tidos como civilizados⁴⁸. Esta parte da dissertação tem como foco a interface entre o aparecimento deste discurso e o processo de desenvolvimento da instrução pública no período. Nesse sentido, procuramos destacar aspectos relevantes da vida social que se desenvolve na província, na metade final do século XIX, particularmente aqueles relacionados com o desenvolvimento da instrução. Ao mesmo tempo, procuramos revisar rapidamente as formulações⁴⁹ sobre a cultura da filantropia existentes em outros países, e que podem ter subsidiado a discussão no período, considerando a circulação de ideias no contexto local. Partindo do conjunto de indagações motivadoras da investigação, dividimos o capítulo em seções que tratam do impacto simbólico que as atitudes e personagens caracterizadas como filantrópicas, assim como as possíveis disputas em torno do seu sentido e significado, podem ter causado, respectivamente: sobre a construção e o desenvolvimento do cotidiano social no espaço urbano; sobre a distribuição das estratégias de instrução pela província, bem como seus princípios; sobre o desenrolar das disputas regionais por prestígio social e representatividade política; e sobre a disseminação de um conjunto de comportamentos que pudessem ser imitados como exemplares, na busca de caracterizar a província de Minas como um lugar civilizado.

2.1 A filantropia e a reconfiguração do espaço urbano: vitrines da civilização e do progresso

O recurso à filantropia, sentimento humanitário difuso que se apresenta como formulação original de prestação de socorro civil, manifesta-se nos mais diferentes campos da vida social.

⁴⁸ Observamos o procedimento de, tanto quanto possível, evitar a personalização do ato filantrópico neste ou naquele personagem, a fim de tentar escapar ao modelo de pesquisa historiográfica baseado na evidência de grandes personalidades, a quem caberia o protagonismo da ação sociohistórica. Tal atitude seria francamente desautorizada pelos autores que nos subsidiam no campo. discussão

⁴⁹ Trata-se de uma leitura de diferentes modelos de abordagem à cultura da filantropia, a saber, o modelo norte-americano e o modelo do continente europeu, de matriz predominantemente francesa. Para a ideia de circulação, referimo-nos a Chartier (1991).

Majoritariamente, o emprego do vocábulo aparece conectado com o anúncio — ou a apologia — de práticas cujo objetivo é minimizar o sofrimento causado por fragilidades relacionadas à condição social desfavorável daqueles a quem se dirigem. Entretanto, apesar de uma variedade de usos discursivos, o fim a que se destina não varia muito: por um lado, apregoa a condição de superioridade material de um personagem ou grupo pertencente à elite abastada, que não raro deriva para a defesa de uma pretensa superioridade moral, traduzida na bondade e na generosidade de seus atos; por outro, perpetua uma relação de endividamento dos necessitados para com aqueles, dívida cuja confissão se dá pela gratidão com que se impregnam as palavras, e que tem os juros amortizados pela atenção submissa e irrestrita do necessitado aos interesses do benfeitor. O humanismo traduzido em discursos de filantropia justifica uma classe de comportamentos e decisões tendentes a manter em funcionamento estratégias de controle dos pobres, para garantir a docilidade necessária para que aceitem o quinhão que lhes cabe no ideário de civilidade que se a buscava para a nação⁵⁰.

Na segunda metade do século XIX toma impulso um processo de reorganização do espaço urbano, fundado na compreensão de que a cidade racionalizada representa não só uma novidade, mas também um imperativo: “a cidade era o símbolo do novo, a via de acesso ao progresso, ao sonho de liberdade” (RIZZINI, 2011, p. 32). Tal processo de reorganização foi sem dúvida lento, em que pesem as evidências de seu acontecimento. Se tomarmos por exemplo a dinâmica da produção e circulação de jornais na província, considerada a partir do material preservado pela HDBN, veremos que se o decênio 1860-1869 contabiliza 14 títulos, no período seguinte são registrados 30, o que representa um aumento de 114,5%, e na década de 1880-1889 o número de periódicos em circulação no território chega no mínimo a 118, evidenciando um aumento de títulos em circulação superior a 740% num intervalo de vinte anos. Ora, naquele contexto, o jornal é o símbolo do urbano, do moderno, da novidade. A valorização do ambiente urbano, o incremento da informação, a apologia da instrução formal, a repulsa difusa ao costume escravista, evidenciam que as estruturas de poder — e com elas a configuração do espaço social — ligadas ao regime monárquico estão, no período, em vias de tornar-se obsoletas (RIZZINI, 2011, p. 75); entretanto ainda vigoram, disputam legitimidade e hegemonia política, na capital do Império e nos rincões do interior⁵¹, face à onda da novidade

⁵⁰ A este propósito, cf. MOREL, 2005, p. 221ss.

⁵¹ Para a disputa entre os modelos políticos tendentes ao regime imperial ou republicano, suas repercussões e desdobramentos no interior da província, cf. SILVA (2013).

que se apresenta como portadora da civilidade e do progresso, tanto no nível do discurso quanto nas tentativas de regulação legal dos comportamentos sociais.

Podemos encontrar uma indicação deste processo de disputa nos anais da 14ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, de 1867. A transcrição da ordem do dia, publicada pelo Diário de Minas, traz o debate sobre como deveriam ser verificados os conhecimentos dos profissionais que se dispusessem a manipular medicamentos, os boticários. A proposta sobre a qual deliberam os deputados pretende que sejam concedidas “cartas de pharmaceuticos aos individuos que se mostrarem habilitados em exame theorico e pratico” (DIÁRIO DE MINAS, nº 367, 1867, p. 02).

O assunto explícito da pauta é somente o ponto de partida para considerarmos outros aspectos das relações sociais que então se desenvolvem, subjacentes à matéria em análise. Por um lado, a maneira como os interlocutores se dirigem uns aos outros, tal como preservada pela fonte, evidencia que os deputados debatedores tratam-se em boa parte de médicos, o que por vezes empresta à casa legislativa ares de um fórum técnico; por outro, fica visível o modo como a cena política é protagonizada por atores letrados, instruídos, entre os quais os médicos entram em relevo no contexto da discussão deste tema em específico. Em todo caso, é possível perceber que o processo decisório sobre a rotina social é conduzido por uma classe de pessoas que, se não estão de acordo entre si a respeito de qual será a nova configuração da nação, permanecem unidos num acordo tácito de pertencimento a uma elite letrada e qualificada, consciente de sua própria agenda de interesses e que identifica em si mesma a condutora legítima — e única — deste processo.

A disputa entre os diferentes posicionamentos dá-se a ver a partir da defesa ou da rejeição da proposta: em pauta, a pretexto da diplomação ou não dos boticários, subjaz o debate sobre as contradições de uma sociedade em transformação. A questão mais profunda em debate é a que definirá para que categorias de pessoas, com que finalidade e a que custo, será distribuída a possibilidade de acesso à saúde. Novamente o recurso do sentimento filantrópico ou humanitário é mobilizado, desta feita a partir da linguagem religiosa, para justificar a restrição ou a expansão da atividade farmacêutica:

O sentimento humanitario e o cumprimento do dever não tem categoria; é sempre o mesmo e muito especialmente, permite-se-me o orgulho de dizer, que na nossa classe [médica] até esse sentimento é muito geral, nós não distinguimos classes, categorias, côres, fortunas, nem hyrarchias nos nossos semelhantes, isto nos ensina o medico dos medicos, isto é do evangelho. Quando temos um doente não olhamos se

é branco, preto; rico ou pobre, é sempre um semelhante que nos pede que lhe demos a vida e a saúde (DIÁRIO DE MINAS, nº 367, 1867, p. 02).

É de se notar o fundamento profundamente paternalista da afirmação: o *semelhante* não é de modo algum o *igual*, uma vez que *nos pede* que lhe demos algo daquilo de que ele não dispõe; a falta — aqui uma falta crucial, a de saúde — instala uma relação de dependência que, enunciada como abnegação e sentimento humanitário, cumpre a função de manter o doente sob tutela, exigindo-lhe um pagamento não apenas pecuniário, mas também a amortização pelo reconhecimento agradecido, obrigação que se não pode ser honrada no plano financeiro, cobra seus dividendos com juros na forma de alardeada gratidão. O mesmo movimento que procura difundir um sentimento humanitário, representação benvinda à sociedade em vias de se tornar urbana, ao mesmo tempo reforça e recria “redes de poder e laços de clientela” (MOREL, 2005, p. 222) que classifica e visibiliza de modo inequívoco benfeitores e necessitados ao longo do tecido social.

Em paralelo às discussões sobre a distribuição das estratégias de saúde, outro campo da vida social é sugestivo da associação estreita entre progresso material, adequação ao modelo civilizado e elevação moral. Trata-se do impulso de aperfeiçoamento da infraestrutura da província. Ao que parece, num determinado momento da história, construir estradas passou a ser sinônimo de governar (ELLIS, 1997 v. 2, t. 4, p. 27); o aprimoramento das vias de acesso, alcançado por meio de obras como pontes e estradas carrega ainda outra relação de sinonímia com o exercício do poder e a busca do progresso: melhores estradas pareciam conferir à sociedade um estatuto mais elevado de civilidade e, por isso, de moralidade. De fato, se observarmos os relatórios dos presidentes da província no período, veremos extensas descrições de obras de infraestrutura. O relatório de 1865 aponta a execução de obras em ao menos nove estradas e dezenove pontes (MINAS GERAIS, 1865); os melhoramentos apontados pelo relatório de 1867⁵², cuja ênfase recai sobre uma longa exposição de motivos favoráveis ao desenvolvimento da navegabilidade dos rios da província, incluem também estudos para abertura e melhoramento de ao menos seis estradas, o conserto de outras dezenove, e a construção ou reconstrução de pelo menos quarenta e oito pontes (MINAS GERAIS, 1867-1).

⁵² Trata-se do primeiro relatório daquele ano, apresentado pelo presidente Joaquim Saldanha Marinho. Não é incomum, no período, que haja mais de um relatório por ano, dada a rotatividade dos presidentes. A propósito desta dinâmica, e do importante papel dos vice-presidentes, mais estáveis em seus cargos, cf. NOGUEIRA (2019) e NOGUEIRA e PAULA (2016).

Seria exaustivo nos alongarmos em assinalar os exemplos, mas é certo que o tema do melhoramento das vias de acesso às cidades — como o melhoramento material geral da infraestrutura urbana — é uma constante nos relatórios do período estudado. Incluem também discussões sobre incrementos relacionados à iluminação pública, encanamento de água potável, serviços de correios entre outros. No relatório publicado em 1868, o presidente José da Costa Machado de Souza parecia estar convencido de que a prosperidade da província, “seu futuro grandioso só depende de melhoramentos materiais e com especialidade de boas vias de comunicação e da navegação de seus rios” (MINAS GERAIS, 1868-1, p. 13). Tamanha era a convicção de Machado de Souza a respeito da precedência que obras estruturais deveriam ter em relação a tudo o mais, que o presidente propôs um comparativo entre os orçamentos públicos de 1861 a 1869, para evidenciar “que o legislador provincial de 1861 para cá tem atendido mais a instrução pública, do que aos interesses materiais da província” (*idem*, p. 14). E interroga: “O que lucra a província com este systema? Quantos meninos foram aprovados nos exames do anno passado?” (*idem*, p. 15).

Na economia da província acontece uma substituição importante em relação à sua base de sustentação. Se no ciclo do ouro a opulência legada pelo metal precioso havia alçado a capitania de Minas à distinção, a troca de sua mineração pelos chamados *minérios úteis* no século XIX trará consequências diretas para a configuração do espaço urbano na província: “As cidades do ouro e dos diamantes vão perder a liderança como centros urbanos os mais movimentados da Colônia” (ELLIS, 1997 v. 2, t. 4, p. 18). Tal substituição virá a oferecer a base do discreto movimento de industrialização, baseado na siderurgia, que por sua vez dinamizou a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876, diante da necessidade de aprofundamento do conhecimento técnico demandado pela área.

Ao contrário do que se deveria supor, entretanto, as peças de ferro da nascente siderurgia não se estendem pelos campos na forma de trilhos, de modo que os caminhos pelos quais o progresso encontra avanços na província são outros. A metáfora é sugestiva: o ideário do progresso constitui uma premissa no período, mas *aquilo que se entende* por progresso varia na razão dos interesses da fração da elite que o propõe:

Ainda que o discurso do progresso justifique a série de intervenções que se deram em fins dos oitocentos, percebemos que aquele discurso possui *gradações e sentidos* diferenciados, conforme o perfil dos sujeitos que compuseram a classe dominante, responsável pela condução daquelas intervenções. (SILVA, 2013, p. 409 - grifo nosso).

Uma evidência deste argumento aparece nitidamente na fala do presidente Machado de Souza, ainda convencido da razoabilidade em se comparar os orçamentos da província direcionados respectivamente para a instrução e para a infraestrutura:

Reconhecemos ser louvavel o empenho dos poderes publicos, quando se esforço em desenvolver a intelligencia, em illustrar o espirito, em despertar no coração da sociedade sentimentos nobres por meio de uma bôa educação, mas para que vantajosamente se atinja este fim é preciso dinheiro, e este entre nós só procede da lavoura.

No meio da miseria não ha felicidade possivel.

A prosperidade dos mineiros, seo bem estar, sua civilização, e felicidade estão dependendo do augmento da sua fortuna particular. Para que isto aconteça, devemos resolutamente cuidar das estradas, e de tudo quanto a natureza neste sentido tiver feito a nosso favor (MINAS GERAIS, 1868-1, p. 14).

A incorporação de um modo de vida urbano, resultado da adesão às representações importadas dos centros europeus, representa uma etapa da disputa pelo controle do poder e pela condução do sentido de sua aplicação, com repercussões concretas, que não se resumem à aposta em um projeto, ou numa visão romântica de sociedade, apesar de ser esta mesma a vestimenta que apresenta rotineiramente o discurso. Neste sentido, a apresentação do *urbano* como equivalente ao *civilizado*, ao *simétrico* e ao *higiênico*, estende-se também para a equivalência com atributos comportamentais como o *cortês*, o *letrado*, o *caridoso*, o *filantropo*. Por extensão, torna-se imperioso à configuração do cotidiano social que todos aqueles elementos que não se enquadram na civilidade assim definida, sejam eliminados, ocultados ou afastados para a periferia, a fim de não interromperem a marcha da civilização. As bordas das cidades são portanto interpretadas, e de fato tornam-se, aqueles lugares onde o progresso *ainda* não chegou: “civilidade e civilização eram palavras que (...) se definiam em contraposição ao campo, colocando-se como próprias das cidades.” (SILVA, 2013, p. 414).

Não é casual a coincidência entre o urbano e o civilizado, que por sua vez faz coincidir o não-urbano (o rural e o periférico) com o não-civilizado. Para Silva (2013), tal coincidência demonstra intenção de controle sobre a vontade popular por meio da organização dos espaços: “(...) A ideia era tornar a cidade um modelo de cidade ordeira, limpa, ‘livre’ dos miasmas insurretos da classe trabalhadora” (SILVA, 2013, p. 416). Higiene, limpeza e ordem representam no plano da organização das cidades aqueles mesmos atributos de moralidade que não podiam ser encontrados no povo que, ocupando o espaço — e comportando-se — de maneira desordenada, traziam riscos à sociedade e ao progresso — e portanto deviam ser

alijados à periferia, ocultados e, oportunamente, amparados sob estrito controle para que a narrativa da bondade humana pudesse ser devidamente explorada.

2.2 A filantropia e a disseminação da instrução na província: sentido do ideário civilizador

Esta seção procura salienta o potencial que o discurso da filantropia carrega, no contexto da segunda metade do século XIX, de vir em socorro à necessidade de incorporação dos pobres à sociedade, utilizando-se para tal finalidade as modalidades de instrução disponíveis. A filantropia alcança um posto significativo nas representações da vida social na província, porque opera como discurso de controle, que permite a uma fração da elite valer-se do socorro aos pobres como justificativa para a defesa de seus próprios interesses.

Para compreender o sentido das iniciativas orientadas à instrução de adultos na segunda metade do século XIX, Nogueira (2016) aponta que as experiências educativas, empreendidas por atores sociais diversos, participaram de um repertório discursivo moderno, “inserido no projeto de construção da nação empreendido pela intelectualidade brasileira” (p. 33). O vocabulário moderno da filantropia, no correr do artigo, é apontado como um destes elementos, não apenas auxiliar, mas importante, pois é tratado como argumento principal “mobilizado pelos ilustrados que tornaram tais iniciativas [a instrução elementar de adultos] possíveis nesse período” (*idem*, p. 34).

Ao comentar sobre a influência das ideias irradiadas pela Corte para a configuração da instrução pública, a autora compreende que a difusão do ideário civilizador não é, no período, iniciativa privativa do aparelho estatal, mas um movimento que se enraíza por toda a sociedade, e que mobiliza diversos agentes institucionais, além dos sujeitos individualmente, como no caso dos intelectuais. Desse modo, o aparecimento de iniciativas não estatais de instrução de adultos, cujo alcance é amplificado a partir da divulgação pela imprensa, trazem consigo um certo modelo de conduta cuja replicação é desejável, na tentativa de alçar a nação brasileira à condição de civilizada. A pesquisadora aponta dois possíveis motivadores para o empenho da elite ilustrada na causa da criação de aulas noturnas para adultos:

O forte apelo à indulgência pelo adulto analfabeto e o anseio de civilização parece ter sensibilizado os ilustrados das mais variadas províncias do país que, incorporando o vocabulário da filantropia iluminista, investiram na criação de aulas noturnas, derramando as luzes aos desfavorecidos da fortuna, que viviam no “negro abismo da ignorância” (NOGUEIRA, 2016, p. 43).

Considerando a “filantropia como uma das formas de sociabilidade intelectual” (*idem*, p. 45), a autora detecta um movimento de promoção, operado pela elite letrada da província, voltado para a criação de aulas ou de escolas noturnas. A difusão desta nova forma de sociabilidade, conforme a autora, passa pelo recurso à imprensa como forma de divulgação das ações:

Considerada a “missionária da civilização”, a imprensa buscou ocupar, na virada do século XIX para o XX, um lugar privilegiado de difusão dos princípios da nova civilidade requerida pela nova sociabilidade advinda da transformação do espaço urbano, um dos elementos centrais da modernidade (*idem*, p. 45).

É importante observar o sentido da proposição à luz dos documentos e fontes disponíveis, a fim de localizá-los em relação a um *establishment* que aponta para o paradigma iluminista. A afirmação da orientação da imprensa como difusora da nova sociabilidade, cujos valores se acercam das ideias de progresso, modernidade e civilidade, pode ser demonstrada a partir de dois ângulos. Por um lado, a partir do já aludido aumento do número de periódicos em circulação a partir da segunda metade do século XIX. Por outro lado, pelo próprio conteúdo neles veiculado. Alguns exemplos, extraídos do *Noticiador de Minas* e do *Diário de Minas*, identificam com propriedade o recurso à imprensa como propagadora dos ideais de civilidade cuja hegemonia se procurava consolidar.

Na edição de 06 de julho de 1869, o *Noticiador de Minas* estampa uma notícia sobre a inauguração da escola agrícola de propriedade da companhia União e Indústria:

Inaugurar uma escola de agricultura, expôr productos de industria são dous marcos vencidos na carreira do progresso. No século da livre imprensa, do vapor e do telegrapho a arena do combate deve ser o tosco banco da escola e simples sala da exposição. Só ahi reside a fraternidade dos povos! As nações livres agasalhão a instrucção, enfrentão e protegem as uteis descobertas acoroçoando e recompensando os homens generosos que consagrão suas vigalias em busca dos meios de suavizar a condição dos mais pobres. Instruir é preparar o trabalho. É felicitar. Fazer a felicidade de todos é crear uma grandeza nacional. Tal norma de conducta não é somente uma questão de economia, um acto de caridosa philantropia, mas sim de sagacidade política! (NOTICIADOR DE MINAS, ed. 124, 1869, p. 03).

Do *Diário de Minas* nos chega outro exemplo, de 1866, no qual Ricardo Viscoli assina o texto intitulado “Progresso e moderação”. Trata-se da utilização do elogio ao progresso, “chama que devora todas as intelligencias do universo” (DIÁRIO DE MINAS, ed. 050, 1866, p. 02), para a demarcação de um posicionamento específico no jogo político do momento. O discurso é construído pelos “homens liberaes, políticos, e philantropos” (*idem*) contra aqueles a quem o autor classifica como representantes da tirania, do obscurantismo e da escravidão, aqueles

“da moderação e da conservação e do privilegio” (*idem*). O texto mobiliza o conjunto de valores do liberalismo clássico, como a liberdade, a igualdade, o “equilíbrio dos direitos, e dos deveres” (*idem*). Adiante, apela também à igualdade não apenas formal, mas também material, procurando vocalizar as necessidades dos pobres em geral, órfãos, viúvas, proletários, e acentuadamente a condição das pessoas escravizadas.

A mobilização do discurso, consubstanciado na filantropia, que apela para o amor à humanidade por uma fração da elite, aparece no texto de Viscoli como recurso catalisador da disputa política entre grupos que se opõem quanto ao interesse em dirigir os rumos da sociedade, mas não quanto à sua origem e vinculação social. Se advoga o equilíbrio dos direitos e dos deveres, não os direciona à totalidade da sociedade. Ainda que os pobres, viúvas e escravos apareçam como objeto de atenção, não se trata de uma proposta de inclusão para que sejam contemplados em seus próprios interesses e aspirações, senão que apenas justificam o estatuto moral mais elevado que o autor e seu grupo pretendem manifestar, mercê de justificar mais legitimamente o emprego do discurso civilizatório. É sugestivo considerar que a afirmação de José Murilo de Carvalho, feita a respeito do período colonial e da transição para o momento do Império brasileiro, se estende ainda, em boa medida, para o período que analisamos:

Não havia república no Brasil, isto é, não havia sociedade política; não havia “repúblicas”, isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e dos particulares (CARVALHO, 2012, p. 23-24).

No segundo exemplo do uso da imprensa para a disseminação do ideário civilizador, vamos recorrer à edição 005, de 1873, do mesmo jornal. Ali repercutiu um artigo publicado originalmente na Alemanha pelo periódico *Das Ausland*, sobre uma iniciativa considerada inovadora na instrução pública dos Estados Unidos. O artigo apresenta o projeto do filantropo norte-americano Esra Cornell: a fundação de

uma universidade que seja científico-artística, situada em Itaca (Estado de Nova-York). A intenção do fundador é que os academicos ganhem por si mesmos a custa do suor do seu rosto, e por meio do trabalho de seus braços, seu sustento e sua educação. Não serão, portanto, obrigados ao trabalho manual; os que quiserem pagar sua pensão e viver à sua custa serão livres em o fazer (DIÁRIO DE MINAS, ed. 005, 1873, p. 01).

Prossegue o artigo detalhando a remuneração do trabalho dos estudantes, e a intenção de Cornell ao propor a iniciativa:

O trabalho será dirigido por homens do officio, será retribuido segundo a taxa dos salarios que correrem no paiz. Finalmente, não se perderá jamais de vista a intenção do fundador, que é de tornar o trabalho tão *fortificante, tão instructivo e tão moralizador quanto seja possível*’ (*idem* - grifo nosso).

O artigo corrobora a afirmação de que o período experimenta uma associação estreita entre educação, progresso e civilização, no qual sua relação figura em razão de causa e consequência: “Todos conhecem que a educação moral dos povos contribue para o engrandecimento do paiz, para a sua civilisação, e para fazer progredir as artes e a industria (...)” (*idem*). Razão pela qual a mobilização do artigo vertido para a língua portuguesa é orientada à tentativa de direcionar os rumos do debate sobre a instrução pública oferecida às camadas pobres da população na província, cumprindo assim um papel propositivo no debate sobre o modelo de instrução a ser adotado:

(...) muito se avantajaria por certo o amor ao trabalho, como o gosto para a mecanica, e para tudo que contribue a fazer prosperar a industria, e a tornar vigorosas de espirito essas camadas, que muitas vezes deixão de florescer por falta de animação, semelhantes a estas flôres que nascem no recanto da encosta e onde nunca lobrigão uma restea de sol que as vivifique e lhes dê vida (*idem*).

Também é importante notar que a disputa pelo modelo de instrução reflete a dinâmica de circulação do conhecimento e da informação no mundo em intensa transformação. Neste caso, observa-se um modelo surgido e considerado bem sucedido no território norte-americano, nação exemplar em relação à ideia de progresso; bem-sucedido, o modelo é por isso propagandeado na Europa, matriz da referência de civilidade que se pretende para a província; tais elementos não apenas autorizam a mobilização do artigo em periódico local, como o exigem. É o momento em que absorver ideias vindas dos centros urbanos considerados como referência parecia mais adequado do que demonstrar originalidade de pensamento e autonomia decisória. Assim, enquanto avança a constituição de uma *nacionalidade* brasileira, a *identidade nacional* — inclusive no que toca ao modelo de instrução disponível — parece depender em boa parte do fluxo de ideias advindos dos centros urbanos do exterior. Parece válido, portanto, refletir a questão a partir deste ângulo, o que faremos recorrendo às formulações de Cynthia Greive Veiga (2002).

Para Veiga (2002), a escolarização cumpriu, na Europa do século XIX, a tarefa de viabilizar a monopolização dos saberes elementares pelo Estado, ato contínuo à monopolização da força

física; assim, apresenta-se como estratégia de continuidade do processo de civilização em curso no período:

Os não-escolarizados colocam-se como problema para a efetivação de um programa de civilização de maneira muito diferente daquele dos loucos, doentes ou criminosos, e de forma ainda mais particular, porque se refere a um setor da população com especificidades cada vez mais visíveis – a população infantil pobre –, síntese da esperança da produção de nações pacíficas e ordeiras (VEIGA, 2002, p. 97).

Tomando esse mesmo ponto de partida, e considerando que “(...) é o hospício que produz o louco como doente mental (...), é a escola que produz o analfabeto como ignorante” (*idem*, p. 91), é possível questionar, por analogia, se a filantropia produziria o necessitado como *dependente*, apresentando-se para ele como tecnologia de controle e poder disciplinar, e ainda o abastado como *filantropo*, elevando sua prática à condição de modelo de conduta a ser disseminada e imitada. Isso porque ao indicar, baseando-se na análise de Elias (1993), a vinculação entre atitude comportamental – uma atitude contida no que se refere à reação física como possibilidade de resolução de problemas – e lugar social de distinção, a autora torna perceptível que determinadas ações são mais do que esperadas pelos ocupantes de um lugar social: são exigidas. Assim, a

monopolização da força física pelo Estado, no momento em que deixa de ser permitido o livre uso da força física entre as pessoas, fez desencadear todo um movimento de contenção dos impulsos emocionais, sendo que o controle mais complexo e estável das condutas passa a ser mais instilado nos indivíduos, na busca da produção de uma “segunda natureza” (*idem*, p. 95).

Para não perder de vista que a autora busca entender a participação do dispositivo escolarização no projeto de civilização almejado pelo século XIX, é necessário ressaltar que o monopólio da força e do saber pelo Estado tornaram “definitivamente necessário para o programa civilizador a incorporação dos pobres na sociedade civilizada” (*idem*, p. 97), ainda que de maneira diferenciada em relação às elites. A filantropia aparece então como um destes componentes de incorporação, como uma resposta dada à necessidade de achar um lugar para os pobres na civilização, já que não podiam ser ignorados, quer pela quantidade, numericamente crescente, quer pelo potencial de agitação e mobilização que carregavam. Pois ao mesmo tempo em que se consolida o monopólio do Estado sobre o saber, as estratégias de disseminação e distribuição deste mesmo saber parecem contar com a participação ativa de uma categoria de indivíduos suficientemente imbuída do modelo civilizador de que a

instrução quer ser portadora: um modelo que preconiza o progresso material, mas não sua distribuição igualitária; que pretende apelar do poder uma elite anacrônica, para ocupá-lo com uma elite de vanguarda.

Tratando de compreender a história da escolarização no contexto brasileiro, a autora assinala que sua trajetória, tanto quanto seus objetivos, são diferentes do movimento ocorrido na metrópole, porque diferente é a condição de apropriação do termo civilização pela elite política e intelectual local: “ao apropriarem-se do termo civilização, ao longo do século XIX, não o tomaram para se referir a uma nação, mas como forma de produzir sua auto-imagem” (*idem*, p. 101). Para Veiga, aristocracia local e elites econômicas mantêm entre si, no período, laços de interdependência, enquanto o processo de monopolização do saber e da força pelo Estado ocorrem juntos: a configuração local concorre para que a escolarização não seja feita “na busca de completar um processo de civilização já em curso, mas de *estabelecer* as civilidades e, principalmente, legitimar e dar visibilidade a uma *nova configuração de poder* em construção” (*idem*, p. 101 – grifos nossos). Este ponto da argumentação é importante na busca de compreender a trajetória constitutiva da educação brasileira, pois de acordo com tal raciocínio, a educação não ordena nem legitima as relações sociais, mas justifica a configuração com a qual se produz o nascente Estado, ocupado exclusivamente pela parcela da sociedade contida na *autoimagem* civilizada: se abastado, participa como ocupante natural do poder, mantenedor, provedor, *filantropo*; se necessitado, subsiste pela docilidade da submissão, pela gratidão reconhecida, pela admissão passiva da condição de *carente*. Não parece haver espaço, nessa autoimagem, para a interpretação da educação como *direito* de cidadania e como caminho de superação da desigualdade social.

Eis porque as representações em torno dos pobres, de acordo com Irene Rizzini, e sobretudo em torno das crianças pobres, reafirma o vício e o perigo como características naturais desta população. De fato, trata-se de um público que, no parecer dos ocupantes do poder, para alcançar o estatuto de civilizado necessita ser corrigido e reeducado: “ou a criança [pobre] personificava o perigo ou a ameaça propriamente ditos (‘*viciosa, pervertida, criminosa...*’) ou era representada como potencialmente perigosa (‘*em perigo de o ser...*’)” (RIZZINI, 2011, p. 45). A mobilização do discurso da filantropia, neste ambiente onde está claramente colocada a disputa por um novo conjunto de ideias capazes de justificar o distanciamento entre a elite e a população, permitindo a que a desigualdade entre elas continue intacta, será portanto eficiente

enquanto discurso moralizador, indutor de certos comportamentos sociais, seja por parte dos necessitados, seja por parte dos benfeitores⁵³.

2.3 Filantropia, instrução e a *dynamis* local: quem é capaz de demonstrar maior bondade?

A instrução, legitimada no período como farol pronto a iluminar a via pela qual a jovem nação desejava caminhar, será uma justificativa frequente para o tensionamento político regional e uma justificativa insuspeita para disputas entre grupos locais. Não por acaso, as pautas discutidas pela Assembleia Provincial na sessão legislativa de 1872 evidenciam a concorrência pelo o modelo de instrução a ser adotado na província, aproveitando-se dos debates que precedem o aparecimento da nova capital. Em todo caso, o recurso à representação da filantropia oferece o pretexto que legitima as reivindicações dos deputados como sendo mais elevadas do que a mera demarcação do território político. Esta seção cuidará de evidenciar o recurso a este expediente como estratégia de demonstração de influência política no jogo regional, quer pela participação no aparelho de Estado propriamente, quer pelo recurso a estratégias associativas. em todo este movimento, o recurso à comunicação impressa parece ter sido significativo.

O fragmento a seguir apresenta uma solicitação de esclarecimentos pelo deputado José Baeta, sobre o projeto de subvenção ao Colégio Rio Verdense, de autoria de Joaquim Bento.

É muito bonito, é muito bom mesmo dizer-se aqui, que somos levados por idéas philanthropicas, sempre que votamos subvenções a collegios: diz-se — votar-se com a condição do collegio receber tantos alumnos pobres — e no entanto n'isto ha abusos, e abusos que temos necessidade de cortar. Porque não havemos de marcar em uma lei, ou quando tenhamos de votar estes projectos, subvencionando a estabelecimentos de instrucção publica o número dos moços pobres, e determinar que estes sejam orphãos, e quantos de cada termo, para que não se locupletem, não sejam só aquinhoados aqueles meninos que, como quasi sempre se dá, são preferidos os de certas localidades; e assim, d'esta forma quasi redundante o beneficio para o pessoal que reside n'aquella zona onde existe o collegio (ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 1872, p. 282).

Baeta procura mostrar-se escrupuloso quanto à concessão da subvenção, argumentando para isso que a província já mantinha um externato nas proximidades do colégio que pleiteava a subvenção, na região de Campanha. Ora, o próprio José Baeta, como afirma, havia apresentado projeto de criação de externato na região de Paracatu, que segundo ele “como a

⁵³ Trataremos deste ponto da discussão na seção 2.4 adiante.

Casa sabe perfeitamente, é justamente um ponto que mais reclama os cuidados da representação desta casa, quer para o seu desenvolvimento moral, quer material” (*idem*, p. 281).

Fica perceptível a partir do destaque a disputa entre duas regiões geográficas da província em busca de recursos para seu próprio território, para a qual se mobiliza o discurso humanitário com a finalidade de justificar a concessão ou recusa da subvenção pública às estratégias de instrução propostas. Se a superfície do discurso satisfaz perfeitamente o escopo da representação política, um olhar atento parece perceber outros objetivos. O que está em discussão não parece ser o amor pela humanidade, numa perspectiva idealista, nem a inclusão e a difusão do ensino pelo interior da província, numa intenção mais pragmática; o interesse imediato dos grupos politicamente relevantes de cada região, no caso uma disputa entre o norte e o sul da província, parece sobressair a tais interesses. Nos subterrâneos do debate cuja superfície é o amor à instrução, e a sua disseminação, ocorre a busca pela “protecção dos poderes do Estado” (*idem*) para a salvaguarda dos interesses regionais.

Estes interesses se manifestam tanto pelos indivíduos quanto pelas instituições de que participam. Uma delas, a Associação Propagadora de Instrução, figura nos anais da sessão legislativa de 1872 como potencial beneficiária do orçamento então discutido. A Assembleia, reunida para deliberar sobre o orçamento da província no ano financeiro de 1873-74, discute um aditivo autorizando subsídio para as aulas noturnas daquela instituição. Seus deputados, “que também somos amantes da instrução” (ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 1872, p. 348), mobilizam o discurso da propagação da instrução pela via da subvenção a uma associação filantrópica já instalada na capital da província. Veiculado por esse assunto, entretanto, o que há de fato em disputa no discurso dos deputados é possivelmente outra questão. Pois a pretexto de autorizarem ou não o subsídio público a uma associação privada de instrução, os deputados dividem suas opiniões sobre dois outros assuntos, se não estranhos ao debate, ao menos pouco próximos: um deles, a centralização da aplicação de recursos na então capital da província, Ouro Preto, ou sua distribuição para os demais pontos da província. O segundo é a própria manutenção de Ouro Preto como capital da província, ou a sua mudança, que de fato vem a ocorrer pouco mais de vinte e cinco anos depois daquela sessão legislativa, mudança a respeito da qual o deputado Câmara afirmou: “podemos fazel-o quando quisermos” (*idem*). Alguns elementos tornam-se particularmente significativos neste debate.

O grupo político representado pela figura do deputado José Baeta defende que a capital da província seja agraciada com melhorias e direcionamento de recursos financeiros, ainda que em detrimento de outras comarcas. Os argumentos utilizados por este grupo são: a defesa de que a difusão da instrução deve se dar numa lógica de irradiação a partir do centro, tendo início pela capital e disseminando-se para o interior; o pequeno valor total do montante direcionado à questão, que de tão diminuto “realmente admira que se levante na Casa tão grande celeuma” (*idem*); a utilidade pública da medida; a presença, na capital, de pessoas e condições mais favoráveis do que no interior para “aplicar-se ao estudo das materias da instrução superior” (*idem*); a compreensão da capital como um lugar de vanguarda, ou de amostra mais bem acabada do território, cujas ideias e modelos devem ser imitados pelas outras cidades.

O uso da filantropia como elemento demarcatório das correlações regionais na disputa de poder é um recurso frequente na sociedade provincial nos anos finais do período imperial. Os documentos oficiais fazem registro desta prática. Se um deputado como J. Miguel apresenta um projeto prevendo a vacinação contra a bexiga, seu correligionário T. da Motta ressalta o quanto a atitude “faz honra aos sentimentos philantropicos do nobre deputado” (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1872, p. 53).

A dinâmica de concorrência regional, com a finalidade de demarcar ou ampliar a influência política dos grupos locais, também repercute nos veículos de imprensa, que ora se ocupam de elogiar os aliados, ora de atacar os desafetos. Não são raros os casos em que tal repercussão se vale do imaginário de bondade, boa vontade e grandeza moral, associados à filantropia, para exaltar práticas de figuras públicas e alçá-las à condição de exemplo a ser seguido. Este uso é frequente na imprensa, e para notá-lo, destacamos algumas inserções que aconteceram no periódico Diário de Minas.

Angelo da Matta Andrade é o autor de uma notícia intitulada “A cidade de Ponte Nova”. Trata-se de uma contenda do autor com o padre João Paulo Maria de Britto, que se mostra por uma troca pública de acusações, que se vale da imprensa, baseada em posicionamentos políticos contrários. Andrade, outrora liberal, e então filiado ao partido conservador, dirige-se em tom irônico a seu desafeto, que usa o pseudônimo Sr. Excelso: “Ainda assim, não é compatível com o character philantropico e generoso de S. S. vilipendiar a um seu colega, despojando-o de qualidades, que n’elle reconhece, para thurificar e lisonjear ao patricio, cujo demerito é proverbial” (DIÁRIO DE MINAS, ed. 068, 1873, p. 03). Noutra edição,

encontramos uma homenagem prestada pelo ex-deputado provincial Thomaz Pacheco Ferreira Lessa a João Cândido de Oliveira e Silva, deputado e genro do presidente Agostinho José Ferreira Bretas, “medico ilustre e philanthropo, cujo nome é sempre pronunciado com gratidão e igualmente venerado tanto na humilde choupana do pobre, como no sumptuoso solar dos ricos” (DIARIO DE MINAS, ed. 076, 1873, p. 02). João Cândido morreu prematuramente antes de completar 28 anos. O homenageado teve, segundo Lessa, os sonhos de sua juventude modificados pelas determinações de seu pai, que o queria comerciante, e também porque em sua cidade natal, Caldas, “faltavão-lhe aulas, tinha sêde de instrucção, e só com immensos sacrificios podia um môço ir bebêl-a á 22 legoas de distancia” (*idem*).

E a prática se repete. Em 1875, o então presidente da província, João Antonio de Araujo Freiras Henriques, manda publicar um Ato endereçado ao juiz de direito da comarca de Piranga, reconhecendo o procedimento do “Dr. Edmund Wenning, [que] de novo encarregou-se do tratamento dos indigentes variolosos (...) pelos actos de caridade que ha praticado” (DIARIO DE MINAS, ed. 406, 1875, p. 01). Assegura o referido presidente que “oportunamente levarei estes actos de philanthropia e desinteresse á apreciação do governo imperial (...)” (*idem*). Em um testemunho público⁵⁴ da amizade de José Miguel de Siqueira por Francisco Urbano Ferreira Alvim, a filantropia é tomada como um valor que ordena amar o próximo, ao lado da sociabilidade, da benevolência, da beneficência. Adiante, “(...) o inclito Visconde do Rio Branco, invicto heróe de philanthropia nos annaes da patria” (DIARIO DE MINAS, ed. 016, 1873, p. 03) aparece como fiador numa contenda da maçonaria local. Numa apologia à figura social do sacerdote católico, na condição de pároco, o autor de um elogio, identificado como C. A., caracteriza o cristianismo como uma “religião philanthropica”, e associa diretamente, em linha de descendência, a filantropia à caridade cristã, ocupado em estabelecer uma relação íntima entre moral e política: “Nenhuma verdade existe, quer em moral, quer em política, que não esteja em germen n’um verseto do evangelho; (...) a philanthropia nasceo de seu primeiro e único preceito — a caridade” (DIARIO DE MINAS, ed. 225, 1867, p. 02).

Como vimos, a caracterização de pessoas e atitudes do cotidiano como filantrópicas, podiam também ser acompanhadas do propósito específico de formar e consolidar redes de relações políticas locais, orientadas para os interesses imediatos dos grupos que disputam legitimidade e influência local e regional. Cabe interrogar agora sobre como o exercício cotidiano de

⁵⁴ DIARIO DE MINAS, Edição 043, 1873, p. 01

associar-se, a partir de possíveis influências externas, participou como elemento dinâmico do conjunto de relações da província.

2.3.1. O exercício de associar-se: o debate de ideias associativas na província

Pensar a filantropia remete à questão do modo como as pessoas se associam umas às outras, pois não haveria sentido em se afirmar *philos* entre as pessoas caso elas não estivessem dispostas a se aproximar e cooperar entre si — e por extensão, também dispostas a assumir o risco da animosidade e da inimizade. Motivo pelo qual é devido interrogar sobre os caminhos pelos quais se deu a dinâmica associativa na província de Minas, ao final do período imperial brasileiro. Para a tarefa de reunir pistas para tal leitura do cenário, propomos uma reflexão sobre as formas associativas difundidas pelo ocidente no século XIX, fazendo uma leitura comparada entre a proposta de fortalecimento das estratégias de sociabilidade oriundas do modelo corporativo, proposto por Émile Durkheim, e a descrição feita por Alexis de Tocqueville sobre a dinâmica associativa observada nos Estados Unidos, que aparece como o alicerce da democracia norte-americana⁵⁵. O primeiro deles nos interessa porque se trata de uma leitura que, já no período estudado, é reconhecida como referência em se tratando de analisar o universo sociocultural norte-americano, que influenciaria o comportamento social do restante do mundo de modo contundente; o segundo, em que pese aparecer tardiamente em relação ao período de que tratamos⁵⁶, carrega na composição de sua obra as influências do positivismo comteano, francamente disseminado pelo ocidente, e sentido vivamente pela sociedade brasileira⁵⁷. Em seguida, observamos rapidamente os antecedentes da cultura associativa local na província de Minas Gerais que, de acordo com a pesquisa de Inácio (2010), parecem ter sido difundidas a partir do início do período imperial. A seguir, o recurso às fontes diretas indica pistas para a identificação da cultura associativa da província. Com estes elementos, será possível refletir sobre o modo como o exercício da filantropia rebatia sobre o interesse público, com especial atenção para o cenário da instrução.

⁵⁵ Para este movimento, recorremos ao manuscrito *Associações Voluntárias vs. Corporações*, de Potyara A. P. Pereira (1984).

⁵⁶ *Da Divisão do Trabalho Social* aparece em 1893; *As Regras do método sociológico* em 1895; e *O Suicídio* em 1897.

⁵⁷ A tal ponto de fazer com que o lema estampado no maior símbolo nacional reflita, em palavras e ainda hoje, o ponto principal do ideário positivista.

Apesar do modo restrito como a divulgação de livros parecia ocorrer, não só na província como no Império, a obra de Tocqueville, cujo título mais vultoso é *A Democracia na América*, lançado em 1835, parece conhecida da intelectualidade mineira no final do século XIX, e subsidia o pensamento da intelectualidade local. Em 1866, num debate veiculado pelo Diário de Minas entre o historiador J. B. Calógeras⁵⁸ e o ministro J. V. Lastarria, enviado extraordinário do Chile, é possível perceber a circulação das ideias que dialogam com o processo de desenvolvimento da teoria liberal moderna. O texto, cuja epígrafe traz uma sentença de Mill⁵⁹, recupera brevemente um debate conceitual que põe em perspectiva as características dos sistemas de governo praticados na Europa daquele período, que segundo Calógeras “são quasi todos monarchicos” (DIARIO DE MINAS, ed. 045, 1866, P. 1-2), e a proposta estadunidense que fundamenta sua visão de democracia no ideal de liberdade individual. Para Lastarria há uma clara oposição entre as propostas políticas norte-americana e europeia, oposição baseada na soberania do indivíduo sobre o Estado (no primeiro caso) e vice-versa (no segundo), com privilégio daquele primeiro modelo, uma vez que na opinião do autor é capaz de garantir relações democráticas; tal oposição, no entender de Calógeras, é entretanto relativa, uma vez que ele não considera incompatíveis a existência do Estado monárquico e das liberdades individuais.

Vejamos, portanto, como Pereira localiza as propostas das associações voluntárias, no caso norte-americano, e das corporações, relativamente à forma associativa europeia tal como são propostas respectivamente por Tocqueville e Durkheim.

Em *Associações Voluntárias vs. Corporações* (1984, mimeo), a autora se propõe investigar a propensão humana ao exercício da associação, num contexto mais amplo de análise dos grupos sociais, destacando que se trata de um problema que merece a dedicação de diversos pensadores sociais. Em meio à diversidade de tratamento que a questão da associação pode receber da parte da literatura econômica, política e sociológica, Pereira identifica um aspecto, que “parece ser comum aos investigadores das diversas formas de associação, qual seja: o interesse em detectar as influências que do processo de formação política da *vontade* (coletiva

⁵⁸ João Batista Calógeras (1810-1878), autor do *Compêndio de História da Idade Média*, é descrito por LAJOLO e ZILBERMAN (2015) como autor de “livros didáticos, necessários ao ensino secundário, em expansão no país” a partir da década de 1860.

⁵⁹ J. Stuart Mill (1806-1873), filósofo britânico. A epígrafe, extraída do segundo capítulo de *O Governo Representativo* (1861) é a seguinte: “*Sendo a virtude e a inteligência dos seres humanos que compõem a comunidade os primeiros elementos de um bom governo, o mérito mais importante deste consiste em desenvolver a virtude e a inteligência dos membros da comunidade*”.

ou individual) recebem os diferentes grupos da sociedade” (PEREIRA, 1984, p. 01 - grifo da autora).

Segundo a pesquisadora, Alexis de Tocqueville, interessado em

conhecer as características da sociedade moderna, industrial, e os efeitos dela decorrentes sobre a conduta humana (...) procurou averiguar e distinguir, através de análise comparativa, tanto as causas profundas como os fatores meramente desencadeadores do fenômeno associativo em sociedades da mesma espécie (PEREIRA, 1984, p. 02).

Isso fez com que o pensador observasse “formas diferenciadas de regimes políticos em sociedades congêneres” (*idem*), que o levou à valorização de elementos como a democracia, a liberdade e a igualdade em suas obras.

Daí a sua ideia de associação voluntária refletir uma concepção de democracia que extrapola uma delimitação política estreita e compreende toda uma estrutura social. Em outros termos, Tocqueville entende a democracia mais como um tipo de sociedade do que um tipo de poder (PEREIRA, 1984, p. 02-03).

Consequência deste modelo de compreensão da democracia, registra a autora, é a caracterização da

igualdade de condições não (...) [como] o acesso direto, de todos, aos bens e serviços existentes na sociedade, mas a possibilidade de obtê-los graças à ausência de barreiras impostas pela transmissão hereditária de bens ou ao valor ligado ao nascimento, típicos das sociedades aristocráticas (*Idem*, p. 03 - grifo da autora).

Entre os norte-americanos, tanto a liberdade de associação, na forma da proliferação e fortalecimento das associações voluntárias, como a liberdade de imprensa, não se tratam de permissões de um governo central, nem de um desafio popular à autoridade constituída; antes constituem, conjuntamente, elementos de causa para a própria existência da democracia norte-americana, tal como Tocqueville a descreve em *A Democracia na América*. Eis porque tais associações, naquele contexto, assumem uma postura fortemente pragmática, mais ocupada em colaborar no desenvolvimento da prestação de serviços públicos do que em restringir a atuação do governo, constituindo assim “o mais poderoso meio de ação, através do qual um povo exercita a igualdade, a liberdade e, conseqüentemente, o procedimento democrático” (*idem*, p. 05-06).

O aspecto importante que o pensamento de Durkheim é capaz de agregar à reflexão sobre o comportamento associativo, conforme Pizzorno (*apud* PEREIRA, 1984, p. 11) é a necessidade de se “confiar nas virtudes do grupo” ante a exigência de algum tipo de solidariedade para a

manutenção da coesão social. Durkheim percebe as consequências deletérias do progresso econômico sobre a dinâmica de integração social, que no limite fragiliza as relações sociais, gerando fragilidades na coesão do tecido social. A novidade trazida pelo pensador, entretanto, é o destaque ao

significado *moral* que lhe parece válido nesse processo. O aspecto moral, para ele, está implícito na subordinação da utilidade privada à utilidade comum e só desse modo representa um elemento superior. É ele quem vai fundamentar a necessidade de associação e especialmente da oposição de associações profissionais contra a moral do progresso fundado no individualismo e, ao mesmo tempo contra os possíveis desmandos do Estado nas sociedades modernas (PEREIRA, 1984, p. 08 - grifo da autora).

A forma associativa consistente das corporações profissionais, de acordo com este modelo, funcionaria como uma rede de órgãos intermediários entre o Estado e os indivíduos, cumprindo assim a dupla função de evitar que a sociedade se resuma a uma multidão de “indivíduos desorganizados”, e de suavizar a presença de um “Estado hipertrofiado”. Desse modo, conforme Pereira, Durkheim julga as corporações imprescindíveis, pois

sua virtude consistiria não nos serviços econômicos que poderiam prestar, mas na *influência moral* que poderiam exercer. Só esse poder moral seria capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um mais vivo sentimento de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais (PEREIRA, 1984, p. 09 - grifo nosso).

Pereira observa pontos comuns ao pensamento de Tocqueville e Durkheim, como a preocupação com a integração social, buscada em ambos os casos pela via da reforma e do consenso. Também a ideia de igualdade que perpassa ambos os autores se assemelha, e facilitada precisamente pela associação entre iguais, procurava antepor-se ao “arbitrio e a incompetência de um poder que, por criar os direitos individuais, poderia se distanciar do bem comum” (*Idem*, p. 12).

É importante recordar que o ato de associar-se, de reunir-se, é *meio*, veículo pelo qual se responde a uma finalidade que remete à construção histórico-cultural. E o que está em processo — inconcluso, mesmo tortuoso — de construção no período que analisamos é a própria ideia de nação, com todas as suas implicações. Para João Antonio de Paula, “se temos dificuldades em afirmar nossa identidade nacional, mais temos dificuldades em aceitar o Estado que, historicamente, nunca se manifestou como instrumento de garantia de direitos coletivos” (PAULA, 2000, p. 111-112).

Importante também observar o processo associativo como elemento cultural, em outras palavras, enraizado na tessitura da rotina cultural das pessoas que vivem em um tempo e um espaço específicos, e que ali constroem suas trajetórias individuais e coletivas:

Tudo isso aponta na direção de ver a cultura como espaço por excelência da formação das identidades coletivas. Isto é, a cultura como síntese dos processos subjetivos-objetivos a partir dos quais as sociedades constituem seus mecanismos de integração e produção de hegemonia: língua, literatura, sensibilidade, imaginário, formas de organização, símbolos, crenças, valor, hábitos, Ethos, sonhos... (*idem*, p. 113).

Ora, os mecanismos de integração de que nos fala João Antonio de Paula, não são unidades estanques, mas *processos*, que carregam historicidade e são resultado de contextos específicos e, como tal, apresentam-se aqui e ali de modo muito diferentes. Comentando a respeito da circulação de livros no período colonial, Villalta (*apud* PAULA, 2000, p. 123) afirma que, apesar de não se tratar de um fenômeno massivo, a posse de livros, “ao que parece, disseminou-se mais que nas outras capitanias nos séculos anteriores”. Ainda assim, prossegue Paula:

Com taxas de alfabetização baixas, semelhantes às do Reino; sem sistema público de ensino; com restrições à circulação de ideias e a presença da Inquisição; e a proibição de imprensa na Colônia, ainda assim, constituir-se-á “sistema cultural” nas Minas Gerais, cujas características centrais são, de um lado, a considerável dimensão criativa e crítica que assumiu, e, de outro, os limites deste mesmo processo, que, afinal, não resultaram em constituição de uma autêntica cultura nacional-popular, apesar dos significativos elementos que apontavam nesta direção (PAULA, 2000, p. 123-124).

A digressão ao período colonial nos auxilia a compreender o quadro cultural que emoldura, durante o período imperial, a existência de diversas associações na província de Minas, voltadas em boa parte para o exercício de influência sobre os rumos que tomariam a construção do nascente Estado brasileiro (INÁCIO, 2010). Nota-se que nem todas as iniciativas de associação serão tratadas do mesmo modo. Quando se trata, por exemplo, de um movimento de escravos em torno do ideal de luta pela sua liberdade, o tratamento não é de nenhum modo tolerante:

Apesar de tudo e do fracasso do movimento [de revolta dos escravos planejado para a noite de Endoenças, em 30 de março de 1719] da gente escrava, os fatos a ele ligados impressionaram o Governador das Minas para quem o maior perigo à autoridade portuguesa, nessa parte do Brasil, provinha da gente escravizada, que

urgia, segundo ele, ser exemplarmente castigada (JOSÉ, 1962 *apud* PAULA, 2000, p. 126).

No Brasil, e especificamente na província, o processo de construção da sociedade de brasileiros, seja em sua dimensão cultural, seja institucional, constitui uma trajetória complexa e cheia de ambiguidades. A inclinação ao movimento de associar-se parece uma constante na trajetória da província mineira, mas esta oportunidade não é dada por igual a todos, e sim de maneira assimétrica, observadas as características de cada grupo e o conteúdo de cada uma de suas reivindicações. De modo que cada movimento associativo terá um tratamento diferente, de acordo com sua finalidade, seu propósito, sua razão de existir. Tal discricionariedade na permissão social do ato de associar-se será elemento perpetuador daquilo que Paula denominou “fratura social, representada, de um lado, pela escravidão, e, posteriormente, pela reprodução de grandes majorias desprovidas de direitos sociais básicos” (*Idem*, p. 129).

Entretanto, o apontamento das contradições relativas à possibilidade associativa no contexto da história de Minas, operado por João Antonio de Paula, é um esforço interpretativo posterior, condicionado, como tal, pela leitura do passado a partir do presente. Não se torna por isso menos útil ou menos válido, e ganha vitalidade ao ser cotejado com as propostas teóricas de pensadores daquele período, como Durkheim e Tocqueville.

O sentido de se refletir sobre a filantropia está na capacidade humana de procurar voluntariamente a companhia de seus iguais, e de orientar esta capacidade associativa ao alcance de determinadas finalidades. Avançando um passo adiante na reflexão, cabe questionarmos justamente sobre este conjunto de finalidades possíveis. A este respeito, o período final do século XIX parece apontar para uma situação de transição conceitual, onde duas interpretações, nem sempre distintas, sobre prática da atenção aos pobres terão convívio na sociedade provincial mineira: a tradicional justificativa religiosa para a ajuda aos pobres, aos poucos vai se tornando insuficiente diante dos apelos de uma linguagem que, vinculando civilização e progresso, já não pode fechar os olhos diante do pauperismo que se alastra pelas cidades. Ao mesmo tempo, a atenção aos desvalidos abre espaço para a visibilidade de práticas consideradas adequadas, dignas de serem imitadas, tanto da parte da elite, para que mantenha sua condição de classe dominante, quanto pelo restante da população subalterna, a fim de que continue merecendo a valiosa ajuda recebida. É o assunto de que se ocupa a última seção desta dissertação.

2.4 Filantropia como recurso para a disseminação de comportamentos exemplares

Esta seção reúne elementos que permitam entrever os caminhos pelos quais a filantropia se consolidou num discurso novo, durante o século XIX e mais evidentemente nas últimas décadas daquele século. Após o Renascimento⁶⁰, e sobretudo com o avanço do liberalismo econômico, a compreensão e a prática da assistência aos pobres passa por uma substituição radical de seus princípios (FALEIROS, 1995; 2006, NETTO, 2011). O auxílio à pobreza já não é instrumento para a salvação da alma, como na pregação cristã, mas estratégia perfeitamente rentável de acumulação de mais riqueza. Esta percepção recusa a idealização de que a filantropia moderna procura desinteressadamente a elevação moral da humanidade, para localizá-la como ferramenta eficiente do próprio modo produtivo que então se consolida.

As demonstrações de progresso social exibidas na província não deveriam ficar restritas às evidências de acúmulo material, como a construção de estradas e pontes, a multiplicação dos mecanismos burocráticos do aparelho de Estado, ou o incremento de serviços públicos como a iluminação e os correios; nem mesmo à já iminente transferência da capital da província para um local talvez mais adequado do que Ouro Preto⁶¹.

As expressões de progresso e de civilidade deveriam estar visíveis também nos acontecimentos da vida social; mais do que os lugares, as *pessoas* deveriam mostrar-se civilizadas. O esforço de demonstrar indícios de semelhança com a moda estrangeira passava por elementos como o aumento significativo do número de periódicos em circulação, na segunda metade do século⁶²; ou a recusa social cada vez mais veemente ao costume escravista, em que pese o renitente — e cada vez menos rentável — esforço de sua manutenção pela fração mais conservadora da elite; ou ainda o aparecimento de novas concepções do fazer educacional, que levaram, conforme a pesquisa de Juliana Caires Pereira,

⁶⁰ Momento histórico que demarca, segundo Costa (2010, p. 14), uma “*ruptura* entre o mundo medieval (...) e o mundo moderno urbano, burguês e comercial”. Se trata de um período cuja principal característica é o aparecimento de uma nova postura do homem ocidental diante da natureza, do conhecimento, das relações humanas e das ideias.

⁶¹ Bojunga (2010) compõe uma descrição instigante de como o processo de transferência da capital evidencia dois modelos antagônicos de cidade: Ouro Preto, a representação de um passado de que se desejaria afastar, em favor do surgimento de uma novidade arejada, ampla, afeita aos interesses modernos e liberais do mundo civilizado, de que a futura Belo Horizonte seria portadora.

⁶² Cf. Apêndices V e VII.

a questionamentos sobre a validade dos castigos escolares no exercício do ensino, até o limite da determinação de sua extinção (PEREIRA, 2017, p. 68).

Também o comportamento social, as demonstrações de bondade pública, precisavam refletir esta novidade civilizadora que a sociedade provincial desejava partilhar com as metrópoles. As motivações para o bem agir, para o auxílio às necessidades alheias, também deveriam participar da construção da autoimagem do brasileiro em linha com os melhores exemplos vindos da Europa e da América. Vejamos como o discurso da filantropia, empregado na província de Minas na segunda parte do século XIX reflete esta finalidade.

A análise sociohistórica elaborada por Charbonneau (2012) acerca do tema da filantropia nos possibilita compreender a influência das concepções que circularam pela Europa e Estados Unidos no século XIX. O autor nota que as condições para a filantropia são tributárias de uma estruturação institucional que a tornam possível, dando relevo à acumulação de capital e à empresa, características ambas do capitalismo moderno. Esta observação é importante porque, como se poderá notar ao cotejá-la com as fontes levantadas durante a pesquisa, veremos que tais características influenciam, ainda que de forma matizada ou moderada, os rumos da sociedade que constitui a província de Minas nas últimas décadas do século XIX.

Para Nicolas Guilhot (2006 *apud* CHARBONNEAU, 2012), há uma relação direta de continuidade entre a prática da filantropia e o processo de acumulação do capital. A acumulação da riqueza, originária de uma relação de exploração, oferece os elementos necessários para a prática da filantropia: de um lado, o elemento material, a riqueza e o poderio econômico propriamente dito; de outro, a justificativa moral que consiste na tentativa de reparação da distância objetiva entre ricos e pobres, gerada pelo mesmo processo de acumulação.

Do ponto de vista político, há também uma linha de vínculo, segundo o autor, entre a renovação da prática da filantropia e os movimentos de reação aos períodos de turbulência que ameaçam a estabilidade da economia. De fato, ainda num momento anterior ao capitalismo propriamente, Charbonneau entrevê na prática filantrópica um tipo compensatório de ação em relação às fragilidades causadas na estrutura social pelo processo de acumulação. No caso da Inglaterra, por exemplo, na transição do feudalismo para o capitalismo, “a generosidade dos comerciantes ricos veio para compensar a ausência de assistência social em um feudalismo em crise” (CHARBONNEAU, 2012, p. 18 - tradução nossa), num contexto que demarca o processo de mudança qualitativa na oferta das doações: “os filantropos

renascentistas [ingleses] abandonaram a doação medieval de esmolas aos pobres e se empenharam em doar àqueles que buscavam mudar genuinamente de vida” (Bishop & Green *apud* CHARBONNEAU, *idem*). Tal virada qualitativa, que coincide com os primeiros movimentos da acumulação capitalista, tem nas *Poor Laws*⁶³ um ponto importante de demarcação. Ali fica mais clara a opção por um modelo de disciplinarização da pobreza, já que a proteção dos pobres contra a absoluta miséria tinha como contrapartida o emprego de toda capacidade de trabalho possível para a acumulação de capital⁶⁴. Conforme Pereira (2008, p. 62), “de um modo geral, as Leis dos Pobres (...) [foram uma tentativa do Estado de] conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias”.

A ameaça da vagabundagem atingia o cerne da concepção do novo modo de produção, e seria duramente desestimulado nos capazes, a partir de diversas medidas, como a imobilidade dos trabalhadores, para que não saíssem de seus locais de origem em busca de melhores perspectivas, por exemplo. Tais atitudes eram recriminadas com castigos físicos, estabelecidos em lei. Os incapazes, por sua vez, teriam “licença para mendigar”, que seria a benesse ofertada pelo Estado para suprir a miséria advinda da condição destas pessoas. Deste modo, estava posto um cenário muito favorável ao pleno desenvolvimento da produção capitalista: “a indução compulsória do pobre *válido* (ou forte) ao trabalho, assim como a cobrança de contrapartida ao beneficiário as assistência, sob a forma de prestação de serviços, tornou-se, em 1576, um procedimento previsto em lei” (PEREIRA, 2008, p. 64).

A partir da reedição de 1601 da Lei dos Pobres, observa-se a intenção de categorizar aqueles que deveriam ser atendidos: os impotentes iriam para asilos ou hospícios; os capazes de trabalhar seriam “hóspedes” das *Workhouses*; os que se recusassem seriam encaminhados para as casas de correção; as crianças ganhariam novas “famílias” para viver – e certamente trabalhar. Potyara Pereira oferece um bom resumo para a situação social para a qual confluíu este cenário:

A persistência da vagabundagem (...) fez com que o esquema de atendimento institucional às três (...) categorias de assistidos acabasse convergindo para um só tipo de atendimento – o das *Workhouses* – para onde passou a ser encaminhada toda

⁶³ Consistiram em severo sistema legal para o tratamento da questão da pobreza, surgido em 1536 na Inglaterra, refletindo a compreensão moralizante da época em relação à pobreza. É possível, dado o relativo paralelismo quanto à concepção de uso econômico da pobreza, argumentar que se trata de um expediente legal precursor do moderno Estado de bem-estar liberal.

⁶⁴ Cf. Pereira (2008; 2013), Hobsbawn (2002), Polanyi (2000), Faleiros (2000).

e qualquer espécie de pobre: o impotente, o sem trabalho e o indolente (ou corrupto). Ou seja, a divisão tripartite de atenção social ao pobre, que encarnava a secular preocupação de separar os merecedores (os impotentes) dos não merecedores (os sem trabalho, mas capazes de trabalhar, e os indolentes) da assistência pública – para atender apenas os primeiros – fundiu-se numa só resposta institucional guiada por um só espírito de regulação: a exploração mercantil do trabalho (*Op. cit.* p. 66).

A reformulação pelo Estado inglês da Lei dos Pobres, em 1834, enrijecendo o esquema de obrigatoriedade ao trabalho como compensação à ajuda, foi a saída encontrada para garantir a tranquilidade necessária para a crescente produção industrial, com relação às possibilidades de desordem que poderiam ser causadas pelos pobres: se a Igreja dera conta, no período feudal, de mantê-los sob controle, não poderia fazer o mesmo sozinha durante o capitalismo, dado o avultamento quantitativo (PEREIRA, 2008). Uma saída francamente rentável, raciocínio que no contexto do final do século XIX já não representa propriamente uma novidade.

A absorção da prática da filantropia pela economia de livre mercado teve uma lógica marcadamente diversa daquela empregada pela Igreja no contexto anterior. Nogueira e Faria Filho (2014), refletindo sobre o estudo de Olivier Zunz, observam que a diferença entre a moderna filantropia e a caridade tradicional, no contexto norte-americano, é demarcada por uma dupla ruptura: “por um lado, ela não visava mais o alívio temporário aos pobres, todavia, mobilizava soluções mais duradouras para os problemas sociais (...); por outro lado, ela se voltava para a construção do bem-estar e do progresso moral da humanidade” (NOGUEIRA e FARIA FILHO, 2014, p. 05). Também na sociedade europeia os autores demarcam uma dinâmica de afastamento entre o sentimento religioso que sustenta a caridade e o raciocínio secular que está na base da filantropia moderna. Entretanto, é preciso evidenciar o interesse subjacente ao raciocínio. Se há espaço para a filantropia no liberalismo econômico, não é para que esta altere os fundamentos sobre os quais estão sendo assentados os pilares da economia, senão para que os fortaleça e consolide, já que, como vimos, é possível entrever uma relação de continuidade entre a prática moderna da filantropia e a dinâmica de acumulação do capital. Sua existência, portanto, não se baseia na proposição de soluções duradouras ou definitivas para a questão social e o pauperismo, e sim na racionalização do controle dos pobres, e no emprego mais eficiente e orientado de suas energias à tarefa de acumulação e aumento do capital. Nesse sentido, registra-se manifesto interesse da sociedade de livre mercado no sentido de enfrentar a questão relativa ao pauperismo, dentre as quais destaca-se entre outras,

de acordo com Rimlinger (*apud* PEREIRA, 2008, p. 82), a Charity Organization Society, no contexto europeu de fins do século XIX.

O recurso ao apelo da filantropia para a indicação de comportamentos que se desejava ver disseminados pela sociedade tampouco é novo na província. Quando o jornal *Abelha do Itaculumy* publicou a edição do dia 23 de janeiro de 1824, estampava na primeira página a resposta de Sua Majestade à representação do Senador pela província de Minas Gerais sobre o projeto de Constituição que seria outorgada ainda naquele ano. No comunicado, Dom Pedro I anuncia a ordem de suspensão das eleições para a Assembleia Constituinte, por entender que no projeto de Constituição que tinha em mãos, “estão exarados os Meus Sentimentos Constitucionaes, o Meu Amor pelo Brasil, e a Minha Philantropia: elle seguramente é digno do Monarcha, e do generoso Povo Brasileiro (...)”. Dentre os registros preservados pela HDBN, esta é a primeira ocorrência do termo *filantropia* em um veículo da imprensa mineira no século XIX. Traz consigo toda a carga simbólica de ser utilizado pelo Imperador em pessoa para adjetivar a si mesmo. Depois dessa ocorrência, e apenas naquela década, os jornais da imprensa mineira estamparam o termo, com várias grafias e nas mais variadas situações, no mínimo 85 vezes, e mais de mil vezes ao longo do século. Talvez tenham sido mais numerosas suas ocorrências nos veículos de imprensa, e seguramente o foram ao considerarmos as demais fontes históricas.

O que o período vocaliza como filantropia constitui um modelo específico de conduta a ser seguido pela população, orientado pela expectativa de acumulação de capital e pelas relações baseadas em seu acúmulo. Não se trata apenas de iniciativas que demonstram boa vontade ou generosidade: estas condutas obedecem estritamente ao fim de alcançarem, por um lado, prestígio social para a parcela da elite mais alinhada a esta orientação econômica, e por outro, uma atitude de docilidade e gratidão por parte dos mais pobres. É possível inferir que houvesse alguma disputa em torno do significado, uso ou intencionalidade do termo, já que o que querem os filantropos é mais do que reconhecimento social, e toca à adequação das pessoas a um modelo social com contornos bem definidos. Como no exemplo acima, o uso da expressão filantropia, capaz de atribuir certa cadeia de valores ao personagem histórico, constitui poderosa ferramenta para, veiculado na mídia por exemplo, induzir as pessoas a manifestarem um comportamento semelhante, cada qual em seu cotidiano. Assim, se o mandatário maior da nação mostra-se generoso e complacente, cabe aos seus súditos

apresentarem um comportamento pacífico, ordeiro e orientado ao trabalho e ao progresso da nação.

O direcionamento da consciência coletiva por meio da ideia de filantropia mostra-se frequente e eloquente no noticiário local. Em várias edições⁶⁵ de 1873, o Diário de Minas, estampa o mesmo anúncio de uma apresentação teatral em benefício às obras do cemitério da igreja Nossa Senhora das Mercês dos Perdões. Contando com a justiça da finalidade, o anúncio “espera a proteção do respeitavel publico Ouro-Pretano, que nunca se nega a auxiliar actos philanthropicos”. No mesmo ano e pelo mesmo veículo, o inspetor geral interino da instrução pública da província, Antonio de Assis Martins, saúda a criação da Sociedade Protetora da instrução e da infância desvalida de Três Pontas. Segundo a notícia, duas demonstrações de que a Sociedade se alinha aos interesses da inspetoria de instrução pública são que a sua criação é consequência do acolhimento de um pedido do próprio inspetor; e que sua diretoria é visivelmente composta por cidadãos de conduta aprovada pelo inspetor geral:

Agradeço muito aos briosos e philanthropicos habitantes d’essa importante cidade o benevolo acolhimento que prestarão ao apello que lhe fiz a tal respeito, e lisongeia-me a esperança de que tão humanitaria sociedade produzirá os mais proficuos resultados como nós todos desejamos; tanto mais porque a sua diretoria é composta de proeminentes cavalheiros (DIARIO DE MINAS, ed. 056, 1873, p. 01).

Numa edição, o Diário traz a público um agradecimento da Santa Casa de Misericórdia à “digna corporação musical denominada — dos paisanos — o ter se prestado officiosamente durante a festa da padroeira (...)” (DIARIO DE MINAS, ed. 292, 1867, p. 02), em mais uma prova de filantropia daquela corporação pela Santa Casa. Noutra, em tom elogioso ao funcionamento da Santa Casa de Charidade Diamantina, refere-se a um relatório, elaborado por José Ferreira de Andrade Brant, “onde está revelada, a par de uma dedicação sem limites por parte de seus autores, a philanthropia do povo diamantinense, e sua charidade desinteressada pela classe desvalida” (DIARIO DE MINAS, ed. 088, 1873, p. 03).

O Noticiador de Minas repercute o testamento do coronel Francisco de Assis Manso da Costa Reis, fazendeiro em Leopoldina. A notícia ressalta “a nobresa da alma do finado Costa Reis (...), cujas disposições convem que sejam publicadas e imitadas” (NOTICIADOR DE MINAS, ed. 359, 1871, p. 05). O falecido declarou livres 16 de seus cerca de 130 escravos, destinou 500\$000 para que fossem “repartidos com os pobres da freguezia de Ouro Preto” (*Idem*), e

⁶⁵ Muito provavelmente vendido como anúncio publicitário nas quartas páginas das edições 227, 228, 229, 230 e 231.

outros 500\$000 para dividir “para 5 viúvas pobres e honestas da freguezia” (*Idem*). Após a divisão do espólio entre os familiares, as sobras de sua extensa opulência, que fica visível na notícia sobre suas disposições, são empregadas como “eloquentes provas que n’elle exhibio de caridade, philantropia e abnegação” (*Idem*).

Tratando-se de um elemento estratégico para a formação e a condução da consciência dos sujeitos, a escola também aparece, pela via dos documentos oficiais, como lugar de onde se aplica e onde se aprende o discurso filantrópico. Lages (2013) identifica este uso num relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública de 1882. Nele, o inspetor José Aldrete de Mendonça Rongel de Queiroz Carreira

refere-se (...) à necessidade de edificios escolares na província. Para esse intento, ao se pautar nos princípios da filantropia, afirma ter apelado ao patriotismo do generoso povo mineiro, constituindo, dessa forma, uma comissão de cidadãos “devotados ao bem público”, incumbidos de promover a obtenção de meios pecuniários para a aquisição ou construção dos prédios necessários. (LAGES, 2013 p. 158).

Ora, a mobilização de recursos valendo-se de elementos como o patriotismo, a devoção ao bem público e a filantropia remetem a motivos mais pragmáticos que provavelmente subjazem ao discurso. Valendo-se do aparato simbólico da filantropia, a Assembleia Provincial de 1872 discute a eficiência do modelo de instrução que se pretende adotar na província; ao debater sobre se devem ser criadas cadeiras ou subvencionados colégios, o parlamentar José Baeta opta pela segunda alternativa, caracterizando os professores como *pensionistas da província* (ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 1872, p. 282).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que existam elementos suficientes para uma retomada do conjunto de questionamentos iniciais, dos quais se originaram o problema desta pesquisa, a fim de apontar possíveis respostas. Mais uma vez, ressaltamos que a pretensão destas considerações finais, assim como de toda esta dissertação, é antes de tudo provocar os pares para *uma* reflexão possível em torno do assunto, entre tantas outras possibilidades de abordagem. O sentido de provisoriedade — preferimos *fluidéz* — do conhecimento em nada desmerece o investimento na pesquisa, muito pelo contrário: tem a vantagem de torná-la mais lúcida e mais honesta.

Na introdução deste trabalho dissemos sobre a trajetória que nos levou às seguintes interrogações: o que é entendido como filantropia na segunda metade do século XIX? Filantropia, no período, equivale à caridade cristã ou se diferencia dela? Qual a relação entre os atos considerados filantrópicos e a vida social, os afazeres cotidianos, a dinâmica das instituições? Há reflexos da cultura filantrópica na dinâmica de escolarização na província de Minas? Foi a partir delas que chegamos à formulação do problema de nossa pesquisa: *quais as possíveis relações entre os discursos que mobilizaram a ideia da filantropia e o intrincado processo social pelo qual se desenvolve a instrução na segunda metade do século XIX, na província de Minas Gerais?*

Percebemos que as fontes disponíveis para a abordagem deste problema conduziam nossa reflexão para uma construção mais lenta e mais ampla, em curso na sociedade de então, da qual participaram os esforços dos personagens da província mineira: o assentamento de uma ideia de *nação* estava na ordem do dia, e a disputa em torno da sua orientação e significado mais amplos estava posta. Naturalmente, tal disputa não se restringe ao campo do desenvolvimento material, nem ao campo político; dá-se também no nível simbólico, no emprego da linguagem, no direcionamento dos comportamentos, na escolha das falas e dos silêncios cotidianos. Foi com o que nos deparamos quando questionamos sobre esta *filantropia* que pairava pela província, espalhando vestígios aqui e ali, nas diversas expressões da vida social.

Deparamo-nos com o uso do discurso da filantropia aparecendo como um amortecedor para as relações de desigualdade que ficavam mais nítidas, quanto mais estradas se abriam para o escoamento da produção, quanto mais pontes se instalavam entre um e outro povoado. A

reorganização do espaço urbano para a acomodação de uma fração da elite disposta a parecer-se cada vez mais com os modelos vindos da metrópole, também deixava à vista uma incômoda assimetria em relação ao restante das pessoas, que se constituíam de miseráveis, analfabetos, pessoas escravizadas, contrariando vivamente o imaginário de higiene e civilidade que acompanhavam os modelos externos que pretendiam imitar. Ora, de pouco adiantariam os avanços materiais, o progresso materializado em calçamentos e produtividade, se os mais abastados não pudessem ser *vistos*, eles mesmos, como superiores. É neste momento que mobiliza-se o discurso da filantropia, com uma dupla função. Em primeiro lugar, para assinalar, e assim normalizar, a desigualdade social, justificando material e moralmente o pauperismo. Ato contínuo, apresentando o progresso material como obra de valerosos personagens que, por seus feitos, merecem o reconhecimento e a imitação, por parte daqueles que não dependem diretamente de seus recursos, e a obediência dócil daqueles que dependem. No ambiente que se pretende urbano antes de o ser de fato, onde a inteligência se mobiliza para discutir uma nação antes de sê-la, começam a ficar mais claras aos poucos as divergências de interesses que acompanham a assimetria social entre uma minoria privilegiada e uma maioria subalterna.

Observamos também o discurso da filantropia mobilizado com o fim de orientar o investimento na instrução. Tal orientação pouco teve a ver com a organização da instrução no sentido de um projeto de superação social da ignorância, da distribuição igualitária do conhecimento, do franqueamento popular aos mais avançados princípios do iluminismo. O que se queria não era propriamente estabelecer o império das Luzes na província, compartilhando suas benéficas consequências por todo o tecido social. A disseminação da instrução, ao contrário, foi entendida como uma estratégia para qualificar a mão de obra que seria necessária para construir materialmente a nação que começava a se apresentar como projeto; uma vez construída, os participantes da vida social da nação continuariam saindo da mesma elite, mas de uma parcela com interesses diferentes: aquela que, além de economicamente abastada, e politicamente bem representada, interessava-se pela instrução, que apontava para a riqueza da indústria, mais do que pela mera força mecânica do braço, suficiente para trabalhar a terra. No xadrez disputado entre os setores dominantes, a instrução dos pobres foi uma das peças movidas.

Os atos de filantropia como a aplicação das receitas de multas para a instrução dos miseráveis, tanto como a manumissão de pessoas escravizadas, ou a permissão para que conseguissem os

meios para requerer sua liberdade, apesar de aparecerem frequentemente embaladas por um discurso humanista, prestavam-se ao propósito bastante pragmático de forçar a balança da representatividade política e social, disputada pelas frações da elite. Um dos argumentos capazes de demonstrá-lo é a orientação da instrução para a garantia da ordem pública e de prevenção do crime, e não para a promoção da cidadania e da soberania. Trabalhadores bem instruídos para a execução de suas tarefas teriam maior serventia laboral, portanto menos propensão às desordens públicas, aos tumultos e à criminalidade.

Também na imprensa é possível verificar o uso do discurso da filantropia, mobilizado e disseminado em semelhante proporção ao crescimento do número de veículos de imprensa na província. Percebemos o papel da imprensa, neste contexto, como um potente instrumento nas mãos dos sujeitos, individuais ou coletivos, que mobilizam as energias sociais orientando-as aos seus projetos, no sentido de construir as representações da sociedade. Se naquele período ler o jornal é uma atitude moderna, que indica alinhamento com comportamentos de metrópole, conforme os modelos vindos da Europa e da América, então a imprensa aparece como portadora desse sentido de modernidade que se desejava ver espalhado por toda a província.

Não por acaso, na segunda metade do século XIX é visível tanto um aumento significativo do número de periódicos em circulação⁶⁶, quanto sua disseminação pelo interior da província. Este movimento não agradece ao acaso: é parte de um investimento histórico orientado a formar uma consciência de elite esclarecida, capaz de tocar um projeto de economia onde coubesse atividade industrial e comercial, capaz de ocupar postos burocráticos na estrutura do Estado, capaz enfim de conduzir e controlar aqueles trabalhadores melhor qualificados que se desejava ver surgir. Esclarecer a sociedade assume o significado de avançar com o sentido de progresso material, capaz de alçar a província para mais próximo do ideal civilizador, de inspiração liberal. Imprensa, instrução e filantropia constituem traços característicos de um ideário de progresso e de civilidade que se almejava incorporar à identidade da província.

O emprego do argumento filantrópico, no contexto que estudamos, é frequentemente associado às diversas práticas cujo sentido superficial é o alívio do sofrimento causado por fragilidades, geralmente de natureza econômica. O pauperismo é uma realidade cada vez mais visível na província, e são cada vez menores as possibilidades de se passar ao largo de suas consequências. Entretanto, parece claro que as práticas de filantropia, se superficialmente se

⁶⁶ Cf. Apêndice V.

destinam ao socorro daqueles que necessitam, numa leitura mais profunda mostram-se como estratégia bastante eficiente na criação de uma representação que assinala uma pretensa superioridade daqueles que a praticam, em relação a quem a recebe. Tal expediente, por um lado, justifica e naturaliza a assimetria material entre o filantropo e o desafortunado, para em seguida prender o necessitado numa relação de endividamento moral, uma vez que a ajuda generosa nada deve a obrigações legais, e sua pobreza é apresentada como obra do acaso ou de seu próprio descaminho. A ajuda, desinteressada e humanista, assume assim sua função prática de manter um estrito controle sobre os pobres, agindo diretamente sobre sua vontade e minando qualquer possibilidade de compreensão crítica das relações sociais de que participa. Pavimenta-se assim o caminho para a construção de uma província civilizada e, sobretudo, ordeira e pacífica.

Verificamos que o emprego discursivo da filantropia, tanto como sua prática, esteja ou não diretamente associada ao desenvolvimento da instrução, estão relacionados com a tentativa de alinhar a província aos princípios tidos como civilizados, e que visam o incremento do progresso material, bem como a acumulação de seus resultados nas mãos de uma parcela pequena e específica da população. Neste ambiente, a imagem do sujeito praticante do ato filantrópico é socialmente afirmada como civilizada, portanto merecedora de reconhecimento e digna de imitação. Ao mesmo tempo, os que porventura necessitam de seu auxílio aparecem à sociedade como devedores de um grato reconhecimento. O papel do Estado nesta relação, muito longe de assumir o provimento ou a garantia de direitos, ou a indução da cidadania, restringe-se a um comportamento subsidiário. Não assume para si a promoção das condições adequadas de vida para todos, mas *auxilia* as iniciativas de socorro aos pobres dos promovidas pelos reconhecidos beneméritos da sociedade.

É também constante o uso do discurso associado à civilidade e ao progresso como elemento de demarcação da disputa de poder local, cujas inflexões repercutem no movimento associativo que se verifica na província. Percebemos a circulação de tais ideias no território da província, e entre elas também a da filantropia. A concorrência regional, a afirmação de influência política no nível local, ou as tentativas de sua ampliação, também se utiliza dos gestos de bondade filantrópica para mobilizar energias e opiniões afeitas aos seus interesses. Neste sentido, a imprensa volta a aparecer como veículo privilegiado de divulgação dos bons gestos dos aliados, generosamente elogiados, e como mote para o ataque aos adversários. Este padrão de comportamento sugere que havia uma intencionalidade de que as expressões de

progresso e de civilidade não ficassem restritas ao nível do aparecimento de obras como pontes e estradas, mas que também se mostrasse visível na dinâmica da vida social, nos acontecimentos e no comportamento das pessoas. Como dissemos, mais do que os lugares, as *pessoas* deveriam mostrar-se civilizadas, como pareciam civilizados os personagens das metrópoles.

Chegamos, portanto, à formulação de que filantropia é essa que mostra seus vestígios na província, na segunda metade do século XIX. Parece-nos que se trata de um modelo de conduta orientado pelos princípios e relações próprias ao modelo do capitalismo liberal, orientadas para sua continuidade histórica, e que durante seu processo de expansão entra em contato com a cultura arraigada da província, onde bondade e utilidade andam de mãos dadas. Ao final desta dissertação, permanece em aberto a provável relação entre a filantropia, de que tratamos sob a ótica estritamente civil, e a caridade cristã. Tal relação merece um investimento à parte, de uma dimensão que este trabalho não seria capaz de abraçar. Para fazê-lo, teria sido necessário um levantamento cuidadoso do desenvolvimento da ideia de caridade, que acompanha intimamente a trajetória do cristianismo enquanto narrativa, talvez a mais influente, da história do Ocidente. Não devemos nos esquecer, por exemplo, que a igreja católica no período está às voltas com o Concílio Vaticano I, imersa numa importante disputa de territórios mas também de poder, e que pouco depois legaria a seus fiéis, pelas mãos do papa Leão XIII, a nova doutrina social da igreja, a encíclica *Rerum Novarum*. Assim, evitamos neste trabalho assinalar que tipo de relação — paralelismo, continuidade, concorrência, subordinação etc. — pode ter existido entre a prática da caridade religiosa e as representações da filantropia que estudamos, para não incorrer em uma análise leviana da questão. Entretanto, é uma questão que merece investimento do campo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. ISBN 978-85-7827-521-1

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 148-178.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. **Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2007, 234p.

ARIÈS, Philippe. **A história das mentalidades**. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 153-176.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAES. **Anais da Assembleia Provincial**, 1872

_____. **Anais da Assembleia Provincial**, 1874

_____. **Colecção de Leis: 1871**. Ouro Preto (MG): Typographia de J. F. de Paula Castro, 1872. 1v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3479>

_____. **Colecção de Leis: 1872**. Ouro Preto (MG): Typographia de J. F. de Paula Castro, 1873. 1v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3540>

_____. **Colecção de Leis: 1873**. Ouro Preto (MG): Typographia de J. F. de Paula Castro, 1874. 1v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3538>

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Fulano. PAIXÃO, Fernando (editor). **Histórias sem data**. São Paulo, Ática, 1998. ISBN 85-08-06796-8.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Antropos, 1985.

_____. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 [s.d.], edição original de 1977. ISBN 972-44-0898-1.

BARRETO, Maria Renilda Nery. **Pro Matre: arquivo e fontes para a história da maternidade no Rio de Janeiro**. In: *Hist. Cienc. Saúde (Manguinhos)*, Dez 2011, vol.18, supl.1, p.295-301. ISSN 0104-5970

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, volume 3, p. 151-180 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

BARREYRO, Gladys Beatriz. **O Programa Alfabetização Solidária: terceirização no contexto da reforma do Estado.** *In: Educação em Revista*, Dez 2010, no.38, p.175-191. ISSN 0104-4060.

BARROS, José D'Assunção. **História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis.** *In: Conexão – comunicação e cultura, UCS, Caxias do Sul*, v. 6 n. 11, jan/jun 2007, p. 11-39.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, cap. 08, p. 189-217. ISBN 85.326.2727-7

BENELLI, Sílvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. **Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos.** *In: Psicol. USP*, Dez 2012, vol.23, no.4, p.609-660. ISSN 0103-6564.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. ISBN 978-85-390-0030-2

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil.** Brasília: LetrasLivres; Editora UnB, 2006. 234p. (Coleção Política Social - 1).

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência,** Lisboa: Edições 70, 2004 (Título original: Science de la science et réflexivité).

_____. O campo científico. *In: Ortiz, R. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia.* São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

BURKE Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008. ISBN 85-7110-838-2

_____. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, 354p. (Biblioteca Básica)

CAILLOIS, Roger. **Acercamientos a lo imaginario.** México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

CAMARA, Sônia. **As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas:** Rio de Janeiro, 1906-1930. *História da Educação*; 21(53); 199-218; 2017-12

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. ISBN 978-85-200-0565-1

CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. **Moderno, Modernidade, Modernização: polissemias e pregnâncias.** GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, volume 1, p. 13-34.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de Estado?** *In: Educ. Soc.*, Dez 2014, vol.35, no.129, p.1205-1222. ISSN 0101-7330

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. ISBN 978-85-309-3573-3

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. *In: GONDRA, J.; MIGNOT, A. (Orgs.). Viagens pedagógicas.* São Paulo: Cortez, 2007.

CHARBONNEAU, Mathieu. **Revue de littérature et périodisation de l'histoire moderne des fondations philanthropiques en Europe et aux États-Unis: Les cinq âges d'or de la philanthropie.** Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES), Collection Études théoriques - no ET1114, 2012. ISBN: 978-2-89605-334-6.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002, 245p. ISBN 972-29-0584-8 (Memória e Sociedade).

_____. **A história ou a leitura do tempo.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 (Ensaio Geral)

COING, Helmut. **Remarks on the history of foundations and their role in the promotion of learning.** Minerva, 1983, vol. 19, no 2, 271-281.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo Dicionário Crítico e Etymológico da Língua Portuguesa,** 1836, pp. 561 e 772.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999. ISBN 85-7139-232-3

DELEUZE, Gilles. Dúvidas sobre o imaginário. *In: _____.* **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas: positivismo e hermenêutica – Durkheim e Weber.** São Paulo: Loyola, 2004.

DRUMMOND, Caroline Maria Ferreira; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. A formação do trabalhador no jornal *O Operário* de Montes Claros (1932-1945): a produção de novas sensibilidades “sem classes”. MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, volume 3, p. 201-225 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos)

DURANT, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** Lisboa: Presença, 1989.

_____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.** Rio de Janeiro: Difel, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 2: Formação do Estado e civilização. ISBN 85-7110-257-0.

ESPIG, Márcia Janete. **O conceito de imaginário**: reflexões acerca de sua utilização pela história. Canoas: Textura, n. 09, nov-2003 a jun. 2004, p. 49-56.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **As estórias a favor da História**: as Efemérides Mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 175p. ISBN 85-249-0237-X.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A história da educação e os desafios das novas fontes**: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. Pelotas: História da Educação, set. 1997, p. 111-125.

_____. **Fontes para a história da educação mineira do século XIX**: uma introdução. Cuiabá, UFMT, [s.d.]. Disponível em <www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/faria.html>. Acesso em 13/11/2017.

FERNANDES, Rogério. **Orientações pedagógicas das casas de asilo da infância desvalida (1834-1840)**. In: Cad. Pesquisa, Mar 2000, no.109, p.89-114. ISSN 0100-1574.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação**: os grupos de pesquisa no Brasil. Anais da 33ª Reunião Nacional da ANPED. Disponível em: 33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/.../GT02-6436—Int.pdf.

FONSECA, José da. **Novo Dicionario da Lingua Portugueza**. [s. ed.], 1843.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana/MG na primeira metade do século XIX**. Disponível em www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-3982.pdf

FREITAS, Marcos César de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Em busca de um tema esquecido**: o lugar da educação nas recentes interpretações do Brasil. Araucaria - Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, año 19, n. 38, segundo semestre de 2017, p. 345-364. ISSN 1575-6823, e-ISSN 2340-2199, doi 10.12795/araucaria.2017.i38.15.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2015, 247p. ISBN 85-260-1717-9

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 62p. ISBN 85-240.0471-1. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>>.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010, 112p. ISBN 978-85-08-13414-4.

GARCIA, Dantielli Assumpção. **Dois dicionários no Brasil do século XIX**: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? Santa Maria: UFSM, Fragmentum, núm. 26, jul-set. 2010, p. 13-28. e-ISSN 1519-9894

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRANGER, Gilles G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: UNESP, 1994.

HAUPT, Heinz-Gerhard. **Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas**. Trad. Paulo Butti de Lima. *In: Estudos Avançados*, 22 (62), 2008, p. 77-94.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thompson Learning, 2003.

HOBBSAWM, Eric J., 2002 (1962). **A era das revoluções: 1789-1848**, Paris, Hachette.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. ISBN 85-336-1451-9

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000. ISBN 85-249-0693-6

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1985. 383p.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 216p. ISBN 85-249-0330-9

INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840)**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **O processo de escolarização e o ensino das primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Orientador Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho. Belo Horizonte, 2003 (Dissertação de mestrado).

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro “o mentor das brasileiras (1829-1832)”**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-7D9PET>>. Acesso em 15/03/2018.

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9FYFES/tese.rita_cristina.lima.lages.tese..2013.pdf?sequence=1>

_____. O outro como modelo, exemplo ou lição: nações estrangeiras e a instrução pública em Minas Gerais no século XIX. MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a**

educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, volume 3, p. 133-150 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A profissionalização do escritor no Brasil do século XIX**. In: Fragmentum. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 45, p. 65-92, Abr./Jun. 2015. ISSN 2179-2194 (online). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/viewFile/20738/12377>. Acesso em 08/01/2019.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário?** São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (O Homem e a História).

_____.; NORA, Pierre (dir.). **História: novos objetos**. Trad. Terezinha Marinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 240p. ISBN 852650332-4

_____. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

_____. **Reflexões sobre a História**. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, [s.d.], publicação original 1982, 112p.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: Educ, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. 165p. ISBN 85-249-0351-1 (Broch.)

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em Lições: A História como Disciplina Escolar em Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

MENDES, Jairo Faria. **O nascimento e a consolidação da imprensa informativa em Minas Gerais**. Revista Dito Efeito, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 1-13, jul./dez. 2016, pág. 04. ISSN 1984-2376

MINAS GERAIS. **Anais da Assembleia Provincial do 1º ano da 19ª Legislatura - 1872**. Ouro Preto: Typographia do Echo de Minas, 1874.

_____. Arquivo Público Mineiro. **Relatórios ao Conselho Geral da Província - 1828-1833**. Divisão Obras Raras. OR PERI 012, séc. XIX

_____. **Relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelos Presidentes da Província - 1837-1889**. Disponível em <http://www.crl.edu/catalog/index.html>.

_____. **Sociedades Políticas, Literárias e Musicais**. Correspondências recebidas pela presidência da Província (1823-1852) SP PP 1/7, caixas 1-2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. Capítulo 4, p. 197-248. ISBN 85-271-0181-5

MONIER, Anne. De la philanthropie en démocratie. **La Vie des idées**, 4 février 2013. ISSN 2105-3030. Disponível em:

<<http://www.laviedesidees.fr/De-la-philanthropie-en-democratie.html>>. Acesso em 15/03/2018.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. ISBN: 9788546205844.

_____; BARROS, Luciana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MOTT, Maria Lúcia. **Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação**. In: Cad. Pagu, Jun 2005, no.24, p.41-67. ISSN 0104-8333

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. **Léxico e gramática no Dicionário da Língua Portuguesa (1813) de António de Morais Silva**. São Paulo: UNESP, Alfa, núm. 50(2), 2006, p. 55-67. e-ISSN 1981-5794.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **O império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da Província (1834-1889)**. Projeto de pesquisa científica submetido à Chamada Universal MCTI/CNPq N° 01/2016. Belo Horizonte, fevereiro de 2016.

_____. Civilização, modernidade e filantropia na educação de adultos no Império Brasileiro (1870- 1880). CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa; LAGES, Rita Cristina Lima; GASPAR, Vera Lúcia (orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil (séculos XIX e XX)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, v. 4, 2016, p. 35-56 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

_____. Filantropia e educação de adultos livres, libertos e escravos na província de Minas Gerais (1870-1880). _____. (org.). **População negra, escravismo e educação no Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, v. 1, p. 123-150.

_____. Instrução e educação do trabalhador no ideário educativo modernizador do Estado de Minas Gerais (1892-1920). MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, volume 3, p. 151-180 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

_____. **Política e Educação nas Minas Gerais: estudo sobre os presidentes da província e a instrução pública (1850-1889)**. ANAIS ELETRÔNICOS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba, 2017, p. 1-10.

_____. **Política, poder e instrução pública na administração da província de Minas Gerais (1834-1867)**. In: Actas del XIII CIHELA. Eje N° 4 Políticas educativas y disputas por lo público en la historia de la educación. Montevideo: SURE - Sociedade Uruguaya de história de la Educación, 2019. v.1. p.749-892.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação de adultos na cultura filantrópica da província mineira - Brasil (1870-1889). **X Congresso Luso-Brasileiro de História da**

Educação: percursos e desafios na História da Educação Luso-Brasileira, 2014, Curitiba/PR, 2014, p. 264-281.

_____; _____. Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no Brasil no século XIX. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Série de História, 2016, v. 6, p. 13-29.

_____; PAULA, Dalvit Greiner de. **Educação e política no Império brasileiro:** a contradição dos presidentes de província e a instrução pública (1850-1889). In: XI CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Investigar, Intervir e Preservar – Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Portugal), de 20 a 23 de junho de 2016.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. **Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX:** mercadorias de um mercado nacional em formação. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 26, Número Especial, p. 7-36, maio 2005.

NUNES, José Horta. **Espaço urbano, sujeito e dicionário: definição e formas do silêncio.** Santa Maria: Fragmentum, n. 26, Laboratório Corpus, UFSM, Jul./Set. 2010, p. 45-54

PACHECO, Raquel Menezes. Imprensa e Modernidade: algumas considerações em torno dos anúncios de jornal. GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **Moderno, Modernidade e Modernização:** a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, volume 1, p. 101-113.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, 1998. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723/737>>. Acesso em 15/03/2018.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (Coleção Historial). ISBN 85-86583-80-4

PEREIRA, Juliana Caires. **Os castigos escolares em Minas Gerais (1835-1867).** Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em <<http://www.ppgeduc.uemg.br/dissertacoes/TD201801253513>>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Proteção social contemporânea:** cui prodest?. In: Serviço Social e Sociedade, n.116, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000400004>>.

_____. **Associações Voluntárias vs. Corporações:** Tocqueville e Durkheim comparados. Série Serviço Social, nº 13. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06909a&AN=sib.54970&lang=pt-br&site=eds-live>>.

PERETZ, Pauline. Pratiques du don. La philanthropie en France et aux États-Unis: débat entre Anne Bory, Nicolas Guilhot, Sabine Rozies et Olivier Zunz. **La vie des idées**, 27, mars 2012,

ISSN 2105-3030. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/pratiques-du-don.html>>. Acesso em 15/03/2018.

_____. **A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação:** Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*. Campo Grande: Série-Estudos, n. 36, jul/dez. 2013, p. 237-252.

_____. Imprensa e educação no século XIX: as idéias de O Progresso. **I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013.

PESAVENTO, Sandra J.; SANTOS, Nadia M. W.; ROSSINI, Miriam de S. (orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais:** percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

_____. **Em busca de uma outra história:** imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, no 29, 1995.

_____. **História & história cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349p. ISBN 8535205985.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX:** os relatórios dos presidentes da província. revista brasileira de história da educação, v. 1, n. 2 [2] (Julho/Dezembro 2001), págs 67-112. ISSN: 2238-0094

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada:** da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, vol. 3, p. 169-210.

RICOEUR, Paul; CASTORIADIS, Cornelius. **Diálogo sobre a História e o imaginário social.** Edições 70, 2016 (Biblioteca Básica de Filosofia).

_____. **A metáfora viva.** São Paulo: Loyola, 2000. ISBN 8515019396.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 978-85-249-1371-6

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram:** a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana na Minas Gerais oitocentista. (Dissertação de mestrado) Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999.

SALES, J. R. **A emancipação político-administrativa de Varginha/MG - 1882.** Varginha: edição do autor, 2017.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. **Pobreza e filantropia:** Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *In: Estud. Hist. (Rio de Janeiro)*, Jun 2014, vol.27, no.53, p.71-91. ISSN 0103-2186

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. ISBN 978-85-249-0952-8

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945).** *In: Hist. Cienc. Saúde (Manguinhos)*, Dez 2011, vol.18, supl.1, p.253-274. ISSN 0104-5970

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; ROSSI, Anadélia. **Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais:** representações sociais de trabalhadoras do *Care*. *In: Estud. psicol. (Campinas)*, Mar 2017, vol.34, no.1, p.75-85. ISSN 0103-166X

SELLTIZ et. al. (orgs). **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Herder/EDUSP, 1971, p. 440-458.

SERBENA, Carlos A. **Imaginário, ideologia e representação social.** *In: Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, nº 52, dez/2003.

SILVA, António de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typographia de António José da Rocha, 1858.

_____. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typographia Lacerdina, 1813.

_____. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Officina de Simão Theodoro Ferreira, 1789.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010. ISBN 978-85-7244-298-5.

SILVA, Maria Vieira; DINIZ, Paulo Vinícius Lamana. **Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional.** *In: Educ. Soc.*, Mar 2014, vol.35, no.126, p.43-59. ISSN 0101-7330

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, memória e poder:** Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. **Cidade e urbanização, progresso e civilização.** Reflexões sobre a cidade oitocentista no sertão das Gerais (Patos De Minas, 1868-1933). *História e Perspectivas, Uberlândia* (49), jul./dez. 2013, p. 407-438.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.B.; GOUVÊA, Maria de F.S. (orgs.) **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Cap. 5, seção 4.4.1, p. 158-165. ISBN 85-224-0273-6.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-158.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Comemorar a infância, celebrar qual criança?** Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *In*: Educ. Pesquisa, Jan 2000, vol.26, no.1, p.135-160. ISSN 1517-9702

_____. **A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente**. *In*: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002

_____. **Representações da educação no debate político partidário republicano de Minas Gerais (1889-1906)**. CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4, 2007. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/3_3.pdf>. Acesso em 15/03/2018.

_____. **A escolarização como projeto de civilização**. Campinas: Revista Brasileira de Educação, nº 21, set-dez 2002, p. 90-103. ISSN 1413-2478.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3.ed. Brasília: UNB, 1995. 202p.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da Educação no Brasil**: a constituição histórica do campo (1880-1970). Campinas: Revista Brasileira de Educação, nº 45, p. 37-70. ISSN 1413-2478.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-40.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Régis Barbosa. Brasília: Editora UnB; 1999. 586p. ISBN 85-230-0390-8.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, Ano III, v. 3, p. 169-249, 1898.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS**. São Paulo: Cortez, 2010.

APÊNDICE I - Artigos relacionados na Revista Brasileira de História da Educação, a partir da chave de pesquisa “Minas Gerais XIX”

Este apêndice reporta à introdução da dissertação, e refere-se ao levantamento de artigos acadêmicos que possivelmente referissem ao tema da filantropia no contexto da instrução. Apesar de este levantamento ter retornado valor igual a zero, reafirmando o caráter de novidade de nossa pesquisa, e em reconhecimento à importância deste repositório para o campo, consideramos salutar manter aqui a lista de artigos que se referem às chaves de pesquisa combinadas “Minas Gerais” e “XIX”, no intuito de facilitar futuros investimentos para o cruzamento de informações.

Autor(es)	Título	Edição
DIAS, Laísa LIMA, Solyane Silveira	A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)	v. 15, n. 1[37] (2015): Janeiro/Abril
DURÃES, Sarah Jane Alves	Acerca do valor de ser professor(a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900)	v. 7, n. 2 [14] (2007): Maio/Agosto
FARIA FILHO, Luciano Mendes de	Bernardo Guimarães, pensador social	v. 8, n. 1 [16] (2008): Janeiro/Abril
FARIA FILHO, Luciano Mendes de RODRIGUES, José Roberto Gomes	A história da educação programada: uma aproximação da história da educação ensinada nos cursos de pedagogia em Belo Horizonte	v. 3, n. 2 [6] (2003): Julho/Dezembro
FONSECA, Marcus Vinícius	Perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças nas escolas de Minas Gerais do século XIX	v. 10, n. 2 [23] (2010): Maio/Agosto
FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva	As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX)	v. 12, n. 2[29] (2012): Maio/Agosto
GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva	Dossiê: História da Cultura Escrita	v. 16, n. 1[40] (2016): Janeiro/Março
GOMES, Maria Laura Magalhães	Lições de coisas: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX)	v. 11, n. 2 [26] (2011): Maio/Agosto

GOUVEA, Maria Cristina SOUZA, Rosa Fátima de	Dossiê: Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade	v. 16, n. 2[41] (2016): Abril/Junho
LEMOS, Fabiano	[Sobre reformas no sistema de ensino] Wilhelm von Humboldt Introdução, tradução e notas	v. 11, n. 1 [25] (2011): Janeiro/Abril
LUZ, Itacir Marques	Alfabetização e escolarização de trabalhadores negros no Recife oitocentista: perfis e possibilidades	v. 13, n. 1[31] (2013): Janeiro/Abril
MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva GALVÃO, Ana Maria de Oliveira	Oh! Escarneo! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899)	v. 12, n. 2[29] (2012): Maio/Agosto
OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de BELTRAN, Claudia Ximena Herrera	Uma educação para a sensibilidade: circulação de novos saberes sobre a educação do corpo no começo do século XX na Ibero-América	v. 13, n. 2[32] (2013): Maio/Agosto
PERES, Eliane Teresinha BORGES, Francieli	Relações entre história e literatura: a obra de Cora Coralina e as questões do ensino e dos processos de escolarização no final do século XIX e início do século XX	v. 15, n. 2[38] (2015): Maio/Agosto
RESENDE, Fernanda Mendes Resende; FARIA FILHO, Luciano M. de	História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província	v. 1, n. 2 [2] (2001): Julho/Dezembro
ROSA, Walquíria Miranda	Instrução pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852)	v. 3, n. 2 [6] (2003): Julho/Dezembro
SILVA, Bruno Adriano Rodrigues	Uma cultura escolar de esporte no Instituto Evangélico, Lavras, Minas Gerais (1893-1919).	v. 17, n. 2[45] (2017): Abril/Junho
SILVA, Carolina Mostaro Neves da	Organização do ensino profissional primário em Minas Gerais: Mendes Pimentel em defesa da educação popular	v. 16, n. 2[41] (2016): Abril/Junho
VEIGA, Cynthia Greive	A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX	v. 5, n. 1 [9] (2005): Janeiro/Junho
VEIGA, Cynthia Greive	Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944)	v. 16, n. 4[43] (2016): Outubro/Dezembro

**APÊNDICE II - Artigos relacionados na base de dados SciElo, a partir da chave de pesquisa
“Filantropia Minas Gerais”**

Autor(es)	Título	Edição
Rezende, Aurimar de Freitas	OS BENEFÍCIOS NÃO CONTRIBUTIVOS EM DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS LOCAIS: ESTUDO DE CASO EM PASSA TEMPO (MG)	Revista Brasileira de Ciências Sociais; 33(96)
Freitas, Rosiene Maria de; Cherchiglia, Mariângela Leal; Lana, Francisco Carlos Félix; Malta, Deborah Carvalho; Andrade, Eli Iola Gurgel.	Estudo dos modelos assistenciais praticados por operadoras de planos privados de saúde	Physis: Revista de Saúde Coletiva; 21(4)
Costa, Bruno Lazzarotti Diniz; Palotti, Pedro Lucas de Moura.	Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais	Revista de Sociologia e Política; 19(39)
Canabrava, Claudia Marques; Andrade, Eli Iôla Gurgel; Janones, Fúlvio Alves; Alves, Thiago Andrade; Cherchiglia, Mariangela Leal.	Sistema Único de Saúde e o terceiro setor: caracterização de entidades, não hospitalares, que possuem serviços em atenção básica de saúde em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil	Cadernos de Saúde Pública; 23(1)

**APÊNDICE III - Artigos relacionados na base de dados SciELO, a partir da chave de pesquisa
“Filantropia Minas Gerais”**

Autor(es)	Título	Edição
Camara, Sônia.	AS DAMAS DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E AS AÇÕES EDUCATIVAS, ASSISTENCIAIS E FILANTRÓPICAS (RIO DE JANEIRO/RJ, 1906-1930)	História da Educação; 21(53); 199-218
Cavaliere, Ana Maria.	Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado?	Educação & Sociedade; 35(129); 1205-1222
Silva, Maria Vieira; Diniz, Paulo Vinícius Lamana.	Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional	Educação & Sociedade; 35(126); 43-59
Benelli, Silvio José; Costa-Rosa, Abílio da.	Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos	Psicologia USP; 23(4); 609-660
Lopes, Anemari Roesler Luersen Vieira; Trevisol, Maria Teresa Ceron; Corcetti, Maria Lucinda.	Formação de futuros professores de Matemática: uma experiência com ações pedagógicas não formais	Ciência & Educação (Bauru); 18(3); 703-720
Barreyro, Gladys Beatriz.	O Programa Alfabetização Solidária: terceirização no contexto da reforma do Estado	Educar em Revista; (38); 175-191
Mott, Maria Lucia.	Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação	Cadernos Pagu; (24); 41-67

Fernandes, Rogério.	Orientações pedagógicas das casas de asilo da infância desvalida (1834-1840)	Cadernos de Pesquisa; (109); 89-114
Santos, Vicente Saul Moreira dos.	Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945)	História, Ciências, Saúde-Manguinhos; 253-274
Veiga, Cynthia Greive; Gouvea, Maria Cristina Soares.	Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas	Educação e Pesquisa; 26(1); 135-160

APÊNDICE IV - Artigos relacionados no catálogo de teses e dissertações da CAPES, a partir da chave de pesquisa “Filantropia”

Autor(a)	Título	Grau – Instituição – Biblioteca Depositária
ALMEIDA, KÉSIA PONTES DE	A LUTA PELO DIREITO À CIDADANIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA: O MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – CAMPUS SANTA MÔNICA - UFU
ALVES, ISMAEL GONCALVES	(RE)CONSTRUINDO A MATERNIDADE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS MATERNO-INFANTIS BRASILEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE (1920-1960)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPR
ALVES, JOLINDA DE MORAES	HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS POBRES EM LONDRINA: 1940-1980	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - F. C. L. UNESP/ASSIS
AMARAL, MARIVALDO CRUZ DO	DA COMADRE PARA O DOUTOR. A MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA E A NOVA MEDICINA DA MULHER NA BAHIA REPUBLICANA (1910-1927)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – BIBLIOTECA ISAÍAS ALVES E BIBLIOTECA CENTRAL DA UFBA
ARAUJO, STEPHANIE BARROS	FILANTROPIA EMPRESARIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FUNDAÇÃO BRADESCO NO CENTRO DO DEBATE	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – BIBLIOTECA CENTRAL PROF. ANTÔNIO MARTINS FILHO - CAMPUS DO ITAPERI
AZEVEDO, KARLA VERUSKA	A TRAJETÓRIA DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE EM TERRAS CAPIXABAS (1948-1971)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – BIBLIOTECA DA UFES

BAHIENSE, PRISCILLA NOGUEIRA	A FIM DE “ARRANCAR DO ERRO E DA IGNORÂNCIA PEQUENINOS SERES”: AS CAIXAS ESCOLARES EM BELO HORIZONTE (1911-1918)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
BARROS, FÁBIO BATALHA MONTEIRO DE	FISIOTERAPIA, POLIOMIELITE E FILANTROPIA: A ABBR E A FORMAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO RIO DE JANEIRO 91954-1965)	DOUTORADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ
BECHER, FRANCIELE	O “PERIGO MORAL” EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E MENORIDADE EM CAXIAS DO SUL/RS (1962-1992)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – BSCSH/UFRGS
BERNARDO, KÁTIA JANE CHAVES	ENVELHECER EM SALVADOR: UMA PÁGINA NA HISTÓRIA	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – BIA
BEZERRA, GIOVANI FERREIRA	A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES E SEU PERIÓDICO (1963-1973): ESTRATÉGIAS, MENSAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS APAEANOS EM (RE)VISTA	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – BIBLIOTECA CENTRAL DA UFGD
BONITO, MARIA ANTONIETA	"LIONS CLUBE: SERVIÇO E PODER"	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – INDEFINIDO
BRAGA, VIRNA LIGIA FERNANDES	POBREZA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA EM MINAS GERAIS (1888-1923)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – INDEFINIDO
BRUNOW, VANESSA DE OLIVEIRA	TRABALHADORES, IGREJA, CATÓLICA E FILANTROPIA NA DÉCADA DE 1980 NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTO POPULAR E PRÁTICA SOCIAL DO CERIS (CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – HTTP://WWW.HISTORIA.UFF. BR/STRICTO/TD/1439.PDF

CAMINHA, MONICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ	ABRIGO DO CRISTO REDENTOR: ESTADO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1936-1945)	MESTRADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE - COC/FIOCRUZ
CAMPOS, JULIANO MOTA	ENTRE TINTEIROS E PALANQUES: A TRAJETÓRIA INTELCTUAL E POLÍTICA DE ARNOLD FERREIRA DA SILVA EM FEIRA DE SANTANA-BA (1909-1930)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BCJC
CARLI, CLARINDA DE	AS PERSPECTIVAS E IMPACTOS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS ESCOLAS FILANTRÓPICAS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - BIBLIOTECA CENTRAL DR. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO
CARVALHO, CRISTINA TOLEDO DE	MIGRANTES AMPARADOS: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO JUNTO A NORDESTINOS EM SÃO CAETANO DO SUL (1950-1965)	MESTRADO EM HISTÓRIA - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC SP
CASTRO, ROSIMEIRE APARECIDA ANGELINI	ECOS DA MEMÓRIA: UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA VIDA QUOTIDIANA DE MULHERES NO PARANÁ (1930/1935)	DOCTORADO EM HISTÓRIA - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP
COSTA, ELISA MARIA AMORIM DA	A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALENÇA (1838 - 1889)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA
COSTA, RICARDO FELIPE SANTOS	AO ABRIGO DA INFÂMIA: AS SUBVENÇÕES À PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO ENTRE 1890 E 1927	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

COSTRUBA, DEIVID APARECIDO	PARA ALÉM DO SUFRAGISMO: A CONTRIBUIÇÃO DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA À HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL (1892-1934)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ASSIS) - FCL ASSIS
CRUZ, LISIANE RIBAS	“A INFÂNCIA ABANDONADA É A SEMENTEIRA DO CRIME” – O JULGAMENTO DE MENORES PELA COMARCA DE SANTA MARIA (1910-1927)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CURI, LUCIANO MARCOS	"DEFENDER OS SÃOS E CONSOLAR OS LÁZAROS". LEPROSA E ISOLAMENTO NO BRASIL 1935/1976	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU - SANTA MÔNICA
DINIZ, PAULO VINICIUS LAMANA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FILANTROPIA CAPITALISTA: DIMENSÕES E SIGNIFICADOS DE UM PROJETO DE “RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DUTRA, MARTINHA CLARETE	POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO - PROF. LÚCIO DE SOUZA
FACEIRA, LOBELIA DA SILVA	O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA EM SUAS INSTÂNCIAS MACRO-ESTRUTURAIS, MESO-INSTITUCIONAIS E MICROSOCIAIS: UMA PESQUISA SOBRE A SUA IMPLEMENTAÇÃO PELO MEC E POR DUAS UNIVERSIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - BIBLIOTECA CENTRAL PUC - RIO
FERREIRA, LAURA VALÉRIA PINTO	ENTRE A REPRESSÃO E A CARIDADE: CRIANÇAS DESAMPARADAS EM UMA SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO (1890-1927)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES - BDTD - UFJF

FERREIRA, LIBERACE MARIA RAMOS	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIO DO TRABALHO DOCENTE VOLUNTÁRIO	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE UBERABA – BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE UBERABA
FERREIRA, LUCIANA VIANA	A CRIAÇÃO DE ENJEITADOS EM VILA RICA: A PERMANÊNCIA DA CARIDADE (1775-1850)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – BIBLIOTECA ALPHONSUS DE GUIMARÃES ICHS-UFOP
FERREIRA, RENATA DE OLIVEIRA FRANÇOZO	O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS: A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FILANTRÓPICA EM CAMPO GRANDE/MS (1943-1992)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMS
FILHO, VALDIR GOEDERT	PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: REFLEXÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA COMO PROCESSO EDUCATIVO	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPR
FONSECA, MACIEL ANTONIO SILVEIRA	FILANTROPIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA: AS IRMANDADES DOS PASSOS E DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1897-1927)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INDEFINIDO
GARCIA, ROSALBA MARIA CARDOSO	INTERAÇÕES VOLTADAS À CIDADANIA E A FILANTROPIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE SUJEITOS QUE APRESENTAM SEQUELAS MOTORAS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA-UFSC
GOMES, LUISIANE DA SILVEIRA	A ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (PELOTAS/RS: 1977-1985)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

GOMES, MARCELO AUGUSTO MORAES	A "ESPUMA DAS PROVÍNCIAS": UM ESTUDO SOBRE OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA E O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA, NA CORTE (1864-1930)	DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - SBD / CAPH
GUIMARAES, ERILANE DE SOUZA	A CASA DA CRIANÇA DA CIDADE DE MANAUS: HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE SOROCABA – ALUÍSIO DE ALMEIDA
GUTIERRES, JULIANA DINIZ	AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: UM RECUO AO PASSADO PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
HIDAKA, ANA TEREZA TOMIKO VICENTE	OS INFORTÚNIOS DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA: A BENEMÉRITA LIGA PORTUGUESA DE REPATRIAÇÃO (1908-1949)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
JÚNIOR, JOÃO ALFREDO DOS ANJOS	A RODA DOS ENJEITADOS - ENJEITADOS E ÓRFÃOS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – BIBLIOTECA CENTRAL
KOCHEM, IVAN JAQUES	MÓVEIS DE SALA NO QUARTO DOS FUNDOS: TRAJETÓRIA DO SABER ARTESANAL EM UMA ESCOLA SALESIANA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – BIBLIOTECA CENTRAL
LEOPOLDO, ELIANE CAHON	AS MULHERES E O PODER: A ADMINISTRAÇÃO E ATUAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE DOS BARÕES DO CAFÉ DE VASSOURAS (1850-1899)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – CENTRAL
LEVY, IETE CHEREM	A TRAJETÓRIA DE MONCORVO FILHO: PUERICULTURA E FILANTROPIA NUM PROCESSO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – BIBLIOTECA DO IFCS/UF RJ
LOURDES, DAYANE FREITAS DE	PROFESSORA OLIVA ENCISO: VIDA E CARREIRA PELA EDUCAÇÃO	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – BIBLIOTECA SETORIAL DO

		INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E BIBLIOTECA CENTRAL / IE / UFMT
MACHADO, SILVIO RICARDO MUNARI	LINHAS DE ERRÂNCIA: VIDAS PRECÁRIAS E PEDAGOGIAS	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – BIBLIOTECA COMUNITÁRIA UFSCAR
MAIA, ANA BEATRIZ FELTRAN	O APOSTOLADO DE ERNESTO DE SOUZA CAMPOS: MODELOS, PROJETOS E ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS (1900-1937)	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP
MAIA, SUZANIR FERNANDA	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NAS IES COMUNITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (2005 - 2008)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – FÉLIX ZAVATTARO - UCDB
MARINHO, JOSEANNE ZINGLEARA SOARES	“MANTER SADIA A CRIANÇA SÃO”: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL NO PIAUÍ DE 1930 A 1945	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UFPR
MARINHO, MARIA GABRIELA S. M. C.	A FILANTROPIA CIENTÍFICA E A IMPLANTAÇÃO DA CIÊNCIA PROFISSIONAL EM SÃO PAULO. A ARTICULAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO ROCKFELLER E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAPH - CENTRO DE APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA
MARINHO, SIMONE RAMOS	CLUB RIO CONTENSE: SOCIABILIDADE, INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA NO SERTÃO REPUBLICANO (RIO DE CONTAS, 1902-1966)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – INDEFINIDO
MELLO, DÉBORA TEIXEIRA DE	AS AÇÕES ASSISTENCIAIS NA CRIAÇÃO DA CRECHE NA PORTO ALEGRE DA DÉCADA DE 30 - ENTRE A CARIDADE E A FILANTROPIA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - BIBLIOTECA SETORIAL DE

		EDUCAÇÃO
MELLO, REYNALDO FRANÇA LINS DE	ECONOMIA DA ESMOLA E SUBDESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL : A LEGIÃO DA BOA VONTADE (1950-2001)	DOCTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SBD – CAPH
MORORÓ, HELMA PIO	ATIVIDADE FÍSICA NOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO A IDOSOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA UFSCAR
MUNIZ, ERICO SILVA ALVES	COMIDA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ALIMENTAÇÃO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA (1939-1947)	DOCTORADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE
OLIVEIRA, LUIZA IOLANDA PEGADO CORTEZ DE	"ENTRE CASAS, RUAS E IGREJAS: CRIANÇAS ABANDONADAS NA CIDADE DA PARAÍBA OITOCENTISTA"	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA – BIBLIOTECA.UFPB.BR
OLIVEIRA, MARIA AUGUSTA MARTIARENA DE	INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS ESCOLARES COMO REPRESENTAÇÕES DE MODERNIDADE EM PELOTAS (1910-1930): IMAGENS E IMPRENSA	DOCTORADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – BIBLIOTECA SETORIAL DO CAMPUS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
OLIVEIRA, RENÊ LUIZ PAULINO DE	PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA ESCOLA CATÓLICA: O REPENSAR DO SEU PAPEL	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - PUC MINAS
OLIVEIRA, VITOR HUGO DE	ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO PARANÁ: PREDOMINÂNCIA DA SEGREGAÇÃO E DA FILANTROPIA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PEDRO, LUCIANE	NOVOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: LIMITES E POSSIBILIDADES. PROJETO “PARCEIROS DA CRIANÇA” NA COMUNIDADE HELIÓPOLIS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP
PEREIRA, DAIANE PIRES	PRESTÍGIO E FILANTROPIA: IRMANDADE DE SÃO BENEDITO E CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO EM FEIRA DE SANTANA (1903-1929)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BIBLIOTECA CENTRAL JULIETA CARTEADO
PEREIRA, DANIEL DE AGUIAR	DE CORAÇÃO NAS MÃOS: O CARÁTER SOCIOEDUCATIVO DO PROJETO MARIA MARIA □ UMA PROPOSTA DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARDÍACA E À TRANSPLANTADA DO CORAÇÃO (1994-2008)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - PROF. JOSÉ STORÓPOLI
PERES, MARIA THEREZA MIGUEL	IDEALIZAÇÕES E TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DE PIRACICABA MODERNA (1950-1960)	DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CENTRO DE APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA - CAPH
PINTO, BRENA OLIVEIRA	MULHER E POLÍTICA EM AMÉLIA RODRIGUES: EDUCAÇÃO, FILANTROPIA E RELAÇÕES DE GÊNERO (1972 - 1982)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BCJC
PIROLA, CLAUDIONOR ALCIDES LIMA	EDUCAÇÃO E FILANTROPIA NA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO (CRICIÚMA, 1959-1969)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PIVA, IZABEL MARIA DA PENHA	SOB O ESTIGMA DA POBREZA: A AÇÃO DA IRMANDADE DA MISERICÓRDIA (1850-1889)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – BIBLIOTECA CENTRAL DA UFES

PONTES, ADRIANO ARRUDA	CAÇANDO MOSQUITOS NA BAHIA: A ROCKEFELLER E O COMBATE À FEBRE AMARELA. INSERÇÃO, AÇÃO E REAÇÃO POPULAR (1918-1940)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – BIB. CENTRAL DA UFBA E SETORIAL FFCH/ BIA-BIB. ISAÍAS ALVES
RAMOS, GISLAINE BORBA	"É A CAUSA DOS OPPRIMIDOS A QUE ABRAÇAMOS": CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL A REFORMA (PORTO ALEGRE / 1870-1888)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – INDEFINIDO
RIBEIRO, LIDIANE MONTEIRO	FILANTROPIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA INFÂNCIA NA BAHIA: A LIGA BAIANA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL, 1923-1935	MESTRADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ
RODRIGUES, JAQUELINE DOS SANTOS	POSTOS DE PUERICULTURA - FUNDAÇÃO O DIA: EDUCAÇÃO DAS MÃES, SAÚDE DOS FILHOS (CURITIBA 1940 – 1942)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – BIBLIOTECA DE HUMANAS, EDUCAÇÃO E ARTES - UFPR
SANGLARD, GISELE PORTO	ENTRE OS SALÕES E O LABORATÓRIO: FILANTROPIA, MECENATO E PRÁTICAS CIENTÍFICAS - RIO DE JANEIRO, 1920-1940	DOUTORADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – BIBLIOTECA DA CASA DE OSWALDO CRUZ
SANTANNA, MARILENE ANTUNES	DE UM LADO, PUNIR; DE OUTRO, REFORMAR: PROJETOS E IMPASSES EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DA CASA DE CORREÇÃO E DO HOSPÍCIO DE PEDRO II NO RIO DE JANEIRO	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – IFCS
SANTOS, ANA MARCIA BARBOSA DOS	CIVILIZAÇÃO, MODERNIDADE E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – BICEN
SANTOS, ANDRE ARAÚJO DOS	“QUEM AMPARA A INFÂNCIA TRABALHA PELA PÁTRIA”: FILANTROPIA E PUERICULTURA NO INSTITUTO DE	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA –

	PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DA BAHIA (1903-1923)	BIBLIOTECA CENTRAL JULIETA CARTEADO
SANTOS, KEISYANI DA SILVA	HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PRODUZIDAS A PARTIR DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAL PAULISTA: 1997-2004	MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES
SANTOS, NEIVA CAETANO DOS	ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA COMO TEMA DE TRABALHOS APRESENTADOS NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2000-2015)	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO) - INDEFINIDO
SANTOS, VICENTE SAUL MOREIRA DOS	ENTIDADES FILANTRÓPICAS & POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À LEPROSA: MINISTÉRIO GUSTAVO CAPANEMA (1934-1945)	MESTRADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ
SCREMIN, JOÃO VALÉRIO	POBRE CORAÇÃO DE MARIA: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DE MENINAS DESVALIDAS EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – BIBLIOTECA CENTRAL
SEIXAS, LARISSA SELHORST	O FEMINISMO NO BOM SENTIDO: O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA E O LUGAR DAS MULHERES NO MUNDO PÚBLICO (CURITIBA, 1933-1958)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SIB-UFPR
SENA, HEBERT FARIA	HISTÓRIA E TEMPORALIDADE NO DEBATE POLÍTICO BRASILEIRO SOBRE REPRESENTAÇÃO E CIDADANIA (1823-1842)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – ALPHONSUS DE GUIMARAENS
SILVA, BÁRBARA DAMASCO DA	A POLICLÍNICA DAS CRIANÇAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO: FILANTROPIA E SAÚDE (1909-1929)	MESTRADO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

SILVA, MARTA NÖRNBERG SANTOS DA	CUIDEM BEM DO MEU FILHO. A ÉTICA DO CUIDADO NUMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
SILVA, PALOMA PORTO	A HIGIENE COMO MISSÃO: FUNDAÇÃO ROCKEFELLER, FILANTROPIA E CONTROVÉRSIA CIENTÍFICA – PARAÍBA DO NORTE (1923 – 1930)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA PROF. LUIZ PAIXÃO - FAFICH E BIBLIOTECA CENTRAL - UFMG
SILVA, VALDIR LEONARDO DA	SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: A REDE LA SALLE ENTRE A MISSÃO INSTITUCIONAL E AS RECENTES IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE FILANTROPIA EDUCACIONAL	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE – CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE - UNILASALLE
SMANIOTTO, MARCOS ALEXANDRE	A BURGUESIA RONDONENSE EM AÇÃO: A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA GUARDA MIRIM (1966 A 1979)	MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE - CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
SOEIRO, ANTÔNIO IGO PALHETA	A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO” DA CIDADE DE VIGIA (1871-1882)	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
SOUSA, REGINALDO CERQUEIRA	REPÚBLICA DAS MULHERES DE VIRTUDE: UM ESTUDO SOBRE AS BASES SOCIAIS DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985)	DOUTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UFPR
SOUZA, MARCELA BRAGA DE	REFORMA DO ESTADO, GERENCIALISMO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES FILANTRÓPICAS DE VOLTA REDONDA/RJ	MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES - UNIVERSIDADE FEDERAL

		RURAL DO RIO DE JANEIRO - BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRRJ
SOUZA, MARCIO LELLIS DE	SOCIALIZAÇÃO ENTRE ALUNOS PAGANTES E BOLSISTAS NO COLÉGIO RAINHA DA PAZ	MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP
SOUZA, MARCO ANTONIO DE	A ECONOMIA DA CARIDADE: ESTRATÉGIAS ASSISTENCIAIS E FILANTROPIA EM BELO HORIZONTE, 1897-1930	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - INDEFINIDO
SOUZA, SIMONE ELIAS DE	OS "SOCORROS PÚBLICOS" NO IMPÉRIO DO BRASIL 1822 A 1834	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ASSIS - UNESP/ASSIS
TEBET, GABRIELA GUARNIERI DE CAMPOS	AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS NA CIDADE DE SÃO CARLOS: UM ESTUDO SOBRE O PERÍODO DE 1977 A 2006 A PARTIR DAS FALAS DE AGENTES DO ESTADO	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA UFSCAR
TOMASCHEWSKI , CLÁUDIA	CARIDADE E FILANTROPIA NA DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS/RS (1847-1922)	MESTRADO EM HISTÓRIA - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - BIBLIOTECA CENTRAL DA PUCRS IRMÃO JOSÉ OTÃO
TRINDADE, JUDITE MARIA BARBOZA	METAMORFOSE DE CRIANÇA PARA MENOR: CURITIBA INÍCIO DO SÉCULO XX	DOCTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – BIBLIOTECA PÚBLICA DO PR. SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
VARETO, POLYANA	MULHERES CATÓLICAS EM AÇÃO: CARIDADE, SAÚDE E DIVULGAÇÃO DE	DOCTORADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL

APARECIDA VALENTE	CIÊNCIAS EM BELO HORIZONTE (1897-1936)	DE MINAS GERAIS - ANTÔNIO LUIZ PAIXÃO – FAFICH/UFMG
WADI, YONISSA MARMITT	"PALÁCIO PARA GUARDAR DOIDOS: UMA HISTÓRIA DAS LUTAS PELA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ALIENADOS E DA PSIQUIATRIA NO RIO GRANDE DO SUL"	MESTRADO EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - PPG EM HISTÓRIA E BIBL.SETORIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS/UFRGS

APÊNDICE V - Distribuição dos periódicos publicados, por localidade, por período.

Este apêndice colabora para o entendimento da dinâmica dos veículos de imprensa no período estudado neste trabalho. Esta compreensão se mostra relevante ao considerarmos o desenvolvimento das estratégias de comunicação e divulgação escrita como uma das faces de um movimento mais amplo de busca pela construção de um ideário nacional civilizado. Resultado deste movimento, percebe-se, como assinalamos na seção 1.3, uma disseminação dos veículos de imprensa pelo interior da província, que acontece na segunda metade do século XIX. Também é o que se pode depreender a partir do artigo de Xavier da Veiga, quando informa que, nas últimas quatro décadas do período analisado, foram criados 674 peças informativas (entre jornais periódicos, gazetas revistas etc), sendo 114 (16,9%) sediadas na capital, e 560 (83,1%) no interior, enquanto nas quatro primeiras décadas do século este número perfaz respectivamente 49 (52,7%) publicações na capital, e 44 (47,3%) no interior, estas últimas ainda assim concentradas em somente nove localidades. A tabela abaixo respeita as nomenclaturas de localidades utilizadas pelo autor, com a intenção de preservar a indicação da territorialidade a que se referem, já que seguramente boa parte das localidades teve seus nomes modificados até o presente.

Tabela 3: Distribuição dos periódicos publicados, por localidade, por período.

Localidade	Período								Total
	1820 a 1829	1830 a 1839	1840 a 1849	1850 a 1859	1860 a 1869	1870 a 1879	1880 a 1889	1890 a 1899	
Alem Parahyba						2	9	14	25
Alfenas							1		1
Alto Rio Doce								3	3
Araguary								1	1
Arassuahy								1	1
Araxá							2	3	5
Ayuruoca								1	1
Baependy						3	5	4	12
Bagagem							6	4	10
Barbacena		1	1				5	5	12
Bello Horizonte								5	5
Bom Sucesso							1	5	6

Bonfim								1	1
Caeté							3		3
Caldas						1	4	3	8
Campanha		1		2	4	8	11	7	33
Campo Belo								3	3
Carangola							3	8	11
Caratinga								2	2
Cataguazes							7	7	14
Christina								2	2
Curvelo								3	3
Diamantina	1	3			2	12	14	13	45
Entre Rios								2	2
Formiga							5	1	6
Fructal								2	2
Guarará								5	5
Inhauma							1		1
Itabira							1	6	7
Itajubá						1	5	4	10
Jaguary							2	2	4
Juiz de Fora						6	27	22	55
Lavras							4	12	16
Leopoldina						1	6	9	16
Manhuassu								1	1
Mar de Hespanha							4	7	11
Marianna		3	1	1		1	2	2	10
Monte Alegre							1		1
Monte Santo								2	2
Montes Claros							2	2	4
Muzambinho								1	1
Oliveira							2	11	13
Ouro Fino								5	5
Ouro Preto	10	12	17	10	7	18	36	53	163
Palma								3	3
Palmyra								3	3
Pará								6	6

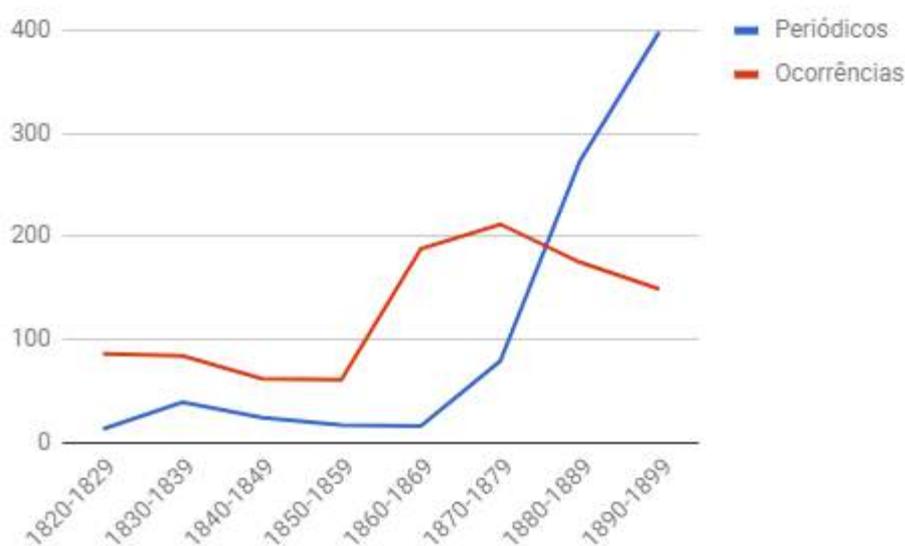
Paracatú							1	4	5
Passos						3	3	1	7
Pessanha								1	1
Pitanguy							11	6	17
Poços de Caldas							1	3	4
Pomba							5	5	10
Ponte Nova							1	12	13
Pouso Alegre		2				4	6	2	14
Pouso Alto							4	2	6
Queluz								2	2
Rio Novo							3	4	7
Rio Preto								1	1
Rio Verde							2	1	3
S. Domingos do Prata								1	1
S. Gonçalo do Sapucahy							1		1
S. João D´el-Rey	2	7	3	2	1	5	12	9	41
S. João Nepomuceno							2	2	4
S. José do Paraizo						4	10	5	19
S. Manoel								3	3
S. Paulo do Muriahé							2	2	4
Sabará		7		2			2	7	18
Sacramento							3	1	4
Salinas								1	1
Santa Barbara						1			1
Santa Rita de Cassia							2	1	3
Santo Antonio do Machado							2	3	5
Serro		3	1					6	10
Sete Lagoas								6	6
Tamandua							5	4	9
Theophilo Ottoni								1	1
Tiradentes			1				1	2	4

Tres Pontas					2			4	6
Turvo							1	5	6
Ubá							1	3	4
Uberaba						9	23	24	56
Uberabinha								1	1
Varginha								3	3
Viçosa								3	3
Visconde do Rio Branco								2	2

Fonte: levantamento realizado pelo autor sobre o artigo A imprensa de Minas Gerais (1807-1897).

O gráfico a seguir permite a comparação entre a ocorrência do termo filantropia nos periódicos, e a quantidade de títulos em circulação no mesmo período.

Gráfico 1: Ocorrência do termo *filantropia* X títulos em circulação na província, por período.



Fonte: levantamento realizado pelo autor sobre a base de dados da HDBN.

APÊNDICE VI - Comparativo de informações de diferentes fontes, década a década.

Este apêndice é um complemento à discussão da seção 1.3, e sua intenção é apresentar uma comparação entre o número de periódicos em circulação apresentados por José Pedro Xavier da Veiga, e os títulos preservados e disponibilizados pela HDBN, num esforço de delimitar a importância do acesso direto e da comparação das fontes, em pesquisa historiográfica. Este levantamento contribui para o entendimento do objeto na medida em que abre melhores possibilidades interpretativas, pois deixa visível as origens, algumas vezes contraditórias, das informações históricas.

Para a elaboração de seu levantamento sobre a imprensa do século XIX, Xavier da Veiga aponta como sua fonte principal o acervo do próprio Arquivo Público Mineiro, além do retorno de consultas à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. À leitura do artigo, não é possível afirmar com facilidade - nem se foi o caso - de quais outras fontes se serviu. Foi possível mapear, a partir da comparação entre os dados levantados por Xavier da Veiga e o acervo da HDBN, a coincidência da presença de 280 periódicos em circulação no século XIX, mencionados pelas duas fontes, 860 publicações mencionados somente na primeira, e 437 publicações mencionados somente na segunda, conforme o detalhamento a seguir.

Tabela 4: Comparativo de informações de diferentes fontes, década a década.

Período	Periódicos que constam na base de dados da HDBN	Periódicos que constam no artigo de Xavier da Veiga	Periódicos que constam em ambas as fontes
1820-1829	10	13	7
1830-1839	21	39	11
1840-1849	21	24	13
1850-1859	12	17	5
1860-1869	14	16	8
1870-1879	30	79	22
1880-1889	118	273	87
1890-1899	211	399	127
Total	437	860	280

Fonte: levantamento realizado pelo autor.

Um destaque à leitura desta tabela merece ser notado, e diz respeito à disponibilidade de acervo preservado, em relação à imprensa periódica. Dois dados parecem confluír para esta indagação. No intervalo de pouco mais de um século que separa a produção de Xavier da Veiga e o levantamento realizado junto à Hemeroteca Digital, o número de títulos de periódicos detectados cai praticamente pela metade; por outro lado, leva ao mesmo questionamento a evidência coincidência relativamente baixa entre os títulos mencionados nas duas fontes. Este fenômeno pode ser devido a uma série de fatores - imprevisibilidades, perdas acidentais, critérios técnicos, opções políticas, orientação ideológica, entre tantos outros motivos - que não cabem ser explorados aqui, mas cuja consequência não pode passar sem ser notada.

APÊNDICE VII - Listagem dos periódicos em circulação no período 1860-1879, preservados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O critério de organização para esta listagem segue o mesmo modelo utilizado pela ferramenta de consulta online da HDBN. Sua manutenção, em que pese a diferença de abrangência em relação ao período delimitado para a pesquisa, foi mantido para facilitar o exercício de conferência pelos pesquisadores do campo. A nomenclatura também foi mantida tal como grafada naquele repositório.

Década de 1860-1869

Constitucional : Jornal Politico, Litterario e Noticioso (MG) - 1866 a 1868
Constituinte (MG) - 1868 a 1869
Correio Official de Minas (MG) - 1857 a 1860
Diario de Minas (MG) - 1866 a 1875
Monitore Italiano : Periodico Settimanale di Politica, Scienze, Lettere, Arti, Commercio, Industria e Teatri (MG) - 1860
Noticiador de Minas (MG) - 1868 a 1871
O Bem Publico : Publica-se uma vez por semana (MG) - 1860
O Compilador : Da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes (MG) - 1843 a 1863
O Jequitinhonha (MG) - 1860 a 1873
O Jequitinhonha (MG) - 1863 a 1872
O Liberal de Minas (MG) - 1868 a 1869
O Liberal de Minas (MG) - 1868 a 1870
O Povo (MG) - 1861
O Voluntario (MG) - 1865

Década de 1870-1879

A Actualidade : órgão do Partido Liberal (MG) - 1878 a 1881
A Luz : Periodico Litterario e Noticioso (MG) - 1879
A Mocidade (MG) - 1878
Almanach Sul-Mineiro (MG) - 1874 a 1884
Amor ao Progresso : Semanario dedicado especialmente a Educação, Lavoura e Industria (MG) - 1876
Atalaia do Progresso : Semanario Politico e Noticioso (MG) - 1879
Diario de Minas (MG) - 1866 a 1875
Minas do Sul : Orgão Conservador no Sul de Minas (MG) - 1876
Monitor do Norte : Jornal Litterario, Scientifico e Noticioso - Publicação Mensal (MG) - 1874 a 1879
Noticiador de Minas : Orgão Conservador (MG) - 1872 a 1873
Noticiador de Minas (MG) - 1868 a 1871
O Arauto de Minas : Hebdomadario Politico, Instructivo e Noticioso (MG) - 1877 a 1889
O Baependyano : Folha Scientifica, Litteraria e Noticiosa (MG) - 1877 a 1889
O Conservador de Minas : Sub lege libertas (MG) - 1870
O Constitucional (MG) - 1878
O Estudante (MG) - 1873
O Guarany : Orgão Democratico (MG) - 1878
O Imparcial : Jornal Litterario, Noticioso e Commercial (MG) - 1870
O Itajubá : Orgão Imparcial - Periodico Litterario, Agricola, Industrial, Commercial e Noticioso (MG) - 1873 a 1889
O Jequitinhonha (MG) - 1860 a 1873
O Jequitinhonha (MG) - 1863 a 1872

O Liberal de Minas (MG) - 1868 a 1869
O Liberal de Minas (MG) - 1868 a 1870
O Mineiro (MG) - 1873 a 1875
O Mineiro (MG) - 1879
O Monarchista (MG) - 1877
O São-Joannense (MG) - 1877
Pharol (MG) - 1876 a 1933
Progresso (MG) - 1878
Relatório da Santa Casa de Caridade da Cidade de Diamantina (MG) - 1876
Theophilo Ottoni : semanario liberal da cidade do Paraiso, Minas Gerais (MG) - 1878